

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Rafael Nogueira Pereira
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Segurança Pública
XXXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

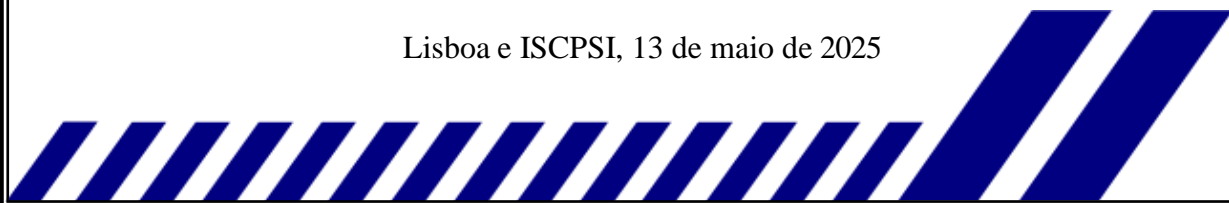
**Policamento de Proximidade e Ensino Superior:
O estudo de caso da cidade de Coimbra**

Orientação Científica:

Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares

Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote

Lisboa e ISCPSI, 13 de maio de 2025





Rafael Nogueira Pereira

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado em Segurança Pública
XXXVII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

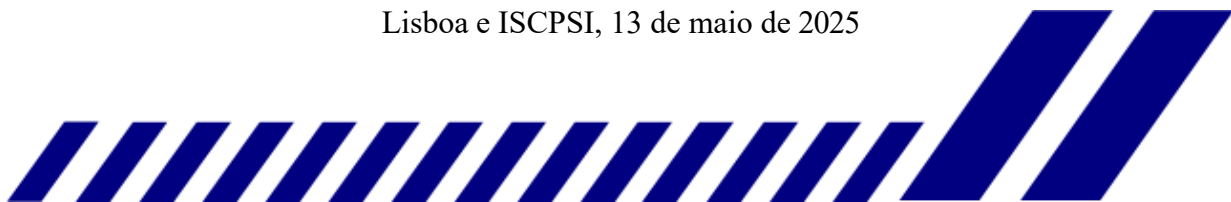
**Policciamento de Proximidade e Ensino Superior:
O estudo de caso da cidade de Coimbra**

Orientação Científica:

Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães

Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote

Lisboa e ISCPSI, 13 de maio de 2025





Estabelecimento de Ensino:	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Curso:	XXXVII CFOP
Orientadores:	Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote
Título:	<i>Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: O estudo de caso da cidade de Coimbra</i>
Autor:	Rafael Nogueira Pereira
Local de Edição:	Lisboa
Data de Edição:	maio de 2025

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública, elaborada sob a orientação do Exmo. Sr. Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares e coorientação do Exmo. Sr. Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote.

DEDICATÓRIA

À minha família.

AGRADECIMENTOS

A realização deste estudo representa o culminar de cinco anos de trabalho rumo a um grande sonho. Deste modo, não poderia deixar de agradecer às pessoas que marcaram de forma impactante esta etapa da minha vida.

Aos meus pais, pela dedicação incansável e apoio incondicional que sempre me deram nas mais diversas etapas da minha vida, em particular, nos últimos 5 anos, que não foram exceção. Esta conquista é tanto minha quanto vossa!

À minha irmã, por ser a animação da casa e me apoiar.

Ao meu porto seguro, a Mariana, que se cruzou comigo a meio deste percurso e o tornou tão mais leve. Obrigado por todo o apoio e companheirismo. A vida torna-se mais bela a teu lado.

Ao *ping-pong*, pelos bons momentos que passámos. Um grupo que surgiu de uma brincadeira acabou por se tornar numa grande amizade que vai bem para além das "fronteiras" do ISCPSI. Partilhámos e continuaremos a partilhar grandes momentos juntos.

À *concha*, por terem tornado um ano que seria expectavelmente difícil num ano que ficará marcado nas nossas memórias pelas risadas constantes e bom ambiente. Não duvido que quando nos reencontrarmos, daqui a uns meses, anos ou décadas o espírito animado deste grupo continuará a ser o mesmo que é hoje.

Ao XXXVII CFOP, por ser o melhor curso que passou nesta casa. Apesar dos altos e baixos por que passámos, demonstrámos sempre estar à altura dos mais diversos desafios. Terei sempre um orgulho enorme em afirmar que pertenço a este curso.

Ao meu orientador, Superintendente Nuno Poiares: a minha escolha para orientador deveu-se essencialmente aos valores, profissionalismo e conhecimento que sempre demonstrou enquanto comandante do CAL e docente. Volvido quase um ano desde o pedido de orientação, continuo com a mesma certeza: fiz a escolha certa. A sua disponibilidade constante para me auxiliar sempre que necessitei foi indispensável para o bom rumo deste estudo e demonstrou o verdadeiro significado da palavra "orientação".

Ao meu coorientador, Intendente Hugo Guinote, pelos valiosos *inputs* fornecidos em matéria de policiamento de proximidade, indispensáveis para o sucesso deste estudo.

Aos subcomissários André Rasteiro, Pedro Nunes e Ana Monteiro, pela preciosa transmissão de conhecimento ao longo do estágio. O conhecimento que tinha no dia em que comecei a escrever esta dissertação e aquele que tenho hoje não é minimamente comparável, pelo que vos deixo o meu sincero agradecimento por toda a paciência e empenho em me esclarecerem.

À Direção de Ensino do ISCP SI, pela elevação no trato constante e preocupação com a nossa formação. Deixo ainda um agradecimento em particular ao Senhor Subintendente Artur Pestana, pela conjugação da elevada preocupação com a qualidade da nossa formação com o humanismo demonstrado a cada tomada de decisão.

Ao ISCP SI, no geral, por ter sido a minha Casa nos últimos cinco anos e me ter permitido caminhar em direção a um sonho.

Um grande obrigado a todos!

EPÍGRAFE

“A persistência é o caminho do êxito”

(Charles Chaplin)

RESUMO

O ensino superior seguro constitui-se como um tema em expansão a nível nacional, pelo que existe uma previsão estratégica, consagrada na Estratégia Integrada de Segurança Urbana, aprovada em 2023, de criação de um regulamento nacional, à semelhança do Programa Escola Segura. Não obstante, passados dois anos desde a aprovação desta estratégia, deparamo-nos com a inexistência de tal regulamento, pelo que os policiamentos desta índole continuam a depender de iniciativas locais. Atualmente, a cidade de Coimbra, apesar da expressividade numérica e cultural da sua comunidade académica, não possui implementado, formalmente, um policiamento de proximidade dirigido ao ensino superior. Face ao exposto, o presente estudo visou perceber se apesar da inexistência de uma atuação policial dirigida especificamente para o ensino superior, a atuação da Polícia de Segurança Pública é adequada para atingir os objetivos do policiamento de proximidade junto desta comunidade académica. Com vista ao alcance deste objetivo, realizámos um estudo qualitativo com recurso à revisão de literatura, pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas a representantes da comunidade académica Conimbricense e a polícias que exercem funções na cidade. Ao triangular a informação obtida foi-nos possível concluir que a atuação policial na cidade não se demonstra adequada ao cumprimento da plenitude das finalidades do policiamento de proximidade junto do ensino superior, devido essencialmente à relação distante e à comunicação extremamente reduzida. Desta forma, com o intuito de contribuir para a segurança desta comunidade e em alinhamento com a Estratégia 2025-2027 da Polícia de Segurança Pública, encerramos o estudo com a proposta de implementação de um policiamento de proximidade dedicado a esta comunidade, com especial enfoque nas lacunas sinalizadas.

Palavras-chave: Coimbra; Ensino Superior Seguro; Estratégia 2025-2027 da Polícia de Segurança Pública; Policiamento de Proximidade; Segurança.

ABSTRACT

Safe higher education is a growing issue at a national level, which is why there is a strategic plan, enshrined in the Integrated Urban Security Strategy, approved in 2023, to create a national regulation, similar to the Safe School Program. However, two years on from the approval of this strategy, no such regulation exists, and policing of this nature continues to depend on local initiatives. Currently, despite the numerical and cultural expressiveness of its academic community, the city of Coimbra has no formally implemented proximity policing aimed at higher education. In view of the above, the aim of this study was to find out whether, despite the lack of police action aimed specifically at higher education, the Public Security Police actions are adequate to achieve the objectives of proximity policing with this academic community. In order to achieve this goal, a qualitative study was carried out using a literature review, documentary research and semi-structured interviews with representatives of the Conimbricense academic community and police officers who work in the city. By triangulating the information obtained, we were able to conclude that police action in the city is not adequate to fulfill the full aims of proximity policing in higher education, essentially due to the distant relationship and extremely poor communication. Thus, in order to contribute to the safety of this community and in line with the Public Security Police's 2025-2027 Strategy, we conclude the study with a proposal to implement proximity policing dedicated to this community, with a special focus on the gaps identified.

Keywords: Coimbra; Proximity Policing; Public Security Police Strategy 2025-2027; Safe Higher Education; Security.

LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

- AAC - Associação Académica de Coimbra
- AE - Associação de estudantes
- CD - Comando Distrital
- COMETLIS - Comando Metropolitano de Lisboa
- COMETPOR - Comando Metropolitano do Porto
- DN - Direção Nacional
- EES - Estabelecimentos de Ensino Superior
- EISU - Estratégia Integrada de Segurança Urbana
- ES - Ensino Superior
- ESEnfC - Escola Superior de Enfermagem de Coimbra
- ESS - Ensino Superior Seguro
- EUA - Estados Unidos da América
- EUS - Equipas Universidade Segura
- FAP - Federação Académica do Porto
- FS - Forças de Segurança
- FSS - Forças e Serviços de Segurança
- GNR - Guarda Nacional Republicana
- IPC - Instituto Politécnico de Coimbra
- MAI - Ministério da Administração Interna
- ME - Ministério da Educação
- MIPP - Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
- NE - Núcleo de estudantes
- NEP - Norma de Execução Permanente
- OE - Objetivo Específico

OG - Objetivo Geral

PC - Policiamento Comunitário

PD - Pergunta Derivada

PES - Programa Escola Segura

PIPP - Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

PP - Policiamento de Proximidade

PSP - Polícia de Segurança Pública

PUS - Projeto Universidade Segura

PV - Policiamento de Visibilidade

SEI - Sistema Estratégico de Informação, Gestão e Controlo Operacional

UC - Universidade de Coimbra

U.R. - Unidade de Registo

US - Universidade Segura

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	I
AGRADECIMENTOS	II
EPIGRAFE	IV
RESUMO	V
ABSTRACT	VI
LISTA DE SIGLAS, ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS.....	VII
ÍNDICE.....	IX
ÍNDICE DE TABELAS.....	XII
ÍNDICE DE FIGURAS	XII
INTRODUÇÃO.....	1
I – POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE: GÉNESE, EVOLUÇÃO E FILOSOFIA	4
1.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	4
1.2. A FILOSOFIA DE ATUAÇÃO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	6
1.3. O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE EM PORTUGAL E NA PSP.....	10
1.4. POLICIAMENTO DE VISIBILIDADE NA PSP	11
1.5. SENTIMENTO DE INSEGURANÇA.....	12
1.6. O PROGRAMA ESCOLA SEGURA.....	14
II – POLÍCIA E ENSINO SUPERIOR	19
2.1. O PASSADO ENTRE A POLÍCIA E OS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR	19
2.2. O ENSINO SUPERIOR SEGURO NA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE	
SEGURANÇA URBANA	21
2.3. O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR EM	
BEJA.....	22
2.4. O POLICIAMENTO DO POLO UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA (PORTO).....	24
2.5. O PROJETO “UNIVERSIDADE SEGURA” DO COMETLIS	27

2.6. O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTRANGEIRO	31
III – MÉTODO	37
3.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE COIMBRA	39
3.2. <i>CORPUS</i>	41
3.3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS	41
3.4. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E DO GUIÃO DA ENTREVISTA.....	42
3.4.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA INTERNA E RESPETIVOS GUIÕES	43
3.4.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA EXTERNA E RESPETIVO GUIÃO.....	45
3.5. TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS	47
3.6. PROCEDIMENTOS.....	49
IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	51
4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS PERCEÇÕES E EXPECTATIVAS RELATIVAS À PSP E À SEGURANÇA DA COMUNIDADE ACADÉMICA	51
4.2. CARACTERIZAÇÃO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR EM COIMBRA	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	82
PROPOSTAS DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE A – GUIÕES DAS ENTREVISTAS.....	98
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO	106
APÊNDICE C – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS.....	108
APÊNDICE D – QUADROS CATEGORIAIS RELATIVOS À ANÁLISE DE CONTEÚDO	110
APÊNDICE E – MAPA DA CIDADE DE COIMBRA	132
.....	132

APÊNDICE F – TEXTO DESCRITIVO DO PROJETO “UNIVERSIDADE SEGURA”	133
ANEXO A – AUTORIZAÇÕES CEDIDAS PELA DIREÇÃO NACIONAL DA PSP ...	134
ANEXO B – AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EFETUADAS NO ÂMBITO DO PES ..	145
ANEXO C – PLATAFORMA SIMPEP	146
ANEXO D – SOLICITAÇÃO DE ACESSO A AÇÕES DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR AO CD COIMBRA	147

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1: Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (1/4).....	110
TABELA 2: Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (2/4).....	111
TABELA 3: Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (3/4).....	112
TABELA 4: Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (4/4).....	113
TABELA 5: Análise de conteúdo da pergunta 1.2.....	114
TABELA 6: Análise de conteúdo da pergunta 1.3.....	115
TABELA 7: Análise de conteúdo da pergunta 1.4.....	116
TABELA 8: Análise de conteúdo da pergunta 2.1.....	117
TABELA 9: Análise de conteúdo da pergunta 2.2. (1ª pergunta).....	119
TABELA 10: Análise de conteúdo da pergunta 2.2. (2ª pergunta).....	120
TABELA 11: Análise de conteúdo da pergunta 3.3.....	122
TABELA 12: Análise de conteúdo da pergunta 4.1.....	123
TABELA 13: Análise de conteúdo da pergunta 4.2. (1ª pergunta).....	125
TABELA 14: Análise de conteúdo da pergunta 4.2. (2ª pergunta).....	126
TABELA 15: Análise de conteúdo da pergunta 4.3.....	128
TABELA 16: Análise de conteúdo da pergunta 3.1.....	129
TABELA 17: Análise de conteúdo da pergunta 3.2.....	130

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: Guião 1	98
FIGURA 2: Guião 2	101
FIGURA 3: Guião 3	103
FIGURA 4: Termo de Consentimento Informado	106
FIGURA 5: Caracterização dos polícias entrevistados	108
FIGURA 6: Caracterização dos entrevistados externos	109
FIGURA 7: Focos de concentração da comunidade académica por zona.....	132
FIGURA 8: Descrição do PUS apresentada no decurso das entrevistas	133
FIGURA 9: Digitalização da autorização para realização de entrevistas.....	134
FIGURA 10: Digitalização da autorização de acesso a dados do SEI	141
FIGURA 11: Digitalização da autorização de acesso a documentação interna.....	143
FIGURA 12: Ações de sensibilização efetuadas pelas EPES entre 2013 e 2023.....	145

FIGURA 13: Printscreen de ações passíveis de registo na plataforma SIMPEP 146

FIGURA 14: Printscreen da resposta do NO do CD Coimbra face à solicitação de acesso a ações de proximidade 147

INTRODUÇÃO

O PP tem vindo a ganhar especial destaque nas últimas décadas devido à sua filosofia assente na prevenção e na coprodução da segurança, contrastando com o modelo de policiamento tradicional, caracterizado essencialmente pela patrulha aleatória, atividade policial predominantemente repressiva e distanciamento entre a população e a polícia (Engel & Eck, 2015). A Estratégia 2025-2027 da PSP assenta em seis pressupostos essenciais, um dos quais, a proximidade. Este pressuposto encontra-se destacado nesta estratégia, nomeadamente, na sua visão: “Presente pela Proximidade, Próxima na Segurança!” (p. 5), demonstrando assim o reconhecimento da importância do PP. Esta filosofia policial não visa meramente trabalhar a componente objetiva do crime, focando-se também na diminuição do sentimento de insegurança e na criação de uma relação próxima com o cidadão (Leitão, 2005). Estes dois fatores, bem como a sua importância, são reconhecidos na Estratégia 2025-2027 da PSP, devendo ser potenciados mediante “o desenvolvimento de iniciativas e parcerias locais” (p. 10).

Em Portugal já se verificavam iniciativas de proximidade no final do século XX, não obstante, foi em 2006, por meio da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, que as diversas iniciativas que existiam até então de forma espartilhada foram agregadas numa estratégia comum (Ferreira, 2014), designada PIPP. Mais tarde o PIPP viria adotar a designação de MIPP, na qual se inclui o PES (Oliveira, 2006). Este programa foi o resultado da celebração de um protocolo entre o MAI e o ME e, genericamente, visa o garante da segurança nas escolas e áreas envolventes, através da prevenção de comportamentos de risco e promoção de uma cultura de segurança para a comunidade escolar, sendo regulado por um regulamento de cariz nacional, aprovado pelo Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro.

Contudo, o ESS em Portugal, apesar do crescente reconhecimento da sua importância, continua a ser meramente fruto de iniciativas locais, não se constituindo como um programa com estruturação, uniformização e regulamentação a nível nacional, contrariamente ao PES ou aos diversos programas inseridos no MIPP. Desta forma, os jovens que concluem o ensino obrigatório e ingressam no ES, em que, em muitos casos, saem de casa dos pais e vão estudar para uma cidade distante, deixam de ter um acompanhamento especializado como acontecia até ao ensino secundário. Não obstante, fruto das iniciativas locais referidas, existem algumas exceções a estes casos em Portugal, nomeadamente em Lisboa, devido à implementação do PUS, no Porto, devido ao Policiamento no Polo Universitário da Asprela e no CD Beja.

A EISU foi aprovada em 2023 e veio pela primeira vez consagrar o ESS no plano estratégico nacional, reforçando e reconhecendo a necessidade de uma atuação policial estruturada e regulada junto do ES, à semelhança dos restantes programas de proximidade inseridos no MIPP. Este enquadramento político-legislativo veio assim fornecer uma oportunidade para repensar o modelo de policiamento em contexto de ES. Não obstante, apesar da previsão de criação de um regulamento para o ESS, volvidos cerca de dois anos desde a aprovação da EISU, o referido regulamento ainda não foi criado, pelo que as iniciativas existentes continuam a depender dos comandos ou divisões policiais.

A cidade de Coimbra, sobejamente conhecida pela sua forte tradição e cultura académica, que marca a vida cultural e social da cidade, não possui formalmente implementado um PP dedicado ao ES, apesar do supramencionado e da dimensão da sua comunidade académica rondar as 50 000 pessoas.

Derivado do enquadramento realizado, considerámos que seria de extrema pertinência aprofundar a temática do ESS, com especial enfoque na realidade Conimbricense, uma vez que o reconhecimento da importância deste modelo de atuação tem progressivamente crescido, que são extremamente escassos os estudos acerca desta temática e que a informação existente, relativamente às práticas de PP junto do ES adotadas em Portugal, não se encontra compilada nem é amplamente difundida. Além disso, e mais especificamente, a inexistência de um modelo de PP junto do ES numa cidade com uma comunidade académica tão expressiva, numérica e culturalmente, como Coimbra, despertou a nossa atenção no sentido de perceber se o policiamento efetuado é adequado a esta comunidade.

Face ao exposto, por forma a atribuir um fio condutor ao estudo que permita clarificar as suas expectativas, definimos como pergunta de partida da investigação a seguinte questão: **A atuação da PSP junto do Ensino Superior de Coimbra demonstra-se adequada para atingir os objetivos do Policiamento de Proximidade?** Desta pergunta de investigação derivaram quatro perguntas, cujas respostas visam permitir responder à pergunta de partida:

- **PD1:** Quais as perceções e expectativas da comunidade académica de ensino superior Conimbricense relativas à segurança e atuação da PSP?
- **PD2:** Que medidas são adotadas pela PSP no âmbito do policiamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra?
- **PD3:** Quais os modelos de policiamento de proximidade junto do ensino superior implementados noutras cidades portuguesas e no estrangeiro?

- **PD4:** É necessário rever o modelo de atuação da PSP junto do ensino superior em Coimbra?

Uma vez definidas as perguntas de investigação, surge a necessidade de definir e apresentar os objetivos do estudo. Deste modo, a presente investigação tem como OG perceber se apesar da inexistência de um modelo de PP formal junto do ES Conimbricense, o policiamento efetuado é adequado para atingir os objetivos do PP definidos pela literatura científica e pela Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio. Dada a extensão destes objetivos optámos por avaliar aqueles que são mensuráveis e voltados para o público-alvo em estudo, ou seja, a relação de proximidade com a PSP, a confiança na instituição, o reconhecimento da legitimidade policial, a satisfação perante o desempenho policial, o alinhamento do policiamento com as expectativas desta comunidade, o sentimento de segurança e a redução das cifras negras. Este OG tem assim como intuito final contribuir para a segurança desta comunidade, mediante a identificação de possíveis lacunas no policiamento e apresentação da respetiva proposta de melhoria. Para atingir este objetivo, foram definidos quatro OE's, alinhados com as PD's:

- **OE1:** Caracterizar as perceções e expectativas da comunidade académica relativamente à sua segurança e atuação da PSP, em comparação com as perspetivas dos polícias e fazer a respetiva análise à luz dos objetivos do policiamento de proximidade;
- **OE2:** Caracterizar o policiamento de proximidade realizado junto do ensino superior em Coimbra;
- **OE3:** Caracterizar os principais modelos de policiamento de proximidade junto do ensino superior implementados em Portugal e no estrangeiro;
- **OE4:** Propor medidas específicas, se necessário.

Por forma a atingir estes objetivos e dar resposta às perguntas de investigação, elaborámos quatro capítulos. Os Capítulos I e II visaram contextualizar e delimitar o enquadramento teórico-conceptual da investigação através da apresentação da fundamentação teórica acerca do PP, bem como da sua aplicação prática junto do ES. Seguiu-se o Capítulo III, que foi elaborado com o intuito de apresentar o método a que recorreremos para atingir os objetivos do trabalho. Relativamente ao Capítulo IV, este permitiu apresentar e analisar os resultados obtidos através do procedimento analítico a que os dados recolhidos nas entrevistas foram submetidos, contribuindo assim para as conclusões do estudo.

I – POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE: GÉNESE, EVOLUÇÃO E FILOSOFIA

1.1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

O modelo de policiamento tradicional surgiu nos EUA para dar resposta a problemas de corrupção (Normandeau & Leighton, 1992) e aos baixos salários auferidos pelos polícias (Oliveira, 2006). Reiss (1992), acrescenta ainda que este modelo de policiamento surge com a disponibilidade generalizada de telefones por parte da população, em conjugação com o carro-patrolha e o rádio bidirecional (Pereira, 2020), “a partir da década de 60 e na Europa a partir da década de 80 do século XX” (Elias, 2022, p. 122). Com a difusão generalizada de telefones pela população e do restante material supramencionado na polícia, o cidadão passou a ter a possibilidade de, “à distância de uma chamada”, mobilizar uma patrulha para dar resposta ao seu pedido (Elias, 2022). Os meios operacionais disponíveis passaram assim a ser todos mobilizados para os locais de ocorrências, não se verificando um trabalho preventivo, o que fez com que a resposta rápida passasse a ser o paradigma deste modelo. (Oliveira, 2006). Este modelo de policiamento caracterizava-se ainda pelo aumento do número de polícias, pela patrulha aleatória, que não tinha em consideração a distribuição geográfica do crime nem a sua natureza (Fernandes, 2014) e pela resposta rápida às chamadas de urgência (Engel & Eck, 2015).

Apesar da rapidez de resposta, tornou-se evidente o aumento do distanciamento entre a polícia e comunidade (Reiss, 1992), uma vez que os agentes que exerciam funções de patrulha já não saíam da viatura policial para conhecer e perceber os problemas das comunidades (Elias, 2022). Deste modo, a recolha de informação limitava-se à informação das ocorrências, não sendo por isso proativa ao ponto de permitir perceber as causas dos problemas. (Oliveira, 2006). Devido ao exposto, as populações começaram a afastar-se da polícia, o que levou à perda de confiança e proximidade na mesma e potenciou o aumento de conflitualidade e incompreensão (Elias, 2022), visto que o cidadão deixou de acreditar que a polícia pudesse resolver os seus problemas (Reiss, 1992).

Este modelo de policiamento levantou ainda outros problemas. A facilidade com que os cidadãos se habituaram a acionar a polícia foi exponencial, o que levou à sobrecarga dos serviços da polícia, não tendo esta recursos humanos para permitir dar resposta a todas as chamadas. (Reiss, 1992). Elias (2022), afirma ainda que determinados “estudos científicos

concluíram que conferir prioridade aos inquéritos criminais e à investigação criminal para combater o crime, acabou por se revelar ineficaz caso estas medidas não fossem complementadas pelo policiamento comunitário e pelo contacto permanente com as comunidades locais” (p. 121).

Não obstante o exposto, e de acordo com Kelling (1988), existiram três principais motivos que despoletaram o abandono do modelo de policiamento tradicional nos EUA, nomeadamente o desencanto do cidadão para com o serviço policial, uma vez que os cidadãos começaram a sentir necessidade de maior aproximação à polícia e que o policiamento não era adequado às suas necessidades, a realização de estudos sobre a eficácia da polícia, nomeadamente, um estudo que demonstrou que o patrulhamento automóvel não apresenta efeitos significativos “no crime, nos níveis de medo dos cidadãos, ou na satisfação dos cidadãos com a polícia” (p. 4), e ainda a frustração sentida pelos polícias com o papel tradicional da polícia. Face ao exposto, Oliveira (2006), afirma que este modelo de policiamento se demonstrava incapaz de responder à procura de segurança verificada nos países ocidentais, uma vez que apresentava desfasamentos face à realidade social visada, ideia esta partilhada por Inácio (2010), que afirma que o modelo tradicional da polícia é inapto para prevenir o crime e a delinquência e não permite dar resposta às necessidades securitárias das sociedades modernas. Devido ao exposto, este modelo de policiamento é considerado o menos efetivo no que concerne à prevenção criminal e da desordem. (Engel & Eck, 2015).

O aumento do sentimento de insegurança que se fazia sentir à época gerava assim uma necessidade de aproximação da polícia ao cidadão (Oliveira, 2006). Foi neste seguimento que, na década de 70 do século XX, nos estados anglo-saxónicos, foram implementados os primeiros projetos na linha do PP ou PC, através de “reformas organizacionais de natureza micro, utilizando como paradigma reformador o modelo de policiamento comunitário ou de proximidade” (Oliveira, 2006, p. 119), “procurando a cooperação do público” (Ferreira, 2014, p. 10). Esta reforma foi inspirada pelos princípios de Robert Peel, uma vez que visou “reaproximar os objetivos policiais das necessidades das comunidades, expressas ou legitimamente sentidas” (Leitão, 1999a, p. 9). Também nos EUA viria a ser adotada esta filosofia de policiamento, mediante a “introdução do princípio da responsabilidade partilhada entre as autoridades públicas e os cidadãos para prevenir a criminalidade e aumentar a segurança das comunidades, bem como a descentralização dos poderes de

decisão para os agentes policiais no terreno” (Ministère de la Sécurité Publique du Québec, 2000, p. 12).

Não obstante o exposto no parágrafo anterior, importa mencionar que, de acordo com Oliveira (2006), Elias (2007) e David (2014), o PC remonta à criação da Polícia Metropolitana de Londres, por Robert Peel, em 1829 (Elias, 2007), que veio “substituir arcaicas e ineficientes formas de policiamento, e, através dos novos métodos de prevenção, teria conseguido aumentar a eficácia policial traduzida num decréscimo do número de crimes e num aumento do sentimento de segurança” (Gonçalves, 2011, p. 8). Leitão (1999b), acrescenta ainda que a reconhecida frase de Robert Peel: “a polícia é o público e o público é a polícia” está diretamente ligada às origens do PC.

Na década de 90, os programas de PC viriam a despoletar nos países de modelo napoleónico, caracterizados por uma administração mais centralizada (Elias, 2022), conforme refere Ferreira (2014) ao afirmar que em França “o surgimento de um policiamento do tipo comunitário situa-se na década de noventa do séc. XX, sob a terminologia de policiamento de proximidade” (p. 11). Em 2000 viriam a ser apresentados pelo governo Francês os cinco novos modos de ação do PP, nomeadamente: “1- uma abordagem territorial coerente e adaptada às realidades locais; 2 - um contacto permanente com a população; 3 - a polivalência dos polícias locais; 4 - uma maior responsabilização dos polícias locais; 5 - um serviço de qualidade” (Ministère de la Sécurité Publique du Québec, 2000, p. 11-12). No entanto, de acordo com Poiares (2016), “diversos autores apontam o fracasso do policiamento de proximidade em França” (p. 122), devido a fatores como a ausência de objetivos pré-definidos que resistissem a alternâncias políticas, a falta de uma doutrina mínima, a reduzida visibilidade do patrulhamento, o insuficiente financiamento das FS, uma reduzida descentralização hierárquica, a ausência de uma liderança forte e carismática (Clemente, 2013, as cited in Poiares, 2016), entre outros fatores como o baixo envolvimento dos cidadãos e das suas estruturas representativas e a limitada autonomia dos polícias que se encontram na primeira linha de intervenção (Poiares, 2016).

1.2. A FILOSOFIA DE ATUAÇÃO DO POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

O PP, à semelhança do PC, é baseado na ideia de que os cidadãos devem trabalhar em cooperação com a polícia para encontrar soluções para a criminalidade, desordens e problemas que contribuam, localmente, para a diminuição do sentimento de segurança, tornando-os atores ativos na melhoria da sua qualidade de vida (Lisboa & Teixeira, 2008).

Não obstante, verificam-se algumas divergências entre autores no que concerne à distinção entre PC e PP. Elias (2022) refere que estes apresentam algumas diferenças. Se por um lado o PC surge da base para o topo, ou seja, nas comunidades e departamentos policiais mais descentralizados, por outro, o PP é implementado do topo para a base, sendo uma emanção do estado central em que os seus programas são de âmbito nacional. Deste modo, estes programas assumem “um carácter centralizado, diretivo e pugnando pela operacionalização de programas de prevenção de âmbito nacional ou temático” (Elias, 2022, p. 136), ao contrário dos programas de PC, que surgem no seio das comunidades e da base da hierarquia policial. Por sua vez, Oliveira (2006) afirma que “as diferenças de designação não encerram (...) alterações ao nível filosófico e estratégico” (p. 115), pelo que o mesmo opta pelo uso indiscriminado da designação PP ou PC. Deste modo, atendendo a que, do ponto de vista filosófico e estratégico o PP e o PC não apresentam diferenças significativas, optaremos pela designação de PP, uma vez que em Portugal é adotada a designação de PP (Elias, 2022).

De acordo com Leitão (2005), o PP consiste numa estratégia policial que visa melhorar o nível de vida das populações, potenciar o controlo criminal, aumentar a legitimidade policial, aumentar o sentimento de segurança, melhorar a qualidade do serviço policial (mediante a cooperação com as comunidades e organismos de regulação social) e aproximar a polícia do cidadão através da afetação comunitária ou geográfica dos polícias, reforçando laços comunitários enfraquecidos. De acordo com o mesmo autor “as palavras-chave deste modelo são comunidade, co-produção, parceria, descentralização, horizontalização hierárquica, “desespecialização”, proatividade, territorialidade” (Leitão, 2005, p. 120), promovendo a forte ligação dos cidadãos às FSS e “a contratualização da segurança através da constituição de objetivos precisos e uma corresponsabilização da ação policial que, dessa forma, passa a envolver não só as chefias policiais mas também os responsáveis pelos municípios” (Poiães, 2014, p. 73). Deste modo, a sua eficiência mede-se pela capacidade de arranjar soluções através da colaboração com a comunidade que serve, isto é, o seu objeto são os problemas dessa mesma comunidade (Guinote, 2013), sendo que, para tal, “deve ser delimitado a cada comunidade, com atenção especial a programas de prevenção específicos para cada problema diagnosticado” (Peneda, 2005, p. 368). Trojanowicz et al. (1998) referem que a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é potenciada pelo PC através da resposta às preocupações dos cidadãos e mediante a identificação, priorização e solução de problemas como a droga, o crime, o medo do crime, a desordem e o declínio geral das condições do meio envolvente.

Peneda (2005) refere que a dimensão organizacional do PP pressupõe a diminuição dos níveis de decisão junto do pequeno/médio espaço geográfico, ou seja, a descentralização, e a existência de polícias que possuam uma visão sociológica de segurança pública. De acordo com a mesma autora, no que concerne à dimensão operacional do PP, os administradores policiais devem debater com as comunidades os problemas, as suas causas, extensões e possíveis soluções, enquanto os executores devem essencialmente fomentar a interação com o cidadão. A comunidade deverá assim ser vista não como um cliente de segurança, mas sim como um elemento ativo no desenvolvimento de estratégias de segurança (Peneda, 2005). Para tal, a polícia deve consultar a comunidade com o intuito de identificar as prioridades a curto prazo e de estabelecer uma direção a longo prazo, através da obtenção da aprovação da comunidade, que permitirá a continuidade dos projetos (Normandeau & Leighton, 1992).

Os polícias devem “ultrapassar as funções tradicionais de repressão criminal e ordem pública, concentrando-se na prestação de serviços úteis à comunidade, de acordo com as suas expectativas, envolvendo um grande esforço de comunicação e *feedback*” (Leitão, 2005, p. 120). Para tal, cada agente deve ter atribuído um setor específico, sem rotatividade, por forma a estabelecer um contacto profundo com a comunidade visada e, em parceria com os demais atores sociais, resolver os problemas que afetam a qualidade de vida das comunidades (Peneda, 2005). É responsabilidade dos polícias “instruir os cidadãos sobre as regras básicas de prevenção do crime, participar em reuniões com os moradores para a organização de estratégias coletivas e intermediar o contacto do cidadão com outros agentes sociais (...) na procura de soluções para a comunidade” (Peneda, 2005, p. 369). Os polícias, aquando da existência de eventos criminais, têm ainda o dever de “entrevistar” cuidadosamente os cidadãos sobre esses eventos, por forma a fazer chegar a informação aos investigadores e estes a utilizarem da melhor forma para o processo (Kelling, 1988). No entanto, os polícias de proximidade não devem ser encarados como polícias diferentes dos outros, uma vez que mantêm o seu papel regulador e fiscalizador, bem como a capacidade de intervir em caso de necessidade (Poiares, 2013). É nesta ótica que Lisboa e Teixeira (2008) afirmam que estes polícias mantêm a combinação de todas as suas funções, práticas e simbólicas e, ao mesmo tempo, derivado do facto de se encontrarem mais próximos das comunidades, “detém um acesso privilegiado a informações que lhe permite uma ação mais célere, efetiva e visível, desempenhando assim um número de funções que não são tradicionalmente atribuídas à polícia” (p. 4).

Leitão (2005), refere ainda que o PP se caracteriza pela celeridade e flexibilidade no que concerne ao apoio social, uma vez que pressupõe uma diminuição do distanciamento entre proposta no terreno e decisão, o que, em muitos casos implica a delegação do poder decisório nos agentes que se encontram no terreno, aumentando a sua discricionariedade. A proximidade policial visada pelo PP pauta-se também pela visibilidade policial (Leitão, 2005) e pressupõe um conjunto de medidas que, de forma genérica, passam por aproximar a “PSP junto da comunidade, a abertura da Organização ao meio envolvente” (Poiares, 2013, p. 16). A atuação policial deve também atribuir ênfase “na criação de ambientes sociais em que as pessoas se sintam seguras” (p. 127), sendo necessário atender aos casos de delinquência e aos comportamentos incivis que podem afetar a qualidade de vida dos cidadãos (Leitão, 2005).

Para que as medidas implementadas pelo PP sejam eficazes é imperativa a existência de um conhecimento integral da realidade onde estas são implementadas, por forma a identificar os problemas locais e definir as melhores medidas para direcionar às causas desses problemas (David, 2014). Neste seguimento, Skogan e Hartnett (2005) referem que é necessário que o policiamento seja orientado por objetivos e com base nos receios locais. Porém, é necessária uma alteração de mentalidades, bem como uma reorganização funcional e das formas de relacionamento dos agentes policiais com a população e com a própria instituição (Lisboa & Teixeira, 2008).

Elias (2022) indica algumas vantagens do PP, nomeadamente, o facto de que “a proximidade com o terreno, o contacto com a chamada criminalidade comum e com a criminalidade violenta e grave permite um melhor conhecimento destes fenómenos, uma recolha da prova em momento oportuno e tendencialmente melhores índices de proatividade policial”. (p. 115). Esta proximidade, de acordo com o mesmo autor, pode ser potenciada pelo reforçar de competências dos polícias, por meio da formação específica. Também Leitão (1999b) refere que as políticas de proximidade são “especialmente importantes para reforçar relações perdidas dentro das comunidades, ajudando a desenvolver laços de conhecimento e confiança entre as pessoas.” (p. 6), sendo que a confiança depende de os cidadãos acreditarem que os polícias os tratam da forma que eles acham que devem ser tratados (Ramzah, 2024). No entanto, importa ter em conta que “os resultados deste modelo nem sempre serão passíveis de serem quantificáveis (nem tão pouco os objetivos coincidem com números)” (Lucas, 2021, p. 27) e que após a implementação de um programa de PP, a criminalidade denunciada pode aumentar, ao invés de reduzir de imediato os seus índices, o

que não significa que esta tenha aumentado, mas que a criminalidade reportada aumentou, podendo refletir um aumento da proximidade (David, 2014).

1.3. O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE EM PORTUGAL E NA PSP

Em Portugal, as abordagens aos modelos comunitários começam a surgir na década de 90 do século XX com influência do modelo francês (Palma, 2017), sob a designação de PP. Não obstante, só em 1995, é que a designação de proximidade entraria no panorama político (David, 2014).

Neste século surgiram diversos programas especiais de PP, uma vez que se entendeu que existem diversos “grupos-alvo” com problemas específicos que merecem uma maior atenção por parte das entidades responsáveis pela segurança pública (Oliveira, 2006). Nesse sentido, de acordo com Elias (2022) e Oliveira (2006), foram criados programas como o “Apoio 65- Idosos em Segurança”, o “Comércio Seguro” e o PES. Estas iniciativas e respetivas direções partiram dos gabinetes ministeriais, tendo as FS ficado responsáveis por disponibilizar meios (Oliveira, 2006) e, de acordo com Elias (2022), as referidas iniciativas materializam-se, de forma genérica, através de ações de sensibilização, patrulhamento e medidas de natureza situacional, “desenvolvidas (...) em parceria com entidades públicas e privadas” (p. 137).

Em 1998 o MAI deu início à integração das diferentes políticas de segurança no PIPP, que vinham até ao momento a ser desenvolvidas de forma desarticulada, com o intuito de atribuir uma nova visibilidade às FS e “procurando fornecer uma nova capacidade de inserção das organizações policiais nas vidas das comunidades” (Oliveira, 2006, p. 297). Não obstante, só em 2006 é que o PIPP viria a ser operacionalizado pela PSP por meio da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio da DN/PSP (David, 2014). De acordo com Ferreira (2014) este programa “permitiu agregar as várias iniciativas, numa estratégia comum” (p. 29) e “previa uma linha de ação orientada em duas vertentes: por um lado, a do público externo, que representa os/as cidadãos/ãs servidos/as pelas esquadras afetas ao programa; por outro, a própria estrutura organizacional da PSP” (Lisboa & Teixeira, 2015, p. 21). Aquando da sua implementação, que teve em conta a definição de objetivos estratégicos e operacionais (Diretiva estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, al. n)), foi realizado um projeto-piloto, implementando o PIPP numa subunidade de cada CD, sendo este avaliado *à posteriori* interna e externamente (David, 2014), Mais tarde, este programa viria a adotar a designação de MIPP, por meio da Ordem de Operações n.º 004822, de 12 de

julho de 2010 (Lucas, 2021), sendo disseminado a nível nacional pelas esquadras (Ferreira, 2014).

Elias refere que o MIPP implica “um maior envolvimento das lideranças, definição de indicadores de resultado e respetiva avaliação” (Elias, 2022, p. 166). No que concerne aos indicadores, aquando da implementação do PIPP verificou-se a importância do estabelecimento de indicadores qualitativos e quantitativos, cuja análise serviu para obter um conhecimento aprofundado do contexto de atuação e conseqüentemente planear o projeto-piloto a implementar em cada subunidade (Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, al. c)).

Ao consultarmos a suprarreferida estratégia, constatamos que os objetivos definidos se encontram subdivididos em objetivos estratégicos e operacionais. Relativamente aos objetivos estratégicos, importa destacar a substituição gradual do tradicional patrulhamento apeado por um PP focalizado para a resolução de problemas, através da adaptação dos recursos humanos e materiais existentes; a melhoria da eficácia da atuação policial, com o intuito de desenvolver uma relação próxima com o cidadão; a promoção da cidadania com especial enfoque nos jovens; a adequação do policiamento às realidades locais e necessidades dos cidadãos; o combate à criminalidade que causa maior alarme social; o desenvolvimento de parcerias e o potenciar da cooperação com a comunidade em prol da segurança; a melhoria da satisfação do cidadão relativamente ao serviço prestado pela PSP; a promoção da confiança junto do público (Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, al. b), nº1), entre outros. No que concerne aos objetivos operacionais, é de salientar a redução dos índices de insegurança, quer objetiva, quer subjetiva (através da identificação e tentativa de resolução dos fatores que mais propiciam o sentimento de insegurança (Diretiva estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, al. a)), a redução da criminalidade, com especial enfoque nos designados “crimes de rua”; a diminuição das cifras negras; a satisfação das expectativas securitárias do cidadão; a disponibilização de informação com interesse para a segurança pública numa ótica essencialmente preventiva (Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, al. b) nº2), entre outros.

1.4. POLICIAMENTO DE VISIBILIDADE NA PSP

Apesar de o próprio PP já incluir uma vertente de visibilidade, a NEP AOOOS/DO/01/20, de 20JUL21, aplicável a todo o dispositivo territorial da PSP, veio estabelecer procedimentos relativos à visibilidade policial, com o intuito de potenciar a

segurança objetiva e subjetiva da população e enfatizando o reconhecimento da importância da presença policial em locais emblemáticos e de elevada concentração de pessoas nas cidades.

De acordo com a mesma fonte, o PV, que consiste numa tática policial destinada a aumentar a visibilidade dos polícias uniformizados, operacionaliza-se através de postos fixos de PV, locais de PV e pontos concretos de permanência, devendo estes constar na ordem de missão dos polícias que efetuam este policiamento. A escolha dos postos fixos, que correspondem a áreas onde polícias apeados permanecem de forma ininterrupta, devem coincidir com as zonas mais emblemáticas das cidades, a escolha dos locais de PV, que correspondem a locais de permanência intermitente de polícias apeados, com as zonas com maior concentração ou circulação de pessoas e a escolha dos pontos concretos de permanência, que consistem nos pontos/áreas reduzidas específicas dos dois anteriores, visam rentabilizar ao máximo o PV (NEP AULOOS/DO/01/20, de 20JUL21).

1.5. SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

De acordo com Garofalo (1981), o medo do crime pode ser definido como uma reação emocional caracterizada por uma sensação de perigo e ansiedade, produzida pela ameaça de dano físico. De acordo com o mesmo autor, este medo é provocado por sinais percebidos no ambiente que se relacionam com algum aspeto do crime para a pessoa (Garofalo, 1981). Por sua vez, a construção das percepções de segurança não deriva apenas dos riscos criminais objetivos, mas também do modo como o ambiente é percebido nas suas várias variantes, mesmo que estas não estejam diretamente relacionadas com os fenómenos criminais (Leitão, 2000), sendo os atos não cívicos um exemplo de variante que pode potenciar o sentimento de insegurança (Leal, 2011). Portanto, o sentimento de insegurança não é necessariamente um reflexo da realidade, impondo-se como uma ideia que cada indivíduo tem acerca da sua própria segurança (Clemente, 2000), sendo um fenómeno complexo que embarca uma ampla variedade de fatores (Peluso, 2014), sendo um desses, a criminalidade.

Leitão (2000) refere que o sentimento de insegurança pode resultar da vitimização direta de crimes, mas também pode tratar-se de um sentimento que surge em pessoas que nunca foram vítimas de crimes e tiveram conhecimento dos mesmos, levando à mudança dos seus comportamentos e atitudes, quer destas pessoas, quer das próprias comunidades (Hope & Sparks, 2000).

Também a desordem social e física, conforme refere Skogan (1990), contribuem para o sentimento de insegurança. A desordem social, mencionada por este autor, refere-se aos comportamentos disruptivos de alguns cidadãos, como o consumo de álcool e droga no espaço público e a prostituição, enquanto que a desordem física refere-se ao espaço físico, ou seja, à degradação e negligência do mesmo, como é o caso de abandono de edifícios, dos *grafitis*, do lixo acumulado na via pública, entre outros. Em termos de ambiente, o planeamento urbano também influencia a sensação de segurança das pessoas, sendo que fatores como a iluminação do espaço público e o *design* ambiental influenciam as perceções de segurança (Jacobs, 1961). Skogan (1990) refere ainda que o sentimento de insegurança provocado pela desordem pode levar à restrição da atividade diária das pessoas, diminuindo a interação entre as mesmas e, conseqüentemente, reduzindo a coesão social. Esta diminuição dos laços e interação entre vizinhos, despoletada pela desordem, potencia também a sensação de insegurança, uma vez que propicia um sentimento de vulnerabilidade e isolamento (Peluso, 2014).

De acordo com a Teoria das Janelas Quebradas, de Wilson e Kelling (1982), os pequenos sinais de desordem potenciam a prática de comportamentos desviantes e até mesmo de crimes mais graves, uma vez que criam a ideia de que não existe controlo. Derivado do exposto, estas incivildades, se não forem resolvidas em tempo útil, propiciam o aumento do sentimento de insegurança (Ferreira, 2010).

Os fatores socioeconómicos também são apontados como potenciadores do sentimento de insegurança, uma vez que, de acordo com Peluso (2014), em sociedades com fortes desigualdades sociais, nas quais é evidente a pobreza e exclusão social, as evidentes condições precárias de vida de alguns cidadãos podem contribuir para o sentimento de insegurança dos restantes. Os meios de comunicação social também podem desempenhar um papel preponderante no sentimento de insegurança da comunidade (Leitão, 2000) se transmitirem uma perspetiva exacerbada e distorcida da criminalidade real, através de notícias alarmistas (Peluso, 2014), uma vez que a perceção das pessoas é influenciada pelo grau de exposição aos media (Leitão, 2000). A polícia é apontada como um fator que potencia o sentimento de segurança, conforme refere Leitão (2000) ao afirmar que “parte das assunções existentes assumem que para a diminuição do sentimento de insegurança das pessoas a ação policial é de extrema importância, tendo-se ainda assumido que uma maior proximidade policial com as comunidades contribui para a sua diminuição” (p. 2). Este fenómeno pode ser substancialmente reduzido mediante o recurso a táticas policiais que

privilegiem o aumento da quantidade e a melhoria da qualidade da interação cidadão-polícia (Kelling, 1988). Por outro lado, a falta de confiança numa instituição como a polícia pode despoletar o sentimento de insegurança (Peluso, 2014), assim como a falta de visibilidade policial, que inclusive, pode ser mais potenciadora do sentimento de insegurança do que o próprio crime real (Bayley, 1994). Em casos em que a visibilidade policial é reforçada, pode existir um desfasamento entre a criminalidade e a perceção das pessoas relativamente à mesma, uma vez que o sentimento de segurança provém mais da visibilidade dos agentes do que das taxas de criminalidade (Cooper et al., 2006, as cited in Lisboa & Teixeira, 2015). Para além do exposto, importa ainda mencionar que fatores sociodemográficos, como a idade, escolaridade, a etnia, o género e o estatuto socioeconómico são também apontados como preditores significativos do sentimento de insegurança (Skogan & Maxfield, 1981).

Com a elaboração deste breve subcapítulo, verificamos assim que, conforme refere Leitão (2000), “o sentimento de insegurança tem várias causas e (...) apenas algumas podem ser trabalhadas pela polícia” (p. 2), não dependendo este exclusivamente da atividade policial e não possuindo uma relação de direta proporcionalidade com a criminalidade.

1.6. O PROGRAMA ESCOLA SEGURA

A juventude representa uma fase de transformação e vulnerabilidade, pelo que a ausência de supervisão pode favorecer o surgimento de comportamentos desviantes (Ferreira, 1997), nomeadamente, no período pós-escolar, coincidente com o aumento da delinquência (Gottfredson et al., 2004). Neste contexto, a escola assume um papel preponderante, não apenas enquanto espaço de transmissão de conhecimentos, mas também como estrutura de socialização formal, promotora de integração e cidadania (Ferreira, 1997; Braconnier & Marcelli, 2000). Contudo, esta pode também constituir-se como um local onde emergem comportamentos desviantes e antissociais (Ferreira, 1997), demonstrando-se necessário intervir nestas idades, pois os jovens que se encontram fortemente e frequentemente envolvidos em atos de delinquentes têm maior probabilidade de dar continuidade a esses atos na vida adulta (Capaldi et al., 2016).

Na década de 80 do século XX, em Portugal, a frequência de notícias sobre atos de vandalismo e de delinquência juvenil junto das escolas contribuiu “para que surgisse um sentimento de insegurança na comunidade escolar” (Silva, 2008, p. 3), o que levou o então Governo a manifestar a intenção de controlar e eliminar os fatores que contribuíssem para estes fenómenos, reconhecendo ainda que as FSS deveriam redobrar o seu esforço no que

concerne ao combate à insegurança dos jovens, em especial, junto dos estabelecimentos de ensino (Governo de Portugal, 1985). Foi também reconhecida neste programa a necessidade de as autoridades desenvolverem ações pedagógicas, capazes de suscitar novos comportamentos e formas de relacionamento entre os agentes da autoridade e os cidadãos. Estes princípios viriam a ser reconhecidos também no Programa Constitucional seguinte (Governo de Portugal, 1987), o que levou a que nos anos 80 se verificasse uma colaboração não sistemática entre MAI e ME com vista ao garante da segurança nas escolas (Sebastião et al., 2004). Em 1991 a escola viria a ser reconhecida como “o local por excelência onde a prevenção se inicia” (Governo de Portugal, 1991, p. 13), pelo que é definido que deve existir um especial enfoque nestas em coordenação com as autoridades escolares e as associações de pais e de estudantes. Foi neste seguimento que, em 1992, surge o PES, mediante a celebração de um protocolo entre o MAI e ME (Bento, 2017).

Neste subcapítulo será nosso intuito conhecer a dinâmica de funcionamento deste programa. Nesse sentido, nos termos do artigo 2.º do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, verifica-se que o PES visa, de uma forma genérica, o garante da “segurança no meio escolar e no meio envolvente, através da prevenção de comportamentos de risco e da redução de atos geradores de insegurança em meio escolar”, possuindo âmbito nacional e incluindo todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos, à exceção dos EES. Não obstante, a prevenção da criminalidade e das incivildades verificadas em ambiente escolar, este programa não se limita à escola, pois abrange as imediações destas e os percursos casa-escola dos alunos (PSP, 2024a).

No que concerne aos objetivos prioritários do PES, o artigo 3.º do despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, vem defini-los, nomeadamente: o diagnóstico, a prevenção e a intervenção nos problemas securitários das escolas; a prevenção e erradicação de comportamentos de risco e/ou ilícitos criminais nas escolas e áreas periféricas; a promoção de uma cultura de segurança nas escolas; a fomentação do civismo e cidadania; a promoção, de forma concertada com os parceiros, de ações de sensibilização e de formação sobre prevenção e segurança em meio escolar, destinadas às FS, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa; a recolha de informações e dados estatísticos; e a realização de estudos que permitam às entidades competentes conhecer objetivamente os fenómenos de violência, sentimento de insegurança e vitimização na comunidade escolar.

Para levar a cabo o cumprimento destes objetivos, o PES assenta em quatro princípios estratégicos, nomeadamente, a territorialização do PES localmente, centrando-o nas escolas

e promovendo a participação ativa de toda a comunidade; a promoção e desenvolvimento de parcerias; a formação específica direcionada aos elementos da comunidade educativa, bem como aos membros das FS envolvidos no PES; e a monitorização dos fenómenos de violência, quer individual, quer grupal, dos comportamentos de risco e incivildades nas escolas (artigo 4.º do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro).

Atendendo ao exposto, importa mencionar as atribuições das FS, nas quais se inclui a PSP, no âmbito do PES. Nesse sentido, nos termos do artigo 14.º do Despacho n.º 8927/2017, de 10 de outubro, compete às FS, no âmbito das suas atribuições: o garante da segurança das áreas envolventes às escolas; a promoção de ações de sensibilização e prevenção junto das escolas em parceria com os respetivos órgãos de administração e gestão e a comunidade local; a colaboração com as direções escolares no âmbito da formação sobre o tema de segurança escolar a desenvolver, anualmente, nas escolas; a promoção da implementação dos objetivos prioritários do PES, no âmbito dos Conselhos Municipais de Segurança; e a prossecução dos demais objetivos no âmbito do PES.

Por forma a levar a cabo estas atribuições, a PSP, por meio da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, da DNPS, criou as EPES às quais compete “garantir a segurança e vigilância nas áreas escolares; prevenir a delinquência juvenil; detetar problemas que possam interferir na situação de segurança dos cidadãos; detetar cifras negras no seio das comunidades escolares” (PSP, 2024a, p. 7). Para além do exposto, são também atribuições específicas das EPES a sinalização de jovens em risco, com o intuito de os encaminhar para as entidades competentes; o diagnóstico da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino e informar as autoridades competentes, através da cadeia de comando, para a resolução de potenciais situações geradoras de insegurança; o apoio às vítimas de crimes e o encaminhamento pós-vitimização para as entidades competentes; a procura de colaboração do público, reunindo-se com os conselhos executivos, associações de pais e AE’s, por forma a promover a adesão destes para o esforço coletivo de segurança; o fornecimento de informações úteis aos alunos e à comunidade educativa que permitam estabelecer relações de confiança e diálogo e um clima favorável à prevenção de ilícitos (PSP, 2024a). Neste sentido, Bento (2015) afirma que uma parte significativa do quotidiano dos agentes das EPES envolve reuniões com membros das direções escolares, representantes do poder local e associações diversas, uma vez que a participação em conselhos consultivos ou assembleias escolares contribui para a construção de relações de confiança que, a longo prazo, proporcionam maior flexibilidade operacional aos agentes e expandem a sua rede de

contactos. Paralelamente, o mesmo autor afirma que a manutenção destas relações interinstitucionais desempenha um papel estratégico na obtenção de recursos e apoios necessários para a realização de iniciativas como demonstrações policiais e ações de sensibilização (Bento, 2015).

Conforme abordado no presente capítulo, para o bom funcionamento do MIPP é necessária a definição de indicadores. Nesse sentido, ao consultarmos os relatórios anuais do PES, verificamos que este programa possui vários indicadores, começando pelo número de alunos e escolas abrangidas pelo PES e número de EPES. Como indicadores do trabalho verifica-se o registo das ocorrências criminais e não criminais registadas pelas EPES, os contactos individuais e as ações de prevenção criminal, nomeadamente as ações de contacto individual e as ações grupais (PSP, 2024a). Relativamente às ações grupais, é ainda registado o número de escolas participantes, número de pessoas sensibilizadas e os temas das ações grupais (PSP, 2023a) (conforme Anexo B). No que concerne às ações de contacto individual, estas subdividem-se em ações de sensibilização a grupo-alvo, gestão de casos concretos e abandono escolar e consistem em ações

de curta duração, realizada individualmente ou a pequenos grupos, seja para sensibilizar um grupo-alvo para um determinado assunto, sem a formalidade de uma ação grupal de sensibilização, como por exemplo a entrega de folhetos informativos, ou para a gestão de casos concretos, sendo estes considerados relevantes e efetuados com a ideia de identificar e/ou resolver um problema, criminal ou não criminal (PSP, 2024a, p. 4).

Por sua vez, de acordo com a mesma fonte, as Ações Grupais, subdividem-se em ações grupais de acompanhamento, de visita, de demonstração e de sensibilização. Genericamente, as ações grupais de acompanhamento consistem nas ações em que a PSP apoia a deslocação/visita de alunos/escolas a eventos realizados fora das mesmas, enquanto as ações grupais de visita consistem nas ações em que a PSP recebe nas suas instalações a visita de alunos/escolas. As ações grupais de demonstração são ações em que a PSP realiza uma demonstração de meios e/ou valências policiais junto da comunidade escolar e as ações grupais de sensibilização consistem nas ações realizadas em ambiente de sessão com uma ou mais turmas e a presença de professor(es) e, eventualmente, de assistentes operacionais e/ou pais/encarregados de educação, onde são abordados um ou mais temas relativos à

segurança dos alunos e/ou da comunidade escolar (PSP, 2024a). No que concerne às ações de sensibilização, estas apresentam uma componente preventiva na medida em que representam um meio de transmissão de informação de segurança, bem como potencializam a aproximação entre a comunidade escolar e a PSP (PSP, 2024a). É assim de salientar a importância das ações mencionadas, na medida em que, no âmbito do PES, a prevenção faz-se essencialmente mediante a visibilidade, as ações grupais e as ações de contacto individual de prevenção criminal (PSP, 2024a).

Desde a sua criação, o PES tem vindo a ser alvo de diversos estudos e, em consequência dos mesmos, reconhecido cientificamente como um programa de sucesso. Já em 2006, Oliveira (2006) afirmava que “o programa “Escola Segura é, hoje em dia, uma iniciativa de sucesso que se encontra institucionalizada junto das forças de segurança e da sociedade civil” (p. 300). Desde então, conforme mencionado, foram sendo desenvolvidos vários estudos acerca da temática. A título de exemplo, num estudo realizado por Salgado (2016) em escolas do distrito de Lisboa e Santarém, concluiu-se, para as escolas estudadas, que a maioria dos jovens reconhece a importância da existência de um programa especificamente voltado para a comunidade escolar. Para além disso, esse estudo permitiu retirar a conclusão, dentro das limitações do mesmo, que a relação dos jovens com os polícias das EPES é diretamente proporcional à visibilidade, conhecimento do PES e taxa de participação nas ações de sensibilização desenvolvidas. Contudo “a maior ou menor eficácia deste relacionamento depende maioritariamente da interação direta entre as partes, utilizando o contacto pessoal e uma capacidade de comunicação ajustada” (Salgado, 2016, p. 66). No que concerne a resultados a nível nacional, importa mencionar que, no que concerne à notoriedade dos programas de PP que a PSP desenvolve, o PES é aquele que mais é reconhecido por parte da população, com 80,9% dos respondentes a afirmarem que conhecem o programa (ICPOL & Spirituc, 2021).

II – POLÍCIA E ENSINO SUPERIOR

O presente capítulo visa essencialmente retratar o estado atual do PP junto do ES português, bem como conhecer as práticas desta índole implementadas no estrangeiro, por forma a fazer a sua caracterização e, em caso de necessidade, transpor algumas destas práticas para a realidade Conimbricense.

2.1. O PASSADO ENTRE A POLÍCIA E OS ESTUDANTES DE ENSINO SUPERIOR

De acordo com Pinheiro (2012), em 1962, o ensino universitário não tinha autonomia de modelo, de filosofia, nem administrativa, pelo que dependia na totalidade do Estado. À época, o Estado Novo procurava aumentar o controlo sobre as atividades associativas (Biblioteca Pública de Braga, 2022). A somar ao exposto, nesse mesmo ano, as autoridades políticas proibiram a realização do I Encontro Nacional de Estudantes, no entanto, este evento viria a realizar-se na mesma na cidade de Coimbra, onde foi discutida a problemática do acesso à universidade (Ferreira, 2012). Duas semanas mais tarde, viria também a ser proibida a realização do Dia do Estudante, a 24 de março (Ferreira, 2012), pois o Governo de Salazar via as AE's como mobilizadoras de resistência e oposição ao seu regime (Biblioteca Pública de Braga, 2022). Não obstante, de acordo com a mesma fonte, apesar da proibição “os estudantes da Universidade de Lisboa desafiavam o poder político com a celebração do Dia do Estudante” (p. 1). Perante tal facto, verificou-se uma “presença ostensiva das forças policiais na Cidade Universitária de Lisboa”, mediante o recurso à força, culminando em várias detenções (Ferreira, 2012). Neste seguimento, o mesmo autor refere que a 26 de março foi declarado luto académico, mediante a realização de greves às aulas em massa, as quais se vieram a estender também à academia de Coimbra. Os meses seguintes, até junho, foram marcados por movimentos defensores da autonomia universitária nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra, bem como contra a repressão do governo salazarista (Ferreira, 2012). Estes movimentos caracterizaram-se por novos momentos de hostilidade, principalmente aquando da declaração de greve total às aulas, frequências e exames, bem como do início de uma greve de fome por parte de mais de 80 alunos (Biblioteca Pública de Braga, 2022). “Em Coimbra, registam-se confrontos entre os estudantes e a polícia” (Biblioteca Pública de Braga, 2022, p. 8). Estes meses foram ainda marcados pela expulsão de 21 estudantes da Universidade de Lisboa e 34 da Universidade de Coimbra (Biblioteca

Pública de Braga, 2022), bem como detenções e prisões efetuadas pela PIDE (Ferreira, 2012).

Sete anos mais tarde dar-se-ia a Crise Académica de 1969, que teve origem em Coimbra quando o Presidente da AAC foi proibido de discursar em nome dos estudantes pelo Presidente da República (Freitas, 2019). Nessa madrugada, o presidente da AAC “é preso pela PIDE quando saía da sede da AAC e levado para interrogatório; a PSP irrompe com os seus cães e à coronhada contra um grupo de quase duas centenas de estudantes que em frente da sede da PIDE aguardavam notícias sobre o Presidente da AAC” (Freitas, 2019, p. 16). De acordo com o mesmo autor, este episódio acabaria por gerar uma onda de protestos, maioritariamente relacionados com boicotes às aulas, levando a que, a 6 de maio, o Governo ordenasse o encerramento da UC. No mês seguinte, no primeiro dia de exames, a UC foi cercada e ocupada por forças de segurança, nomeadamente GNR, polícia de choque e pela PIDE, que de forma ostensiva passaram a patrulhar a cidade, “como se fossem um exército de ocupação. Quem se assemelhasse a um estudante corria o risco de ser insultado ou preso, como aconteceu a dezenas de jovens” (Freitas, 2019, p. 17). O mesmo autor refere ainda que, face ao exposto, atualmente existem Repúblicas em Coimbra que mantêm o luto académico de 1969. No ano seguinte, na sequência de um protesto estudantil em Coimbra e de uma atividade promovida por um grupo pró-regime, a polícia reprimiu esta manifestação à bastonada, a tiro e com recurso a gás lacrimogéneo. “Em Fevereiro e Março de 1971, a repressão abate-se mais uma vez sobre a Academia de Coimbra: mais de duas dezenas de estudantes, entre os quais a quase totalidade dos corpos dirigentes da AAC, são presos e enviados para Caxias” (Freitas, 2019, p. 21). Até ao dia 25 de abril de 1974, viriam ainda a desenrolar-se diversos momentos de tensão entre autoridades e os estudantes, não obstante, com a queda do regime os estudantes passaram a liderar as primeiras manifestações de liberdade e a AAC, que fora retirada aos estudantes, foi-lhes devolvida (Freitas, 2019).

Seguiram-se anos pacíficos, com episódios pontuais dignos de destaque esporádicos, dos quais podemos destacar uma intervenção policial da PSP no ano de 2004 junto de cerca de 200 estudantes que se manifestaram junto ao Polo II da UC. Diversos estudantes encontravam-se a manifestar no local referido contra o aumento do montante máximo das propinas quando foi solicitada, pelo então reitor da UC, a presença policial, resultando numa carga policial com dezenas de feridos e na detenção de um estudante (Agência Lusa, 2005). Esta intervenção policial gerou descontentamento na comunidade estudantil, realizando-se uma vigília à porta da esquadra da PSP a exigir a libertação do estudante detido. Realizaram-

se ainda outros atos simbólicos, como a afixação de um dístico, no exterior da AAC, no qual se podia ler que fora violado o conceito de universidade livre e democrática, mediante a solicitação da PSP em espaço universitário e que esta data não poderia ser esquecida pelos estudantes de Coimbra (Agência Lusa, 2005).

2.2. O ENSINO SUPERIOR SEGURO NA ESTRATÉGIA INTEGRADA DE SEGURANÇA URBANA

A 9 de agosto de 2023, foi publicada em Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, a qual aprova a EISU. Esta estratégia visa consolidar e reforçar os níveis de segurança no país, sendo “um documento de orientação de políticas públicas de segurança, que assenta numa perspetiva sistémica, integrada e multinível” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto, p. 124). Segundo a mesma fonte, esta estratégia privilegia a intervenção nos centros urbanos, focando-se na otimização de processos e programas de execução, na prevenção de fenómenos de violência e na definição de linhas de ação para proteger as pessoas mais vulneráveis e o espaço público, sendo dada primazia à articulação com as autarquias locais.

A EISU prevê uma dimensão proativa operacional e uma dimensão proativa social. No que concerne à dimensão proativa operacional, esta deve centrar-se, entre outros, no PP, que deve ser planeado e executado pelas FS, mediante a articulação com a dimensão proativa social. Apesar da existência do MIPP, este documento prevê que a interação da polícia com as comunidades locais deve ser adaptada à realidade local (Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto). Por sua vez, na dimensão proativa social, encontram-se incluídas “as entidades da administração central e local, os parceiros sociais e os cidadãos” (p. 132). Importa ainda mencionar que o documento em análise reconhece a necessidade de monitorizar e avaliar os planos de ação elaborados, sendo de extrema importância para tal, a definição de indicadores.

Realizado um breve enquadramento acerca da EISU, importa mencionar que, ao nível da dimensão proativa operacional, a EISU prevê a criação do “Programa Ensino Superior Seguro”, que visa o estreitamento da relação com a comunidade do ES, a orientação do serviço policial para a resolução dos problemas específicos desta comunidade, a divulgação de ferramentas de respostas a incidentes criminais, o aumento da confiança nas FS, a diminuição das cifras negras, a melhoria do acompanhamento *à posteriori* da vitimização e a redução dos índices de insegurança, com enfoque nos estudantes (Resolução do Conselho

de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto). Para tal, é mencionada a necessidade de envolvimento dos EES e das AE's neste processo, bem como a existência de equipas especializadas no patrulhamento destes estabelecimentos e na resolução dos seus problemas e da sua comunidade. Deste modo, esse patrulhamento deverá abranger não só os EES, mas também as residências universitárias e locais mais frequentados pelos estudantes, privilegiando um contacto próximo com o público-alvo, que permita o conhecimento e compreensão profunda dos problemas mencionados. Por último, é também referido que será aprovado o “Regulamento do Ensino Superior Seguro”, “estabelecendo assim os protocolos de atuação e interação entre as várias entidades envolvidas.” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto, p. 144).

2.3. O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR EM BEJA

Este subcapítulo terá como intuito dar a conhecer a génese do PP junto do ES em Portugal, e terá por base Maurício (2005) dado que os contactos exploratórios efetuados permitiram-nos perceber que seria a melhor opção para fazer este retrato.

De acordo com Maurício (2005), a 10 de março de 2003, o próprio elaborou uma diretiva interna para o CD Beja onde eram definidos os objetivos de um projeto de PP junto do ES em Beja. Apesar do exposto, o mesmo autor afirma que o projeto já tinha sido informalmente implementado anteriormente a essa data, mediante a realização de reuniões promovidas pela PSP com representantes do poder local, dos estabelecimentos de ensino e das AE's que visavam dar a conhecer o projeto, recolher perceções e conseguir vincular estes atores ao projeto, por forma a potenciar a melhoria da qualidade de vida dos estudantes universitários e enaltecer a imagem da cidade como uma das zonas mais seguras do país. Para além disso, o autor refere que durante a implementação do mesmo foi feito “o levantamento da situação dos estudantes, através da aplicação dum inquérito, onde aspectos como a perceção do sentimento de segurança, a imagem que formavam da actuação da PSP e os aspectos relacionados com a vitimação, foram aspectos tidos em consideração” (p. 58).

A diretiva supramencionada foi, *à posteriori*, enviada à DN e fazia um enquadramento acerca dos estudantes universitários na cidade, mencionando as suas características particulares, “quer no âmbito da sua vivência social, quer no âmbito de rotinas diárias e potenciadoras da actividade criminal, fundamentalmente como elementos passivos da mesma” (Maurício, 2005, p. 55).

Maurício (2005), afirma que este projeto surge essencialmente devido a três motivos: a constatação, no quotidiano policial, que os estudantes universitários em Beja eram os principais responsáveis pela “vida noturna” da cidade, o que os tornava potenciais prevaricadores no que concerne à condução sob o efeito do álcool; devido à sua exposição ao risco, que gerava a necessidade de uma intervenção quer preventiva, quer repressiva “de detenção ou identificação dos presumíveis delinquentes que promovessem as suas atividades delituosas neste grupo alvo” (p. 56); e derivado da imagem que os estudantes possuíam, associada a ruído noturno e vandalismo no âmbito das suas atividades noturnas.

Aquando da sua criação, este projeto visava conquistar “a empatia de todo o grupo alvo, dinamizando a ideia que o projecto terá maior sucesso quanto maior for a interligação e interação de todos os seus componentes... fazerem parte da comunidade que garantirá a sua própria segurança” (Maurício, 2005). Para tal, o autor refere que foi adstrita uma equipa que tinha as funções de patrulhar e vigiar assiduamente os EES, com especial enfoque nos alvos de ações criminosas mais sensíveis; promover contactos regulares com as AE’s, representantes de professores e dos conselhos diretivos; acompanhar as vítimas de crimes, com especial enfoque daqueles que criavam mais sentimento de insegurança; propor e auxiliar na implementação de ações preventivas; promover o aconselhamento no que concerne aos mecanismos legais para realizar certas atividades; e contactar com instituições externas.

No capítulo do livro em análise, Maurício (2005) afirma que, à data do estudo, as FS ainda não se encontram devidamente sensibilizadas para a realidade securitária da comunidade académica de ES, deixando assim um conjunto de recomendações e boas práticas para a implementação de um projeto de proximidade junto do ES, as quais passamos a enunciar: a criação de um equipa específica dedicada exclusivamente aos EES, cujos elementos deverão, preferencialmente, ser voluntários, bons comunicadores, bons negociadores, sensatos e conhecedores do meio onde estão a intervir, com o intuito de a sua aceitação no meio de intervenção ser mais célere; a divulgação do projeto junto dos responsáveis dos EES, por forma a criar, logo à partida, uma estratégia de vinculação e parceria “sensibilizando à necessidade de ser desde logo instituído o elemento de contacto do EES, o qual passará a servir de interlocutor às reuniões periódicas e à discussão extraordinária de qualquer assunto que vise tal necessidade” (p. 95); a promoção de contactos estreitos com as AE’s, por forma a fomentar a confiança mútua entre as mesmas e as equipas de proximidade junto do ES e auxiliar “na resolução e encaminhamento de

questões relacionadas com a segurança e a vivência diária” (p. 95), como por exemplo, questões legais ou processuais; o levantamento dos problemas securitários em cada EES, com enfoque na vitimização e medo do crime, mediante a aplicação de questionários que permitam detetar padrões da atividade criminal que vitimiza os estudantes e os fatores que contribuem para o seu sentimento de insegurança, “por forma a ser possível aplicar medidas operacionais concretas” (p. 96), como a criação de rotas seguras; a promoção de ações periódicas de sensibilização junto dos polícias, por forma a integrá-los e fazê-los sentir integrados no programa; a divulgação do projeto junto do ES e das entidades que poderão vir a ser parceiras em rede do projeto; a criação de um atendimento personalizado, mediante a adoção de um canal de ligação conhecido do público-alvo; a promoção da “adequação operacional e coordenação dos efetivos policiais em ação na cidade com as ESES” (p. 96); o recurso às novas tecnologias para potenciar a divulgação de informação útil e conselhos de prevenção criminal; o recurso à divulgação de *flash news* sobre ocorrências e medidas de prevenção; a implementação de policiamento de alta visibilidade em determinadas alturas do ano letivo; a promoção de ações de prevenção criminal nos locais onde os estudantes tendem a ser mais vítimas de crimes; a incentivação da participação dos ilícitos, pelos estudantes; e a promoção da avaliação dos projetos, com especial enfoque na criminalidade denunciada, vitimização não denunciada, insegurança sentida e perceção das equipas de proximidade junto do ES.

Com base nos contactos exploratórios efetuados, foi ainda possível apurar que atualmente, em Beja, o PP junto do ES segue as mesmas orientações que o policiamento efetuado junto das escolas básicas e secundárias.

2.4. O POLICIAMENTO DO POLO UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA (PORTO)

O PP junto do ES foi pela primeira vez implementado, formalmente em território nacional, no COMETPOR, embora informalmente as origens deste modelo de atuação remontem a Beja. A 4 de março de 2002, por meio da Diretiva Operacional nº 07/2002 do COMETPOR foi criado um policiamento específico e limitado ao Polo Universitário da Asprela – Paranhos – Porto, que incluía também o Hospital de São João – Porto e o Instituto Português de Oncologia. Esta iniciativa surge devido à notícia de alguma criminalidade e trânsito desregulado nesta zona, o que levou o COMETPOR a avaliar a necessidade de implementar um policiamento específico e, mediante essa avaliação, concluiu-se que seria

mais eficaz e eficiente adotar esse policiamento, com a afetação inicial de uma equipa destinada ao mesmo (PSP, 2023b).

Atualmente, o policiamento no Polo da Asprela baseia-se nos princípios *conhecer; qualificar, comunicar e agir* e abrange EES públicos e privados, com uma comunidade académica estimada de 50 000 pessoas, incluindo ainda o Hospital de São João e o Instituto Português de Oncologia do Porto. Para a sua operacionalização, encontra-se afeta uma equipa, chefiada por um polícia da categoria de chefe, especializada e dedicada exclusivamente ao policiamento, cuja coordenação é feita diretamente pela Esquadra do Bom Pastor – 3.^a Divisão (PSP, 2023b).

No que concerne aos objetivos do mesmo, este policiamento visa: reduzir as vulnerabilidades e promover o sentimento de segurança da comunidade académica; promover uma cultura de segurança nos EES; fomentar o civismo e a cidadania; prevenir, sinalizar, acompanhar e analisar os problemas securitários nos EES; denunciar comportamentos de risco e/ou de ilícitos nos EES e áreas envolventes; promover o estreitamento do relacionamento com a comunidade do ES; promover a atuação orientada para a resolução dos problemas específicos desta comunidade com especificidades próprias, mediante o envolvimento das AE's; promover, em articulação com os parceiros, ações de sensibilização e/ou de formação relacionadas com prevenção e segurança em meio escolar, por forma a transmitir conselhos de segurança que permitam potenciar a prevenção de determinados crimes; promover um patrulhamento assíduo e voltado para os problemas dos EES e da sua comunidade; desenvolver iniciativas que visem transmitir ferramentas/mecanismos de resposta a incidentes criminais; reduzir as cifras negras; prevenir e detetar situações que possam constituir problemas sociais ou que possam vir a resultar em práticas criminais; e reduzir os índices de insegurança, quer subjetiva, quer objetiva desta comunidade, com enfoque nos estudantes (PSP, 2023b). No caso da redução da criminalidade objetiva, de acordo com a mesma fonte, esta materializa-se mediante a implementação de medidas operacionais no terreno, como o reforço de policiamento em zonas específicas, assim como através do enfoque na abordagem preventiva aos crimes que mais vitimizam os estudantes

À semelhança do PES, este policiamento também recorre a indicadores de atividade. Ao procedermos à análise do memorando do policiamento dedicado ao Polo universitário da Asprela, de 2023, constatamos que a criminalidade por tipologia, assim como a criminalidade por artéria, são alguns dados objetivos que são tidos em conta para avaliar este

policciamento (PSP, 2023b). Para além disso, no que concerne à atividade diretamente mensurável desenvolvida pela PSP neste âmbito, são tidas em conta as ações de sensibilização à comunidade académica, os contactos estabelecidos com parceiros estratégicos, as operações de fiscalização rodoviária, os autos de contraordenação por infração ao código da estrada e legislação complementar, as detenções e os policiamentos efetuados em festas académicas (PSP, 2023b).

Importa ainda mencionar a existência de parcerias estabelecidas com faculdades, institutos, AE's e com a junta de Freguesia de Paranhos (PSP, 2023b), bem como a existência de um protocolo com a FAP, que visa a promoção de mecanismos de articulação e boas práticas entre ambos e, conseqüentemente, aumentar o sentimento de segurança dos estudantes de ES, nas zonas onde estes mais circulam, permanecem e em eventos que acarretem mais fatores de risco (PSP, 2013).

Neste protocolo encontra-se a identificação dos pontos de intervenção prioritária, que coincidem com os locais de maior concentração estudantil, correspondendo a dois Polos universitários. Enquanto direitos e obrigações decorrentes deste protocolo, verificamos que a PSP deverá nomear um elemento de ligação junto da direção da FAP para articulação operacional em cada um dos Polos identificados; promover ações de sensibilização sobre temáticas específicas, quando solicitado pela FAP, com enfoque em temáticas que afetem a segurança objetiva e subjetiva desta comunidade; realizar reuniões regulares com os responsáveis da Direção da FAP nos dois Polos identificados, sendo obrigatória a realização de uma reunião de avaliação anual no início e no final do ano letivo; e realizar estudos e auscultações à comunidade, em colaboração com a FAP (PSP, 2013). A FAP, por sua vez, deverá identificar áreas de interesse e de problemas securitários, fazendo a sinalização à PSP; desenvolver campanhas de informação e sensibilização que visem a diminuição do risco de vitimização dos estudantes, difundindo estas campanhas digitalmente; e criar em parceria com a PSP materiais de sensibilização e informação (PSP, 2013). Nos termos deste protocolo, a PSP e a FAP comprometem-se ainda divulgar parceria e as atividades desenvolvidas através dos meios de comunicação institucional devendo ser divulgadas informações de planeamento e dos resultados alcançados pelas duas entidades.

Nunes e Sani (2016) realizaram um estudo no Polo Universitário da Asprela com recurso à difusão de um questionário pelos seus estudantes, com o intuito de realizar um diagnóstico local de segurança neste Polo. Este estudo evidencia que, apesar da maioria dos estudantes percecionarem o Polo Universitário da Asprela como um espaço seguro (65%),

persiste um sentimento significativo de insegurança (35%), associado essencialmente à criminalidade, à degradação ambiental/distribuição espacial e à escassez de policiamento (Nunes & Sani, 2016). No que concerne à atuação policial as opiniões dividem-se entre o reconhecimento do esforço dos agentes e a crítica ao insuficiente policiamento. Cerca de 45% dos inquiridos consideram que os polícias “quase nunca” ou “nunca” fazem de tudo para garantir a segurança daquele Polo, o que, para a maioria desses 45% inquiridos, se deve ao défice/limitação de policiamento. Por outro lado, relativamente aos inquiridos que consideram que a polícia garante a segurança na área, tal facto deve-se maioritariamente ao esforço dos polícias, apesar das limitações, bem como devido ao suficiente policiamento (Nunes & Sani, 2016). Não obstante, apesar destas limitações, a maioria dos estudantes demonstra disponibilidade para colaborar na promoção da segurança. Relativamente à vitimização, 15% dos inquiridos referem ter sido vítimas de crimes nos últimos cinco anos, maioritariamente à noite e fora dos EES, sendo que cerca de metade dos mesmos não contactaram as autoridades após serem vítimas dos crimes (Nunes & Sani, 2016). Por último, relativamente à satisfação relativa à atuação dos polícias, mais de metade dos inquiridos refere estar pouco ou nada satisfeito com a mesma, derivado essencialmente da escassez/limitação de policiamento, sendo este também um dos principais fatores apontados para melhorar a qualidade de vida nesta área da cidade (Nunes & Sani, 2016).

2.5. O PROJETO “UNIVERSIDADE SEGURA” DO COMETLIS

O projeto “Universidade Segura” surgiu no ano de 2017 por forma a colmatar uma lacuna existente desde a criação do PES, sentida em Lisboa, nomeadamente, a inexistência de um policiamento vocacionado para os seus EES (PSP, 2017). De acordo com a mesma fonte, este policiamento visa o estreitar da relação entre a comunidade académica de ES e a PSP, promover a orientação da PSP para a resolução de problemas frutos de uma realidade com especificidades próprias, através do envolvimento das AE’s e EES e ainda reduzir os índices de segurança objetiva e subjetiva desta comunidade, principalmente dos estudantes. Para tal, as parcerias são desde o início do projeto apontadas como fatores críticos de sucesso, pelo que, desde a criação do PUS, foi feito o levantamento de possíveis parceiros estratégicos (PSP, 2017).

No que concerne à sua organização, este policiamento é assegurado por duas divisões policiais, nomeadamente a 2.^a e a 4.^a divisão policial do COMETLIS (PSP, 2017). Na 2.^a divisão, as EUS, isto é, as equipas com formação específica direcionada para o policiamento

de proximidade em ambiente de ES, encontram-se enquadradas no MIPP da 18.^a esquadra. Na 4.^a divisão as EUS, nos anos letivos 2022/2023 e 2023/2024 não foi atribuída uma equipa fixa nas EUS, tendo o projeto sido assegurado pelos polícias empenhados nas EPES (PSP, 2024b).

Por forma a evitar a dispersão de esforços e recursos, o PUS baseia a sua atuação num ciclo de gestão e melhoria contínua assente em 5 princípios, nomeadamente, *conhecer, qualificar, comunicar, agir e avaliar/diagnosticar* (PSP, 2017). De acordo com a mesma fonte, o primeiro consiste no conhecimento contínuo da realidade do ES, o que se demonstra essencial para realizar um diagnóstico específico e promover uma intervenção eficaz. O segundo princípio, “qualificar”, consiste no reconhecimento da importância da formação dos polícias adaptada às especificidades da comunidade académica, por forma a promover um serviço eficiente e de qualidade. O princípio “comunicar” materializa-se com a divulgação interna e externa do projeto, por forma a promover o correto encaminhamento interno das ocorrências e a adesão da comunidade académica. O quarto princípio, “agir”, consiste na promoção da atuação policial de forma sustentada, integrada e sistémica, garantindo uma presença visível nas universidades por forma a prevenir crimes, reforçar o sentimento de segurança e responder rapidamente a ocorrências. Por último, a fase de avaliação/diagnóstico visa perceber a eficácia do projeto, pelo que, um após um ano após a sua implementação foi perspectivada a aplicação de um questionário aos alunos e professores dos EES, com o especial cuidado de solicitar o apoio de um EES para criar o questionário e efetuar o tratamento dos dados, promovendo assim uma avaliação imparcial do impacto da implementação do projeto (PSP, 2017).

Com base nos contactos exploratório efetuados, foi-nos possível obter a informação de que os polícias que integram as EUS da 2.^a Divisão policial do COMETLIS elaboram documentos designados “Identificação de problema e proposta de solução”, que visam identificar e propor a resolução de problemas específicos. Ao consultarmos diversos documentos desta índole, elaborados entre 2019 e 2023, constatámos que, na quase totalidade dos casos, os problemas identificados, desde criminalidade a questões de insalubridade, falta de iluminação na via pública, design ambiental, constrangimentos rodoviários, etc., são maioritariamente, numa primeira instância, identificados pelas AE’s ou pelos próprios EES, que fazem a comunicação às EUS e estas procedem à análise destes problemas, efetuando propostas de resoluções para os mesmos.

Em termos de indicadores de atividade operacional, à semelhança de em todo o país, é possível fazer o registo na plataforma SIMPEP das ocorrências em EES, das ações de prevenção grupais e das ações de contactos individuais (conforme Anexo C), sendo estas duas últimas transpostas para o relatório anual de atividades (PSP, 2023c). De acordo com PSP (2024b), as temáticas das ações de sensibilização são escolhidas mediante a confrontação com a presença constante de determinados ilícitos e vão ao encontro das necessidades sinalizadas pela comunidade académica, pelo que as EUS trabalham esses temas, organizando-os de forma pertinente através do recurso aos materiais didáticos e definidos pela DN. Relativamente às ações de sensibilização grupais, verifica-se, no relatório anual, o registo do número de EES em que estas foram realizadas, o número de alunos sensibilizados e o número de professores, assistentes operacionais e pais sensibilizados (PSP, 2023c). Constata-se ainda o registo, em relatório anual das ocorrências criminais e não criminais das ocorrências da EUS (PSP, 2023c), bem como a criminalidade por tipologia (PSP, 2024b).

Nos anos letivos 2022/2023 e 2023/2024, de acordo com PSP (2023c) e PSP (2024b) foram realizadas algumas ações merecedoras de destaque, nomeadamente: um “*Welcome Erasmus*”, que consistiu numa ação de boas-vindas que visou transmitir conhecimento e esclarecer os estudantes de *Erasmus*; o mesmo foi realizado dirigido aos caloiros, por forma a alertar este público-alvo para a adoção de comportamentos de autoproteção perante a confrontação com uma nova realidade, bem como a apresentar as EUS e a esclarecer e aconselhar estes alunos em termos legislativos; uma ação de sensibilização dirigida a alunos de diversas AE’s sobre licenciamento para eventos, que teve como objetivo sensibilizar acerca dos documentos e procedimentos que os mesmos devem possuir e adotar aquando da realização de festas ou eventos académicos; a realização de uma ação de fiscalização e sensibilização rodoviária em parceria com a AE, a Comissão de Praxe e a tuna de uma faculdade, que permitiu que os novos alunos participassem no processo de consciencialização dos condutores sobre os perigos de consumir álcool e conduzir; a realização de simulacros de cenários de incêndios e sismos, em parceria com o Departamento de Educação da Câmara Municipal de Lisboa, com o objetivo de sensibilizar e preparar a comunidade académica para este tipo de eventos, assim como testar a operacionalidade dos meios envolvidos; e foram ainda realizados diversos policiamentos em festas académicas.

Em termos de resultados, apesar de não existir nenhum estudo que comprove efetivamente o sucesso do PUS, este projeto tem demonstrado alguns indicadores de sucesso,

objetivos e subjetivos, quer por parte da comunidade académica, quer por parte dos polícias que integram o próprio projeto.

De acordo com o relatório de atividades das EUS da 2.^a Divisão Policial de Lisboa, relativa ao período de 2019 a 2024, constatamos que a esmagadora maioria de ocorrências na área das EUS, entre os anos letivos 2019/2020 e 2023/2024, são relativas a crimes contra a propriedade, nomeadamente furtos e roubos (PSP, 2024c). Não obstante, ao visualizarmos este relatório, verificamos que se tem vindo a registar uma diminuição significativa relativamente ao número destas ocorrências. No ano letivo 2020/2021, comparativamente ao ano letivo 2019/2020, as ocorrências registadas relacionadas com crimes contra a propriedade diminuíram para cerca de metade, diminuindo ainda mais no ano seguinte, registando-se nesse ano cerca de 40% deste tipo de ocorrências face ao ano letivo 2019/2020. Nos anos letivos seguintes, ou seja, 2022/2023 e 2023/2024, verificou-se um ligeiro aumento gradual desta criminalidade, não ultrapassando, no entanto, cerca de metade das ocorrências do ano 2019/2020 (PSP, 2024c). Consideramos importante reforçar que, nos anos letivos 2022/2023 e 2023/2024 o PP junto do ES foi assegurado por uma EPES e não por uma EUS em exclusividade de funções (PSP, 2024b).

No que concerne aquilo que se pode considerar um indicador de sucesso subjetivo interno, importa mencionar que os polícias percebem que as intervenções policiais ocorridas com alunos que já contactaram com as EUS e assistido a ações de sensibilização, foram resolvidas mais facilmente e rapidamente, uma vez que estes estudantes demonstraram maior consciencialização relativamente aos ilícitos cometidos (PSP, 2024b).

Relativamente a indicadores subjetivos de sucesso externos, de acordo com o Presidente da AE do ISCTE, numa entrevista realizada por Igreja (2022), o entrevistado menciona que “sinto que tem vindo a haver um aumento cuidado dado por parte da polícia a esta realidade universitária” (p. 86). Por outro lado, também refere o facto de “muitos dos alunos não gostarem de ver a polícia por perto para estarem à vontade para fazerem estas situações” (p. 86), referindo-se a consumo de estupefacientes e consumo excessivo de álcool. No que concerne à satisfação relativamente à relação com as EUS, refere ainda que a mesma é “espetacular” (p. 87), pelo que “é quase semanal o contacto que tenho com os senhores agentes e deixaram-me à vontade para à distância de um telefonema ou de uma mensagem reportar qualquer situação que possa acontecer” (p. 87). Este menciona ainda que se sente “muito mais à vontade para fazer estes eventos pelo facto de saber que tenho ao meu lado com grande capacidade de resposta os agentes de polícia”. No que concerne à dimensão não

estudantil da comunidade académica, o Presidente do ISEG descreve a cooperação com a PSP como “Muito boa, muito boa, muito bom mesmo, excelente” (p. 96), referindo ainda que desde a implementação do PUS “o que tem havido é uma aproximação intrusamente cada vez maior entre as instituições” (p. 96). Também o Reitor da Universidade de Lisboa demonstra a sua satisfação perante o grau de cooperação com a PSP referindo ainda como ponto positivo “o facto de nós conhecermos as pessoas que estão a trabalhar mais perto de nós” (p. 110), o que “tem criado um ambiente naturalmente de mais proximidade e a proximidade aqui é fundamental” (Igreja, 2022, p. 110). Importa ainda mencionar que, apesar de sinalizadas algumas lacunas neste estudo, consideramos que é viável citar o conteúdo destas entrevistas, devido à forma como foram realizadas e ao facto de as suas transcrições, na íntegra, estarem anexadas no referido estudo.

2.6. O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR NO ESTRANGEIRO

Previamente à elaboração do presente subcapítulo, foi realizada uma pesquisa minuciosa relativa aos modelos de PP junto do ES implementados no estrangeiro. Após essa extensa pesquisa, e derivado da limitação de páginas, optámos por abordar a realidade do Canadá e dos Estados Unidos, devido ao maior volume de informação disponível, que permitiu compilar as práticas de proximidade junto do ES implementadas nestes países.

Nesse sentido, faremos uma abordagem relativa à atuação dos *Special Constables Services* nas várias universidades canadenses, essencialmente, com base na informação disponibilizada nos *websites* das universidades. Muitas das práticas implementadas nas diversas faculdades são idênticas, pelo que apresentaremos a totalidade das medidas implementadas, sem fazer referências redundantes àquelas que são implementadas em mais que uma universidade. Importa ainda mencionar que o modelo de polícia implementado no Canadá e nos EUA é distinto daquele que vigora em Portugal, pelo que o objetivo deste subcapítulo será meramente fazer uma abordagem às boas práticas de policiamento comunitário junto do ES implementadas nestes países, reconhecendo que, em termos de organização e hierarquia, estes serviços não se adequam ao modelo de polícia napoleónico. Esta afirmação deriva, desde logo, do facto que os *Special Constables* são nomeados pela província local e geridos pelo conselho de serviços de polícia local, sendo que esta nomeação lhes confere poderes de polícia na área do *campus* (University of Toronto Students' Union, 2021). Em termos de jurisdição, estes exercem a sua autoridade na área do *campus*

universitário, pelo que as suas competências policiais se restringem às áreas pertencentes à universidade (Western University, 2025).

Os *Special Constables Services* baseiam a sua atuação nos princípios do PC (University of Waterloo, 2025), focando a sua atuação no estabelecimento de parcerias comunitárias e na realização de atividades que potenciem a segurança, a proteção e a qualidade de vida na comunidade académica da universidade (Western University, 2025). Deste modo, com vista a garantir a segurança da comunidade académica, os *Special Constables* dão resposta a ocorrências criminais na área do campus e são responsáveis pela investigação criminal dos crimes que acontecem nesta área, fazendo o encaminhamento para a polícia regional quando consideram apropriado (University of Waterloo, 2025). No entanto, o foco da atuação policial assenta essencialmente na prevenção, criação de laços de confiança e criação de parcerias.

A prevenção criminal é potenciada de diversas formas nestes meios, sendo o policiamento de alta visibilidade uma das formas de prevenção em que os *Special Constables Services* apostam, nomeadamente mediante a realização de patrulhas regulares a pé, de bicicleta e de carro, visando assim dissuadir e prevenir problemas securitários (University of Waterloo, 2025; University of Windsor, 2025).

Outra vertente da atuação preventiva é a prevenção do crime através do *design* ambiental (Wilfrid Laurier University, 2025), pelo que existe uma equipa que tem como função estabelecer medidas que mitiguem os riscos securitários desta índole (Western University, 2025). Para tal, demonstra-se imprescindível que esta equipa procure conhecer e identificar as vulnerabilidades em termos de *design* ambiental, nomeadamente através do conhecimento relativo ao sentimento de insegurança, sentido pela comunidade académica, e da identificação dos locais onde são praticadas mais atividades ilícitas (Western University, 2025). Face ao reconhecimento do exposto, o serviço especial de polícia da universidade Wilfrid Laurier promove o envolvimento da comunidade académica na identificação de situações de risco ambiental no seu *website* (Wilfrid Laurier University, 2025).

A prevenção criminal mediante a difusão de conhecimentos sobre segurança junto da comunidade académica é também uma aposta dos *Special Constables Services*. Em termos práticos, este serviço materializa esta vertente mediante a realização de apresentações temáticas sobre determinados temas, nomeadamente, consciência situacional, técnicas de descaramento em diversos cenários, bem como *workshops* de defesa pessoal para mulheres (Western University, 2025). Para além do exposto, é feito o recurso à difusão de cartazes

com medidas preventivas face aos ilícitos criminais que o *Special Constable Service* considera mais relevantes no momento (University of Waterloo, 2025). Também as feiras de divulgação são aproveitadas no sentido de sensibilizar os estudantes em matéria de segurança (University of Toronto, 2023) e no próprio *website* da universidade, no separador dedicado aos *Special Constable Service*, são comunicados diversos conselhos de segurança. As redes sociais são também utilizadas como meio de difusão de conselhos de segurança, através da publicação de vídeos e publicações interativas (University of Toronto, 2023). Por último, os eventos que envolvem esta comunidade também são uma aposta ao nível da difusão de informações de segurança, pelo que, aquando da existência deste tipo de eventos, existe um esforço para transmitir informações que visem proporcionar a segurança e bem-estar da comunidade nestes eventos (University of Waterloo, 2025).

Para além da difusão de informações preventivas, verifica-se também a difusão de informação que visa dar a conhecer à comunidade académica os procedimentos e medidas a adotar em distintos caso de vitimização (University of Waterloo, 2025), bem como em emergências, designadamente, atacantes ativos, fogos, desastres ambientais, entre outros (Western University, 2025).

O reconhecimento da importância da construção de boas relações com a comunidade académica é evidentemente tido em conta pelos *Special Constable Services*, pelo que, na universidade de *Western*, existe uma equipa exclusivamente destinada a construir boas relações com a comunidade académica, a promover soluções para os problemas comunitários, mediante o estabelecimento de parcerias estratégicas, e a apoiar esta comunidade em matéria de segurança e bem-estar (Western University, 2024). O mesmo é aplicado na Universidade de Toronto, em que se encontra nomeado um agente de ligação do *Special Constable Service* à comunidade académica (University of Toronto, 2023). Também nesta universidade, outra aposta na construção de laços com a comunidade são as semanas de boas-vindas aos novos alunos, em que se fomenta a compreensão e colaboração destes estudantes mediante a realização de sessões que lhes permita familiarizem-se com a polícia no campus e perceberem o seu papel (University of Toronto, 2023). Por sua vez, o *Special Constable Service* da Universidade Wilfrid Laurier realiza anualmente a designada “Semana de Segurança do Special Constable Service”, que tem como objetivo quebrar barreiras entre os estudantes e os polícias, através da realização de eventos que promovem a interação entre ambas as partes (Wilfrid Laurier University, 2025).

Para situações de emergências, os *Special Constable Services* apostam regularmente na utilização de aplicações que distribuem pelos interessados alertas e notificações em casos de emergências (University of Waterloo), e em que os seus utilizadores, perante uma situação de emergência, podem acionar um sinalizador de socorro, enviando a sua localização à entidade responsável pela segurança do campus (University of Toronto, 2025).

Para efeitos de patrulhamento, na sua área de atuação, os *Special Constables* não portam arma de fogo, limitando-se ao porte de meios coercivos de menor capacidade letal como o gás pimenta, o bastão e as algemas (Western University, 2025). Com vista ao uso adequado e eficaz dos meios coercivos, é reconhecida a importância da formação no âmbito do uso destes meios, pelo que a mesma é recorrente (Western University, 2025). Não obstante, de uma forma geral, os *Special Constables Services* mantêm uma formação regular, com o intuito de capacitar os seus elementos para dar resposta a qualquer tipo de emergência que se suceda na área do campus, incluindo emergências médicas (University of Waterloo, 2025). A formação administrada acompanha as tendências do desenvolvimento social e o programa formativo é desenvolvido com base na análise da atividade diária e dados estatísticos, bem como nas recorrentes auscultações à comunidade e outras instituições (University of Toronto, 2023).

A transparência relativa à atividade operacional e criminalidade é também tida em conta, pelo que, na página deste serviço são publicados diariamente os crimes que a polícia do campus teve conhecimento (University of Toronto, 2025), para além do relatório anual elaborado, que menciona as atividades desenvolvidas, os crimes e as ocorrências registadas ao longo do ano na área do campus (Western University, 2025).

Por último, verifica-se o frequente recurso aos sistemas de videovigilância na área do campus (Western University, 2025) e a criação de um separador no website da universidade destinado à apresentação de denúncias anónimas (University of Waterloo, 2025).

Nos Estados Unidos da América (EUA), apesar do policiamento dirigido para o ES não ser uma novidade, verifica-se que são escassos os estudos científicos realizados que estudem a eficácia dos mesmos e muitos dos estudos que existem não são enquadráveis na presente investigação dada a diferença do modelo de polícia.

À data de 2020, todas as universidades dos EUA possuíam uma *campus police* (Allen, 2020). Ramzah (2024) afirma que parte do quotidiano dos polícias que exercem funções nas *campus polices* segue a filosofia do PC, envolvendo o patrulhamento apeado de alta visibilidade, com visto à maior acessibilidade dos polícias e à promoção de contactos

informais; a participação em eventos que visam meramente a interação comunitária e o estreitar de relações, designados “*Coffee with a Cop*”; a participação em conselhos consultivos de segurança, constituídos por estudantes, docentes, funcionários e a polícia, por forma a discutir problemas de segurança e sugerir melhorias; o recurso ativo às redes sociais para divulgar como estratégia comunicacional; a realização de ações de sensibilização; e a participação em atividades estudantis. Não obstante, importa mencionar que, de acordo com a mesma fonte, a *campus police* possui polícias juramentados e não juramentados e, apesar de atuar com base nos princípios do PC, esta não possui equipas dedicadas a promover o envolvimento com a comunidade académica.

O mesmo autor refere que as referidas medidas têm um impacto significativo na melhoria do sentimento de segurança, na confiança mútua entre a comunidade académica e a polícia, na disposição desta comunidade para contribuir ativamente para a segurança do campus e no desenvolvimento da coesão social (Ramzah, 2024). No entanto, apesar dos referidos benefícios da implementação deste policiamento, Ramzah (2024) constata que existem algumas limitações à sua implementação, nomeadamente a falta de recursos humanos, bem como alguns desafios em termos de relacionamento com minorias étnicas, proporcionada por uma desconfiança histórica. Num outro estudo, realizado por Patten et al. (2016), verificou-se que cerca de dois terços dos estudantes não tinha um verdadeiro conhecimento acerca das funções da *campus police*.

Não obstante o exposto, e acordo com Hancock (2015), entre os principais obstáculos à eficácia da *campus police* são de salientar a inadequação do policiamento às necessidades específicas da comunidade académica, a adoção superficial do policiamento, transmitindo apenas uma imagem progressista e ainda a falta de compreensão, por parte da polícia e dos polícias, relativamente aos princípios basilares deste tipo de policiamento.

Ramzah (2024) sugere um conjunto de recomendações para melhorar o PC nas universidades, das quais podemos destacar o aumento da visibilidade policial, quer no espaço académico, quer em eventos académicos e a criação de equipas específicas destinadas a promover o envolvimento da comunidade, bem como a construir relações de confiança mútua. Segundo o mesmo autor, as equipas que atuam no espaço universitário devem-se basear em princípios de inclusão e equitatividade, realizar apresentações temáticas de segurança, analisar os incidentes, por forma a promover um planeamento estratégico de intervenção que permita potenciar a segurança e responder às expectativas da comunidade (Ramzah, 2024). Neste âmbito, é também fundamental ter em conta que as interações com a

polícia influenciam a percepção da comunidade académica e que o patrulhamento apeado, a presença e participação em eventos académicos e uma comunicação transparente, são fatores-chave para a construção de confiança e melhoria da imagem da polícia (Iles & Basham, 2023). É também apresentada como recomendação, por Ramzah (2024), que a visibilidade e atuação policial seja equilibrada, correndo o risco de prejudicar as relações comunitárias. Por último, no que concerne à implementação de um policiamento junto do ES bem-sucedido, o mesmo autor refere que é fundamental que os investigadores explorem estratégias de implementação e que tenham em consideração os objetivos estabelecidos superiormente (Ramzah, 2024).

III – MÉTODO

O método consiste no “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingirmos o conhecimento” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 24), ou seja, num estudo científico, é o método que permite definir o caminho para atingir os objetivos do estudo e, conseqüentemente, produzir conhecimento validado (Lakatos & Marconi, 2003). Quivy e Campenhoudt (2005) defendem que os métodos são “formalizações particulares dos procedimentos, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados” (p. 25), definindo procedimento como “uma forma de progredir em direção a um objetivo” (p. 25). Todas as investigações científicas devem ter por base determinados princípios idênticos e estáveis, no entanto, existem vários percursos diversos que conduzem ao conhecimento científico, variando estes de acordo com cada investigação específica (Quivy & Campenhoudt, 2005). Face ao exposto, é imperativo explicar a escolha do caminho delineado, as técnicas de recolha de dados e a forma de tratamento destes escolhida, a estrutura do guião das entrevistas, bem como a demonstração dos obstáculos epistemológicos que foram ultrapassados ao longo da investigação (Poiares, 2014).

O presente estudo consiste num estudo de caso que se demonstra apropriado para investigar fenómenos que impliquem a consideração de uma grande variedade de fatores e relacionamentos que podem ser observados de forma direta (Ventura, 2007). De acordo com a mesma autora, o estudo de caso é útil nas pesquisas exploratórias, visto que é caracterizado pela sua flexibilidade, “recomendável nas fases iniciais de uma investigação sobre temas complexos” (Ventura, 2007, p. 385). Meirinhos e Osório (2010) afirmam que “os estudos de caso, na sua essência, parecem herdar as características da investigação qualitativa” (p. 50), no entanto, não devem ser confundidos com pesquisa qualitativa, visto que podem incluir também evidências quantitativas, dada a estratégia abrangente que os caracteriza e a área comum entre a investigação qualitativa e quantitativa (Yin, 2005, as cited in Meirinhos & Osório, 2010). Para além do exposto, a opção de realizar um estudo de caso deve-se ao facto de estes visarem a descoberta, atribuírem ênfase à interpretação em contexto, retratarem de forma profunda a realidade, recorrerem a diversas fontes de informação, permitirem generalizações naturalísticas e ainda procurarem representar os diversos pontos de vista presentes numa situação social (Lüdke & André, 1986).

De acordo com Meirinhos & Osório (2010), “o desenvolvimento de projetos de investigação constitui uma componente difícil quando se realizam estudos de caso” (p. 53), dado o facto de estes se constituírem como uma estratégia pouco sistematizada e muito

abrangente. Devido ao exposto, os mesmos autores afirmam que estes podem não ser “completamente coincidentes e podem sofrer alguma variação conforme as abordagens, o desenho metodológico e os aspetos a que cada autor atribui mais importância” (Meirinhos & Osório, 2010, p. 53). Os estudos de caso podem ainda ser classificados como exploratórios, descritivos ou explanatórios (Yin, 1993, as cited in Meirinhos & Osório, 2010). Neste caso em concreto, e de acordo com Moreira et al. (2021), classificamos o presente estudo de caso como exploratório, uma vez que o mesmo visa aprofundar uma temática muito pouco explorada, sobre a qual persistem dúvidas e incertezas, com o objetivo de contribuir para a explicitação de um fenómeno. Importa ainda mencionar que a presente investigação assenta numa abordagem metodológica qualitativa, uma vez que os métodos qualitativos fornecem descrições pormenorizadas acerca de fenómenos complexos (Galvão et al., 2018).

Importa ainda referir que foi nossa intenção fazer uma abordagem metodológica mista, com recurso à análise estatística de dados provenientes do SEI, com o intuito de, no caso de ser necessário rever o PP junto do ES público Conimbricense, podermos apresentar sugestões de melhoria que tenham por base não só uma componente subjetiva do PP, mas também uma componente objetiva. Ou seja, a intenção seria recorrer a estatísticas descritivas simples, relativamente a fatores tidos como relevantes (como por exemplo a tipologia criminal, locais de ocorrências, data e hora, etc.) e permitir um conhecimento mais profundo da realidade securitária, sem necessidade de recorrer a testes estatísticos avançados (Bryman, 2012), uma vez que estes permitiriam complementar os dados extraídos nas entrevistas e propor melhorias com base no conhecimento integral do contexto securitário. Para além do exposto, visariam ainda permitir a triangulação entre perceções de (in)segurança e dados criminais reais.

Não obstante, não foi possível fazer esta abordagem, uma vez que o SEI não permite visualizar em concreto a criminalidade associada aos estudantes de ES. Fizemos inclusive um esforço por ultrapassar esta dificuldade, definindo critérios que visaram a aproximação às características destes estudantes, nomeadamente a idade compreendida entre os 18 e os 25 anos e profissão (no SEI) ser estudante. No entanto, viemos a constatar que estes dados do SEI não poderiam ser utilizados uma vez que não existem dados estatísticos que demonstrem a percentagem destes jovens que são efetivamente estudantes de ES, pelo que correríamos o risco de apresentar uma percentagem significativa de dados relativos a estudantes do ensino obrigatório.

3.1. CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE COIMBRA

Na presente investigação, consideramos pertinente introduzir um breve subcapítulo que vise caracterizar a cidade de Coimbra relativamente a fatores relevantes para a compreensão da amostra interna e externa.

Começando pela amostra externa, importa mencionar que Coimbra possui três instituições de ES público: A UC, o IPC e a ESEnfC. Na UC, de acordo com os mais recentes dados publicados, relativos ao ano letivo 2023/2024, estudam 30 308 estudantes e trabalham 3570 pessoas (UC, 2025a). Esta instituição compreende 8 faculdades (UC, 2025b) dispostas por três Polos, designados Polo I, II e III, aos quais se juntam ainda a “Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física (...)” e a Faculdade de Economia (...)” (UC, 2025c). Em termos de AE’s, existe a AAC que, entre outros fins, visa “representar os estudantes da Universidade de Coimbra (UC) e defender os seus interesses” (artigo 6.º dos Estatutos da Associação Académica de Coimbra, 2024). Os NE’s são parte integrante desta associação e são os “representantes da AAC junto dos estudantes por eles abrangidos e das específicas Unidades Orgânicas e cursos da UC a que se dirija a sua atividade” (artigo 197.º dos Estatutos da Associação Académica de Coimbra, 2024) competindo-lhes, entre outras atribuições, “representar os estudantes junto do meio socioprofissional do curso ou cursos que representam, procurando a promoção destes” (artigo 198.º dos Estatutos da Associação Académica de Coimbra, 2024). À data da presente investigação existem 26 núcleos de estudantes integrados na AAC (AAC, 2025).

No que concerne ao IPC, de acordo com o mais recente relatório de gestão e contas consolidadas, relativo ao ano letivo de 2022/2023, existia um total de 11 510 inscritos nos diversos ciclos de estudos nesta instituição de ES (IPC, 2024). De acordo com os dados mais recentes, esta instituição possuía ainda um total de 1001 trabalhadores à data do último dia de 2023 (SASIPC, 2024). O IPC é composto por 6 unidades orgânicas de ensino (IPC, 2025), das quais 5 se encontram na área da PSP, sendo que cada uma destas possui uma AE responsável por representar os estudantes da sua unidade orgânica de ensino.

A ESEnfC, que se encontra em processo de integração na UC, de acordo com o mais recente relatório anual de atividades desta instituição, à data de 31 de dezembro de 2023, possuía um total de 1716 estudantes matriculados nos diversos ciclos de estudo (ESEnfC, 2024). Este EES possui também uma AE que representa os interesses dos seus estudantes.

Deste modo, e assumindo a possibilidade de ligeiras oscilações destes números ao longo dos anos letivos e dentro dos próprios anos letivos, podemos afirmar que, ao nível do

ES público, Coimbra apresenta uma comunidade académica de aproximadamente 50 000 pessoas, o que representa aproximadamente um terço da população residente desta cidade, uma vez que, de acordo com Pordata (2023), no ano de 2023 o concelho de Coimbra possuía 144 822 habitantes.

Em termos geográficos, consideramos que é pertinente mencionar que as AE's/NE's se encontram distribuídas em focos de concentração por quatro zonas distintas da cidade, conforme consta no Apêndice E. Cada um destes focos de concentração de AE's/NE's está inserido em zonas com dinâmicas urbanas relativamente distintas. A zona 1, localizada a norte da cidade, em termos urbanos, é caracterizada por ser uma zona de serviços, em especial, relacionados com a saúde. Na zona 2, zona central da cidade de Coimbra, que coincide com a zona histórica da cidade, é evidente a predominância do turismo e a elevada concentração de EES e seus estudantes. A zona 3, localizada a sul de Coimbra, também evidencia uma dinâmica muito distinta das restantes, uma vez que coincide com uma zona urbana densa, maioritariamente residencial. Por último, a zona 4 coincide com uma zona periférica e de menor densidade urbana.

No que concerne à PSP, importa mencionar que existem duas esquadras territoriais nesta cidade e o MIPP encontra-se atualmente centralizado na Divisão Policial de Coimbra, pelo que exerce as suas funções em toda a área de responsabilidade da PSP nesta cidade.

Apesar de não se encontrar relacionado com a amostra, consideramos ainda pertinente mencionar que num estudo realizado pelo ICPOL e Spirituc (2021), através da difusão de um inquérito a nível nacional, numa escala de 1 a 5 foram alcançados os seguintes valores médios para o CD Coimbra. A imagem dos profissionais da PSP atingiu um valor médio de 3,91 e a empatia dos mesmos de 3,92. Em termos de visibilidade policial, o valor apresentado é mais baixo, situando-se nos 3,22. No que concerne à capacidade para lidar com problemas de segurança, o valor atingido foi de 3,64, diminuindo na capacidade de dar resposta a situações urgentes para 3,15 (ICPOL & Spirituc, 2021). Os valores alcançados são significativamente mais elevados ao nível do respeito que os cidadãos têm pela PSP (4,39) e ao nível da avaliação que fazem relativamente ao uso adequado da força (4,17). Verifica-se, no entanto, que apenas cerca de metade da população inquirida recentemente contactou com a polícia num passado recente. Ao nível da segurança percecionada, numa escala de 1 a 6, foi atingido o valor de 5,92 relativamente à sensação de segurança em casa durante o dia e durante a noite, valores estes que diminuem ligeiramente nos transportes públicos (5,88) e nos transportes individuais (5,85).

3.2. CORPUS

O *corpus* pode ser definido como o “conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p. 96). Nesse sentido, o *corpus* do presente trabalho consiste em 15 entrevistas realizadas a polícias e representantes da comunidade académica de ES de Coimbra. As entrevistas foram realizadas ao longo de três meses e tiveram uma duração média de 43 minutos, perfazendo um total de 10 horas e 46 minutos. Para além das entrevistas, o *corpus* da presente investigação compreende ainda os diversos documentos internos mencionados relativos ao PP junto do ES em Portugal, como regulamentos e relatórios de atividade e ainda a informação disponibilizada nos *websites* das universidades canadenses.

3.3. INSTRUMENTOS DE RECOLHA DE DADOS

No que concerne aos instrumentos de recolha de dados optámos pela realização de entrevistas, pela pesquisa documental e pesquisa bibliográfica.

De acordo com Bell (2010) a entrevista tem como grande vantagem a sua adaptabilidade, permitindo “explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e sentimentos, coisa que o inquérito nunca poderá fazer” (p. 137). A escolha deste instrumento de recolha de dados deveu-se essencialmente ao facto de estas permitirem obter elementos de reflexão e informações muito ricas e matizadas, conforme defendido por Quivy e Campenhoudt (2005). No que concerne ao tipo de entrevista, a opção foi recorrer à entrevista semiestruturada e semi-diretiva. De acordo com Bell (2010), a entrevista semiestruturada permite “dar liberdade ao entrevistado para falar sobre o que é de importância central para ele, em vez de falar sobre o que é importante para o entrevistador” (pp. 140-141), não obstante, emprega “uma estrutura flexível, que garante que todos os tópicos considerados cruciais serão abordados” (p. 141). Deste modo, o entrevistador possui um guia com um conjunto de questões relativamente abertas e permite que o entrevistado se expresse abertamente, tendo como função encaminhar o entrevistado para os objetivos do estudo sempre que este se desvie dos mesmos (Quivy & Campenhoudt, 2005) e “colocar as perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível” (Quivy & Campenhoudt, 2005, p. 193). Para além do exposto, a escolha da entrevista semiestruturada deveu-se também derivado do objetivo do estudo, pois, conforme refere Bell (2010), “o tipo de entrevista selecionado dependerá em certa medida da natureza do tópico e do que se quiser saber com exatidão” (p. 141).

Consideramos que esta é a opção mais adequada para o presente estudo visto que o seu principal objetivo é perceber se os objetivos do PP são cumpridos junto da comunidade académica de ES de Coimbra. Atendendo a que os objetivos do PP são vários, consideramos que optar pela entrevista aberta ou em profundidade não seria o tipo de entrevista mais adequada, visto que nesta se faz uma introdução ao tema e depois dá-se liberdade ao entrevistado para expor livremente a sua perspetiva (Boni & Quaresma, 2005). Deste modo, com o recurso a entrevistas abertas, a probabilidade de os entrevistados não atingirem os vários pontos que importa abordar para perceber se os objetivos do PP são ou não cumpridos seria bastante mais elevada, pelo que a existência de uma estrutura, neste caso, é mais adequada, pois pretendem-se obter várias informações específicas, conforme defende Bell (2010). Por outro lado, consideramos que a entrevista estruturada também não seria a melhor opção, visto que estamos perante um tema que aborda uma multiplicidade de fatores, pelo que poderão surgir novos *insights* valiosos e inesperados no decorrer da entrevista que podem merecer ser explorados em prol dos objetivos do estudo.

A pesquisa documental, visou o alcance do *corpus* que permite atingir o OE2 e o OE3. De acordo com Gil (2008) a pesquisa documental é muito idêntica à pesquisa bibliográfica, pelo que seguem os mesmos moldes. De acordo com o mesmo autor, a principal diferença reside no facto de a pesquisa documental ser relativa a documentos que não foram submetidos a tratamentos analíticos, contrariamente à pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, recorreremos a relatórios de atividade, compilados e não compilados, regulamentos internos, *websites* de universidades estrangeiras, protocolos estabelecidos, entre outros documentos desta índole por forma a caracterizar o PP junto do ES.

3.4. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E DO GUIÃO DA ENTREVISTA

Na presente investigação, optámos por dividir os entrevistados em duas amostras, nomeadamente uma interna, subdividida em polícias com experiência no âmbito do MIPP em Coimbra e polícias que desempenham funções de patrulhamento na área dos EES e outra externa, nomeadamente informantes privilegiados da comunidade académica, subdividida em representantes estudantis e representantes dos professores e funcionários. Foi tido em conta que as pesquisas sociais tendem a abranger um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-lo na sua totalidade, pelo que se optou por recorrer a amostras da população, conforme refere Gil (2008).

A opção de entrevistar atores internos e externos justifica-se com a natureza e objetivos do estudo, que levam à necessidade de triangulação de dados provenientes de perspetivas internas e externas. Optámos por aplicar um guião específico e adaptado às funções e conhecimento dos entrevistados, visando assim garantir que as respostas fornecidas são fruto de um verdadeiro conhecimento de facto. No caso da amostra policial, as perguntas foram elaboradas com o intuito de perceber se existe um alinhamento entre as perceções e expectativas da comunidade académica e aquilo que os polícias consideram que são as perceções e expectativas desta comunidade, bem como visaram permitir aos polícias fornecerem os seus contributos para a melhoria do policiamento.

Relativamente a estes guiões, foi tida em conta a afirmação de Leitão (2012), nomeadamente que “o roteiro de uma entrevista semiestruturada é elaborado para que todos os itens ou perguntas integrem todas as entrevistas realizadas, garantindo a análise comparativa subsequente” (p. 12). Foi também tida em conta a forma como as perguntas foram formuladas consoante o seu destinatário, isto é, atores internos ou externos, uma vez que Manzini (2003) refere que a intimidade com a população entrevistada influencia a linguagem a adotar, devendo esta ser transposta para o guião. Na elaboração destes guiões visámos garantir a abrangência total dos conceitos a serem estudados, conforme refere Manzini (2003). Após a sua elaboração, os três guiões que elaborámos foram submetidos à aprovação do orientador e coorientador e, após a sua aprovação foram submetidos a um pré-teste, que permitiu perceber que estes não careciam de ajustes. A submissão à aprovação dos orientadores deu-se pois Manzini (2003) afirma que, para que os guiões sejam adequados, estes necessitam de ser apreciados por pessoas com experiência em realizar entrevistas, em elaboração de guiões e com afinidade com o tema em estudo. A submissão a uma entrevista piloto seguiu igualmente as recomendações de (Manzini, 2003).

3.4.1. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA INTERNA E RESPETIVOS GUIÕES

No que concerne aos polícias a entrevistar com experiência no âmbito do MIPP em Coimbra, aplicámos o guião 1 (Figura 1). As respostas a estas entrevistas visaram essencialmente conhecer as perceções que estes polícias possuem relativamente à interação com esta comunidade e à sua segurança, bem como fazer uma caracterização do PP junto do ES Conimbricense, conhecer as perceções destes polícias acerca da sua adequação e procurar sugestões de melhoria para este policiamento, caso necessário. Recorremos à amostragem não probabilística intencional para selecionar estes polícias, que, de acordo com Gil (2008)

“requer considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado” (p. 94). Nesse sentido, atendendo às funções de comando desempenhadas pelo oficial da PSP selecionado para a amostra, questionámos o mesmo acerca dos polícias do MIPP de Coimbra que melhor poderiam representar a perspetiva destes profissionais, por forma a definir esta amostra. Definimos ainda como critério mínimo o desempenho de funções neste serviço de pelo menos 5 anos, por forma a garantir que os entrevistados possuem a experiência e conhecimento necessário no âmbito do MIPP desta cidade para responder às questões efetuadas. Face ao exposto, encetámos os convites aos potenciais entrevistados, pelo que conseguimos obter uma amostra constituída por um oficial da PSP e dois polícias da categoria de agente da PSP. No caso do oficial da PSP, apesar de este não desempenhar funções diretamente no MIPP, o mesmo conta com uma vasta experiência no âmbito do comando de esquadras em Coimbra, que integram a valência da proximidade.

Relativamente à opção de entrevistar polícias que desempenham funções de patrulhamento na área da UC e IPC, importa salientar que esta surge derivado da realização de contactos exploratórios, que permitiram perceber que a interação do MIPP de Coimbra com a comunidade em estudo é, atualmente, mais reduzida que a destes polícias. Atendendo ao exposto e por forma a garantir que as perceções relativas à interação com esta comunidade e à sua segurança abrange polícias que desempenham diferentes tipos de serviço operacional, decidimos entrevistar também polícias que exercem funções de patrulhamento na 1.^a e 2.^a esquadra de Coimbra. Estes polícias foram selecionados também a partir do conhecimento do mesmo Oficial da PSP, adquirido no exercício das suas funções de comando. Foi igualmente implementado o critério de experiência mínima de 5 anos no desempenho destas funções. O facto de a amostra relativa aos polícias da 1.^a esquadra ser menor que a dos polícias da 2.^a esquadra deve-se ao facto de o número de EES na área da 1.^a esquadra também ser consideravelmente menor que na área da 2.^a esquadra.

Aplicámos o guião 2 (Figura 2), que é consideravelmente mais reduzido que o guião 1, a este conjunto de profissionais de polícia, devido a termos como intuito garantir que as respostas são fornecidas na qualidade de informante privilegiado. Ou seja, consideramos que fazer questões relativas ao PP e respetivas sugestões de melhoria a polícias que não são especializados na proximidade não seria a opção mais adequada.

3.4.2. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA EXTERNA E RESPECTIVO GUIÃO

No que concerne à comunidade académica de ES público de Coimbra, importa ter em conta que esta é constituída por estudantes, professores e funcionários da UC, do IPC e da ESEnfC. Atendendo ao exposto, optámos por entrevistar membros das direções-gerais das AE's e NE's destas instituições, com preferência para os seus presidentes, bem como o reitor da UC e o presidente do IPC. Foi aplicado o guião 3 (Figura 3), que consiste numa adaptação do guião 1 ao contexto externo, com a subtração da categoria de questões que visa caracterizar o PP junto do ES.

Aquando do delineamento do presente estudo, a intenção passava por recorrer ao inquérito por questionário, enquanto instrumento de recolha de dados, distribuindo os mesmos pela comunidade académica. Esses inquéritos por questionários teriam o objetivo de recolher as perceções e expectativas da comunidade académica face à interação com a PSP e à segurança, bem como as perceções de segurança e sugestões de melhoria. À *posteriori*, seriam devidamente analisados e complementados com os dados extraídos dos inquéritos por entrevista. Não obstante, atendendo à limitação que é o hiato temporal reduzido para a realização desta investigação, bem como à dificuldade em distribuir estes inquéritos pela comunidade académica, considerou-se que seria mais pertinente concentrar os esforços apenas numa destas vertentes. Neste sentido, optámos pelo recurso a uma abordagem qualitativa pelos motivos já explanados.

A escolha das entrevistas aos membros das direções-gerais das AE's e NE's, com preferência para os seus presidentes, surge derivado de estes serem os porta-vozes dos estudantes que representam e terem como principal missão a promoção do bem-estar e interesses dos estudantes. Nesse sentido, o desempenho destas funções diretivas requer uma interação constante com os estudantes que representam, permitindo aos entrevistados ter acesso privilegiado a informações acerca desta comunidade, o que lhes confere uma visão macro acerca dos problemas, preocupações e perspetivas dos estudantes. Deste modo, consideramos que os membros das direções destes órgãos associativos são os informantes privilegiados mais adequados para obter uma perspetiva geral e representativa dos estudantes de ES.

No que concerne à determinação da amostra de informantes privilegiados relativa aos estudantes, a intenção inicial passava por entrevistar os 33 presidentes das AE's e NE's da cidade de Coimbra, garantindo assim a representatividade de cada AE e NE. Não obstante, verificámos que esta não seria uma opção viável, devido ao reduzido hiato temporal disposto

para a realização da presente investigação. Face ao exposto, tornou-se imperativo adotar critérios que permitissem reduzir a amostra sem descuidar a validade e confiabilidade do estudo, conforme refere Richardson et al. (1999).

De acordo com Gil (2008), de todos os procedimentos de amostragem não probabilística, a amostragem por quotas é aquela que confere maior rigor. Nesse sentido, a nossa intenção foi recorrer à amostragem por quotas para selecionar os informantes privilegiados dos estudantes. Para a determinação desta amostra, seguimos as indicações de Gil (2008), pelo que classificámos a população em propriedades relevantes para a presente investigação, nomeadamente critérios geográficos e dimensão da AE/NE e, *à posteriori*, determinámos a proporção da população a ser colocada em cada classe.

Atendendo à caracterização da cidade de Coimbra feita previamente, por forma a potenciar a representatividade geográfica dos estudantes, entrevistámos dois presidentes de AE's/NE's com sede na zona 1, três na zona 2, um na zona 3 e um na zona 4, o que permitiu uma representação percentual aproximada na amostra do número de AE's/NE's por zona. A definição desta amostra cessou a partir do momento em que percebemos que se continuássemos a adicionar novos elementos diminuiríamos consideravelmente a representatividade geográfica. Importa ainda mencionar que, apesar de reconhecermos que nem todas as AE's e NE's possuem o mesmo tamanho, esta foi a opção que considerámos mais adequada para potenciar a representatividade geográfica dos estudantes.

Para além do exposto, por forma a garantir que os entrevistados possuem realmente conhecimento de facto acerca da comunidade académica, foi definido que deveriam estar, pelo menos, no terceiro ano de estudo no ES em Coimbra. Não obstante os esforços realizados, não foi possível fazer representar os estudantes do IPC na amostra.

Relativamente à representatividade dos professores e funcionários dos EES públicos, optámos por entrevistar o reitor da UC e o presidente do IPC, uma vez que estes são os representantes máximos destas instituições e o desempenho das suas funções permite-lhes obter uma visão institucional abrangente, tornando-os informantes privilegiados relativamente a estes profissionais. A ideia inicial passava por entrevistar todos os diretores das faculdades da UC e todos os presidentes das escolas/institutos do IPC, não obstante, optámos mais uma vez por reduzir esta amostra, dado o já mencionado tempo disposto para realizar esta investigação. Assim sendo, consideramos que, face aos constrangimentos temporais, a opção de entrevistar o reitor da UC e o presidente do IPC é a mais adequada para a prossecução dos objetivos do estudo. A opção de não incluir o presidente da ESEnFC

e de não criar uma amostra semelhante à dos presidentes das AE's/NE's para este grupo de informantes privilegiados surge para potenciar a representatividade da comunidade académica, uma vez que, se entrevistássemos mais do que dois representantes dos funcionários/professores, a representatividade da comunidade académica na amostra teria erros percentuais muito significativos.

3.5. TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Após a realização das entrevistas, surgiu a necessidade de recorrer a uma técnica de análise de dados que permitisse analisar devidamente os dados provenientes das mesmas, pelo que optámos pela análise de conteúdo.

De acordo com Ghiglione e Matalon (2001) a análise de conteúdo consiste em “todos os procedimentos utilizados para especificar referentes, atitudes ou temas contidos numa mensagem ou num documento, determinando a sua frequência relativa” (p. 177). Campos (2004), acrescenta que a análise de conteúdo consiste em “um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento” (p. 11). Por outras palavras consiste na submissão de informações a um tratamento metódico, tornando-as num material mais elaborado, sintético e complexo (Quivy & Campenhoudt, 2005). Esta é constituída por uma fase de pré-análise, à qual se seguem as fases de exploração do material e de tratamento dos dados obtidos e interpretação (Bardin, 1977).

A fase de pré-análise visou a organização, ou seja, “corresponde a um período de intuições, mas tem por objectivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (Bardin, 1977, p. 95). Nesse sentido, procedemos de acordo com as indicações desta autora, isto é, realizámos uma leitura flutuante com o intuito de nos familiarizarmos com o conteúdo das entrevistas e deixarmo-nos invadir por orientações e impressões, pelo que fomos tomando notas acerca das ideias transmitidas nas entrevistas transcritas, com vista à sua sistematização inicial.

A fase seguinte visou transformar os dados obtidos em informações organizadas e estruturadas (Bardin, 1977). Nesse sentido procedeu-se à codificação, que corresponde à “transformação efetuada segundo regras precisas dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (p. 103). No que concerne ao recorte tivemos em conta as U.R.'s, que devem

permitir uma resposta pertinente face aos objetivos em análise, sendo que a U.R. “corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 1977, p. 104). Neste sentido, o recorte consistiu na identificação de U.R.’s, nomeadamente, aquelas que a autora refere como sendo as mais utilizadas: a palavra e o tema. Seguiu-se a enumeração, pelo que procedemos à contagem das U.R.’s. Neste caso em concreto, atendendo à perspetiva desta autora e aos objetivos da investigação considerámos que a enumeração por frequência simples seria a mais adequada. Neste tipo de enumeração todas as U.R.’s têm a mesma importância, que, por sua vez, aumenta com a sua frequência (Bardin, 1977), isto é, a “regularidade quantitativa de aparição é, portanto, aquilo que se considera como significativo” (p. 109). Não obstante o exposto, a análise qualitativa dos conteúdos também foi tida em conta, com o intuito de garantir que o significado das afirmações dos entrevistados fosse interpretado de forma aprofundada. Por último, no que concerne à etapa de exploração do material, procedemos à classificação e agregação, conforme indicado por Bardin (1977). A classificação consistiu essencialmente na atribuição de U.R.’s a diferentes categorias, subcategorias e indicadores e foi seguida pela agregação dos elementos semelhantes nas categorias e subcategorias e indicadores, por forma a garantir a coerente organização dos dados. Optámos pelo procedimento de categorização misto, conforme refere Pais (2004), isto é, um procedimento de categorização no qual inicialmente se tem em conta um determinado conjunto de categorias, porém, à medida que se vai desenrolando a análise, caso se verifique a existência de novas categorias, estas podem ser criadas. Ou seja, trata-se de um procedimento de categorização que nem é fechado, em que as categorias se encontram já definidas *à priori*, nem é um procedimento aberto, em que as categorias vão sendo definidas no decurso da análise (Bardin, 1977). Apesar de não termos encontrado investigações precedentes neste âmbito que já tivessem definido um quadro categórico, consideramos que, devido à forma como as perguntas foram formuladas, existem categorias que já se encontram pré-definidas, pois relacionam-se com os objetivos do PP. Nesse sentido, procedemos à definição prévia de categorias e subcategorias e fomos criando novas categorias, subcategorias e indicadores à medida que estas foram surgindo no decorrer da análise. Ainda no que concerne às categorias, procedemos no sentido de garantir que estas possuem as qualidades elencadas por Bardin (1977), nomeadamente a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência, a objetividade e fidelidade e a produtividade.

A fiabilidade e validade são critérios essenciais do processo de codificação. No que concerne à fiabilidade, foram tidas em conta as duas dimensões designadas por Ghiglione e Matalon (2001). A primeira consiste na obtenção de resultados semelhantes na análise do *corpus* pelo mesmo codificador em diferentes espaços temporais e designa-se fidelidade intracodificador. A segunda é relativa a análises efetuadas por codificadores distintos, mas obtendo resultados idênticos, designando-se assim fidelidade intercodificador (Ghiglione & Matalon, 2001). A validade foi igualmente tida em consideração na análise de conteúdo, pelo que esta consiste na capacidade de os resultados refletirem factualmente e fielmente a realidade (Pais, 2004).

Não obstante o exposto, no que concerne à pergunta 3.1. e 3.2. do Guião 1, atendendo a que o objetivo destas duas questões foi meramente conhecer as medidas implementadas em Coimbra no âmbito do PP junto do ES, considerámos que a frequência da aparição das respostas dadas não seria relevante, pelo que optámos pela realização de uma análise categorial meramente descritiva e de cariz qualitativo. A análise das respostas a estas duas questões consistiu assim numa análise temática que consiste em “descobrir os «núcleos de sentido» que compõem a comunicação e cuja presença (...) podem significar alguma coisa para o objeto analítico escolhido” (Bardin, 1977, p. 135). Desta forma, a análise de conteúdo relativa a estas questões encontra-se numa tabela separada, conforme Apêndice D.

3.6. PROCEDIMENTOS

A presente investigação iniciou-se com a realização de uma revisão bibliográfica que permitiu efetuar um enquadramento teórico-conceitual acerca da temática em apreço e conhecer a filosofia de atuação do PP e seus objetivos. Finda a realização deste enquadramento, solicitámos autorização superior para entrevistar os polícias da PSP que integram a amostra interna, bem como para aceder a dados do SEI e documentação interna (conforme Anexo A)

Relativamente à comunidade académica não foi necessário realizar nenhuma solicitação formal para realizar as entrevistas, pelo que foram dirigidos diversos convites via email a membros desta comunidade que cumprem os critérios já mencionados. Não obstante, nem todos obtiveram resposta, pelo que foi necessária, em algumas situações, a deslocação aos locais das AE’S/NE’S, para realizar o convite presencialmente e promover a adesão ao estudo. Dirigimos um total de 24 convites, no entanto, assim que percebemos que se dessemos continuidade aos mesmos a amostra deixaria de ser o mais representativa possível,

cessámos os mesmos. Neste âmbito importa mencionar a dificuldade sentida para obter uma amostra estratificada, que fosse o mais representativa possível da comunidade académica, bem como o hiato temporal de três meses que decorreu desde a primeira entrevista e a última. Importa também mencionar que, na totalidade das entrevistas do presente estudo, foram privilegiadas as suas realizações presencialmente, no entanto, devido a diversos constrangimentos, maioritariamente logísticos, foram também realizadas entrevistas com recurso à plataforma digital *Zoom*, totalizando-se 9 entrevistas presenciais e 6 com recurso a esta plataforma. No momento prévio à realização das mesmas foi detalhadamente explicado o âmbito da investigação e solicitado aos entrevistados que transmitissem a sua sincera perspetiva nas respostas dadas. No caso dos entrevistados externos à PSP, foi ainda solicitado que as suas respostas fossem dadas sempre numa perspetiva de representação.

As entrevistas foram realizadas sem qualquer tipo de fardamento policial, com o intuito de deixar o entrevistado o mais à vontade possível. Foi ainda dada a oportunidade aos entrevistados de permanecerem anónimos, por forma a garantir o menor constrangimento e maior abertura e sinceridade por parte dos mesmos.

Por último, importa ainda mencionar que foram solicitadas ao núcleo de operações do CD Coimbra as ações de proximidade registadas junto do ES, por forma a complementar a caracterização do PP feito junto do ES na cidade que realizámos com base nas entrevistas, não obstante, não se verifica o registo de quaisquer ações desta índole (conforme Anexo D).

IV – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS PERCEÇÕES E EXPECTATIVAS RELATIVAS À PSP E À SEGURANÇA DA COMUNIDADE ACADÉMICA

Por forma a dar início à apresentação e discussão de resultados, apresentaremos os resultados relativos às questões que foram elaboradas com o intuito de dar resposta à PD1, coincidentes com as categorias de questões 1 e 2 dos três guiões.

A categoria “Relação (perspetiva geral)” (A.) decorre da pergunta 1.1. dos guiões das entrevistas e teve como intuito caracterizar a relação da PSP com a comunidade académica, por forma a perceber se o objetivo definido na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, relativo à relação próxima da PSP com o cidadão, é ou não cumprido junto da população em estudo. Nesse sentido, foi definida previamente a subcategoria “Classificação” (A.1.), sendo que as subcategorias “Fatores facilitadores” (A.2.) e “Fatores condicionantes” (A.3.) foram criadas no decorrer da análise. Constatamos que 83% dos polícias entrevistados classificam a relação como positiva (A.1.1.), percentagem esta muito idêntica à da comunidade académica, que em 78% dos casos também classificou como positiva. Um dos entrevistados externos, destaca inclusive a relação muito positiva da organização da Queima das Fitas e Festas das Latas com a PSP (A.1.4.). Importa, no entanto, mencionar que apesar dessa positividade, 33% dos entrevistados internos classificam a relação como “Fechada ou distante” (A.1.2.), enquanto na comunidade académica essa perceção sobe para os 56%. Um dos entrevistados externos caracterizou mesmo a relação como inexistente (A.1.3.), ao afirmar que “Considero que os estudantes não têm de todo qualquer relação com a PSP” (E9). Outro dado relevante relativamente à caracterização da relação, é a referência espontânea de 83% dos polícias ao passado conturbado entre a PSP e a comunidade académica (A.1.5), enquanto nenhum dos entrevistados externos fez essa referência em momento algum. No que concerne à subcategoria “Fatores facilitadores” da relação (A.2.), o facto de os jovens serem provenientes de cidades onde a PSP atua é indicado por 50% dos entrevistados internos como um fator que facilita a relação entre ambas as partes, enquanto a compreensão, por parte dos polícias relativamente à cultura académica da cidade (A.2.2.) é indicada por 33% dos polícias. A cooperação em festas académicas (A.2.3.) é referida como um fator que facilita e aproxima ambas as partes por 17% dos entrevistados internos e 22% dos entrevistados externos. Existiu ainda a menção ao “Contacto prévio com o PES” (A.2.4.) pois, “como vamos acompanhando estes jovens, no âmbito da escola segura, desde a infância até ao fim do secundário, quando contactamos com eles mais tarde, já na

universidade, notamos que a relação é muito mais aberta, estão mais à vontade connosco” (E2). Relativamente à subcategoria “Fatores condicionantes” (A.3.) da relação, o “Passado histórico conturbado entre PSP e estudantes” (A.3.1.) é apontado como um fator que afeta a relação entre ambas as partes por 33% dos polícias entrevistados, pelo que apresentamos o exemplo de E3, que refere que “Acho que ainda há essa influência histórica que vai afetando de certa forma a relação”. Ainda nesta subcategoria, a “Limitação de recursos humanos policiais” (A.3.2.) é referida por um polícia como um fator limitante de uma relação mais próxima. A “Falta de tentativa de contacto bilateralmente” (A.3.3.) e a “Atuação policial por vezes abusiva ou desagradável” (A.3.4.) são referidas cada uma por um entrevistado externo. Por último relativamente a esta subcategoria, foram mencionados por 50% dos polícias entrevistados e 22% dos entrevistados externos “Fatores externos à PSP” (A.3.5.)

No que concerne à Categoria “Confiança” (B.), esta emergiu das respostas à pergunta 1.1. e alinha-se com o objetivo previsto na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, relativo à promoção da confiança junto do público. Foram criadas duas subcategorias, nomeadamente a “Classificação geral” (B.1.) e os “Fatores condicionantes” (B.2.). No que concerne à categoria B.1., apenas criámos um indicador, uma vez que a totalidade dos entrevistados internos e externos classificou, numa perspetiva geral, a confiança da comunidade académica na PSP como “Positiva” (B.1.1.). A título de exemplo, E10 refere que “tenho a certeza que, na grande generalidade, os estudantes confiam na Polícia”. No que concerne à subcategoria B.2., as “Questões ideológicas de alguns estudantes” (B.2.1.) são apontadas como um obstáculo à confiança na PSP por 17% dos entrevistados internos e 22% dos externos.

A Categoria “Reconhecimento de legitimidade” (C.), emergiu também da resposta à pergunta 1.1. e alinha-se com o objetivo do PP elencado por Leitão (2005), nomeadamente o aumento do reconhecimento da legitimidade policial. Esta categoria foi dividida em duas subcategorias, nomeadamente “Classificação geral” (C.1.) e “Fatores condicionantes “C.2.”. A categoria C.1., permitiu verificar que a perceção de reconhecimento de legitimidade policial, por parte da comunidade académica, que os polícias entrevistados sentem é muito idêntica àquela que é percecionada pela própria comunidade, com 83% dos entrevistados internos a e 78% dos entrevistados externos a fazerem uma classificação “Positiva” (C.1.1.). Não obstante, 17% dos polícias e 33% dos representantes da comunidade académica também mencionaram que “Depende caso a caso” (C1.2.), uma vez que o reconhecimento da legitimidade policial depende de outros fatores. Nesse sentido, foram explorados, no

decorrer das entrevistas esses fatores, pelo que os representámos na subcategoria C.2.. A “Ideologia da pessoa” (C.2.1.) é apontada por 33% dos entrevistados internos e 22% dos externos, enquanto o “Contexto de consumo de álcool ou excessos” (C.2.2.) por 33% e 44%, respetivamente. A “Adoção de uma postura negativa por parte do polícia” (C.2.3.) é também mencionada como um fator condicionante por um entrevistado externo e 50% dos polícias referiram que o reconhecimento da legitimidade é muito distinto, pela negativa, relativamente aos estudantes integrados em repúblicas de estudantes (C.2.3.), conforme refere o E5: “se formos a uma república, a nossa abordagem com eles, muitas das vezes, não é bem aceite por eles, não há tanto o reconhecimento da nossa legitimidade para atuar”. Consideramos ainda pertinente mencionar que os três polícias que demonstraram esta perspetiva, são os três polícias com experiência em funções de patrulhamento. Apesar de não ter sido evidenciado nas entrevistas, importa ter em conta a perspetiva de Freitas (2019) quando menciona que ainda existem repúblicas em Coimbra que mantêm o luto de 1969.

No que concerne à Categoria “Comunicação” (D.), a mesma deriva também da pergunta 1.1. e visa perceber se o policiamento efetuado se pauta pela comunicação, conforme referido por Leitão (2005). Reconhecemos que este poderá não ser propriamente um objetivo do PP, mas sim um meio para atingir outros objetivos, pelo que consideramos relevante criar esta categoria, uma vez que permitirá auxiliar na resposta à pergunta de partida. Procedemos à sua subdivisão em três subcategorias distintas, nomeadamente “Classificação” (D.1.), “Fatores Condicionantes” (D.2.) e “Outras observações” (D.3.). Relativamente à subcategoria D.1., verificámos algumas discrepâncias no que concerne à comparação da amostra interna com a amostra externa, uma vez que 83% dos polícias consideraram a comunicação “Positiva” (D.1.1.), enquanto que, relativamente à amostra externa, apenas 44% dos inquiridos a consideram positiva. Por outro lado, as discrepâncias surgem inversamente ao nível da classificação da comunicação como “Muito reduzida ou inexistente” (D.1.3.), uma vez que nenhum polícia fez esta classificação e 56% dos representantes da comunidade académica a fizeram. Um exemplo relativamente ao exposto é a afirmação do E12, nomeadamente “não acho que exista assim tanta comunicação, quer de um lado, quer do outro” e a do E7 “a comunicação muito possivelmente acaba por não existir”. Não obstante, E14 refere que a “Pouca comunicação deve-se à inexistência de necessidade” (D.3.4.) 17% dos polícias entrevistados e 22% dos entrevistados da comunidade académica referem que a qualidade da comunicação “Depende do contexto” (D.1.2.), enquanto 33% da amostra interna e 22% da externa mencionam que a comunicação

se caracteriza pelo seu cariz “Institucional ou formal” (D.1.4.). No que concerne aos fatores que condicionam a comunicação, o “Ambiente de diversão noturna e de consumo de álcool” (D.2.1.) é o mais apontado pelos polícias (33%), percentagem não muito distinta dos 22% relativos à amostra externa. A “Adoção de uma postura negativa por parte do polícia” (D.2.2.), apesar de não mencionada por nenhum polícia como fator condicionante da comunicação é referido por 33% dos entrevistados da comunidade académica. É neste contexto que E9 refere que “violência gera violência”, no sentido em que uma má abordagem comunicativa gera do outro lado o mesmo efeito. Não obstante, o E11 reconhece que a “Postura negativa do estudante” (D.2.3.) também influencia o processo comunicativo e o E8 aponta a “Inexistência de canais específicos” (D.2.4.) como fator condicionante da comunicação: “não existe um canal onde a Polícia consiga passar certas ideias aos estudantes, certas ações que são necessárias para a segurança pública”. A “Não promoção ativa da comunicação com os estudantes por parte da PSP” (D.2.5.) é outro fator que condiciona a comunicação, referida por 22% da amostra relativa à comunidade académica e a “Falta de proximidade” (D.2.6.) também é mencionada neste contexto, nomeadamente pelo E14 ao referir que no passado “havia uma maior proximidade (...) continuávamos a não ter agentes por perto, mas a também não sentir essa falta, mas havia eventualmente um maior nível de informação, um maior nível de contato”. Por último, a subcategoria “Observações” (D.3.) foi criada devido à existência de referências que consideramos relevantes, mas não são enquadráveis numa categoria genérica. Um entrevistado interno e outro externo referiram que “Os polícias esforçam-se para explicar as decisões que tomam e para esclarecer os estudantes” (D.3.1.), dois entrevistados externos referiram que a “Comunicação existe mais na época de festejos académicos” (D.3.2.) e o E9 referiu ainda “que a maioria dos nossos estudantes até nem sequer têm totalmente conhecimento sobre aquela que é a sua função, no geral”, enquadrável no indicador (D.3.3.), fruto da comunicação inexistente.

Relativamente à Categoria “Satisfação perante o desempenho policial”, a mesma surge derivada da pergunta 1.2. e teve como intuito aferir o cumprimento do objetivo do PP elencado por Lisboa e Teixeira (2015), que vai ao encontro de um dos objetivos estratégicos definidos na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, nomeadamente, a melhoria dos índices de satisfação da população relativamente ao serviço prestado pela PSP. A subcategoria “Grau de satisfação” (E.1.) foi definida com base no guião, enquanto as subcategorias “Fatores de Insatisfação” (E.2.) e “Fatores de satisfação” (E.3.) foram

definidas à medida que as entrevistas foram sendo analisadas. Numa perspetiva geral, 67% da amostra interna considerou que o grau de satisfação da comunidade académica relativamente ao desempenho da PSP é “Positiva” (E.1.1.) e 17% classificou-a como “Satisfatório” (E.1.2.). As percentagens foram idênticas relativamente aos representantes da comunidade académica, uma vez que 78% dos mesmos descreveu o grau de satisfação como positivo e 22% como satisfatório: “Eu acho que, e daquilo que consigo perceber pelos estudantes que represento, o grau de satisfação, numa escala de 0 a 5, é um 3. Aquele 3 que não é muito seguro, mas um 3” (E7). Relativamente aos fatores potenciadores de insatisfação é apontada a “Não resolução de alguns problemas” (E.2.1.), pelo E9, e referido pelo E7 que “há aqui também um grande trabalho de justificação que precisa ser feito por parte da PSP (...) mas acho que isto deve partir da comunicação, exatamente por conta disso, porque a polícia não se pode afastar da população. E acho que este grau satisfatório deste 3 que eu dei também se deve muito a isso”, enquadrável no indicador “Outras questões relacionadas com a falta de proximidade (E.2.2.). Relativamente aos fatores que propiciam a satisfação da comunidade académica (E.3.), apesar de em baixa percentagem, a “Capacidade de resolução de problemas” (E.3.2.) é aquela que apresenta maior consonância entre ambas as partes (17% e 22%). Não obstante, os polícias consideram que a compreensão que têm relativamente à cultura académica (E.3.1.) é o fator que mais influência a satisfação desta comunidade relativamente ao seu trabalho (50%), apesar de esta compreensão não ter sido mencionada em momento algum da entrevista por algum dos entrevistados externos. O facto de que a “Polícia não é meramente associada à repressão” (E.3.3.) é também um fator mencionado por 33% dos entrevistados externos para a satisfação perante o trabalho policial. O E10 fez um relato de situações que demonstram que a satisfação da comunidade académica se deve, em parte, ao facto de os polícias não atuarem meramente em momentos de repressão: “passou um carro de patrulha que viu uma colega nossa a sentir-se mal e tiveram a preocupação de parar para perceber se estava tudo bem e se precisávamos de algum auxílio”. Não obstante, a “Inexistência de queixas” relativamente à atuação da PSP (E.3.4.) é o fator mais indicado pelos entrevistados externos (67%) para justificar a satisfação perante a atividade policial: “eu diria que teria que responder isso pela negativa, que é, não há queixas” (E14). Por último, a “Segurança da cidade” (E.3.5.) foi mencionada neste âmbito pelo E13.

A Categoria “Presença Policial” (F.) surge derivado da pergunta 1.3. e teve como intuito perceber de que forma a comunidade académica encara a presença policial, bem como a perceção dos polícias relativamente a esta questão. Apesar de não corresponder a nenhum

objetivo do PP diretamente, esta questão visou perceber se a presença policial é encarada conforme perspectivado na literatura científica, ou seja, provocando sentimento de segurança. Desta forma, a pergunta foi pensada na seguinte ótica: caso a presença policial seja encarada como uma maior segurança, por parte da comunidade académica, isso significa que nos locais onde se sente maior insegurança, deve-se apostar na visibilidade. Por outro lado, se o sentimento provocado na comunidade académica por negativo, será necessário explorar os motivos para tal e atuar sobre os mesmos. Deste modo, com base na pergunta 1.3. foi criada a Subcategoria “Sentimento provocado na comunidade académica” (F.1.) e *à posteriori*, foram criadas as subcategorias “Frequência” (F.2.), “Associação” (F.3.) e “Observações” (F.4.). No que concerne à subcategoria F.1., verificou-se que a totalidade da amostra interna considera que a presença policial reforça o sentimento de segurança da comunidade académica (F.1.1), enquanto os representantes desta comunidade apresentam uma perceção muito idêntica (89%): “sentimo-nos seguros, acho que é sempre uma fonte de segurança saber que temos ali a PSP ou a polícia no geral” (E11). Esta perceção demonstra assim um alinhamento com a perspetiva de Leitão (2000), nomeadamente o facto de a presença policial potenciar o sentimento de segurança. Não obstante, é de destacar que o único entrevistado que não referiu espontaneamente que a presença policial propicia o sentimento de segurança referiu que a presença policial é encarada com “Normalidade” (F.1.4.), assim como 33% dos polícias e membros da comunidade académica entrevistados. Não obstante, existem outros sentimentos que a presença policial provoca na comunidade académica, como a “Afronta” (F.1.2.) ou o “Estranhar da presença” (F.1.5.), destacando-se o “Receio (F.1.3.), referido por 44% da amostra externa: “eu acho que é um misto, é uma perspetiva de segurança mas também de medo” (E12), justificada pela associação a “Momentos de intervenção policial reativa ou punição” (F.3.1.): “ainda existe muita imagem da punição, da questão da polícia ser punitiva e não uma polícia de proximidade” (E12). Neste âmbito damos o exemplo do E7 que refere que “Às vezes os estudantes vão sair à noite e depois vêm por exemplo, em frente ao jardim da Sereia, um daqueles carros grandes com vidros pretos, com alguns 10 polícias lá dentro e os estudantes ficam logo a questionar-se sobre o que é que se passa, se há algo grave a acontecer. Ou seja, nesse caso acho que há aí algum receio da presença”. O E10 refere também que “se a presença for em demasia, cria-se exatamente o efeito contrário, que é os estudantes sentirem que algo não está certo, porque não é o dia-a-dia” (F.4.1.). Por sua vez, as restantes respostas indicam o receio pela simples presença, não fazendo a distinção entre a presença excessiva ou não, como é o exemplo do E11 que refere que “para

nós, às vezes, é um choque ver a polícia a chegar. Pensamos logo “olha, queres ver? Já nos vão chatear por alguma coisa”. Apesar de não ser o objetivo da questão, foi criada a subcategoria “Frequência” (F.2.), uma vez que grande parte da comunidade académica mencionou este tópico na resposta à pergunta 1.3. Nesse sentido, 56% desta amostra referiu que a presença policial é “Escassa ou reduzida” (F.2.2.), sendo um exemplo disso a afirmação do E7: “às vezes passam dias e dias e nós não vemos nem um carro de patrulha a andar”. Não obstante, importa mencionar que a frequência da presença policial é considerada “Adequada” (F.2.3.) por 22% desta amostra, inclusive pelo E14 que referiu que a presença policial é reduzida, mas que “o ambiente parece ser suficientemente seguro e suficientemente calmo para não justificar uma maior presença da PSP”. O E10 foi o único entrevistado a referir a assiduidade da presença policial (F.2.1.).

A pergunta 1.4. foi elaborada com o intuito de conhecer as expectativas da comunidade académica relativamente à atuação da PSP dirigida a si, numa perspetiva genérica. Desta forma, esta pergunta, isoladamente, visa perceber como se pode direcionar o policiamento em função das expectativas da comunidade académica, por forma a ir ao encontro da filosofia do PP, que defende que os serviços da polícia devem ser concentrados na prestação de serviços à comunidade de acordo com as suas expectativas, conforme refere Leitão (2005). Foi criada a Categoria “Expectativas da comunidade académica” (G.) e uma única subcategoria (G.1.) designada “Perspetiva genérica”. Verificou-se que 17% dos polícias entrevistados consideram que a comunidade académica espera “Proximidade” (G.1.1.), enquanto que na comunidade académica essa percentagem foi consideravelmente superior (56%), sendo exemplos de U.R.’s: “Eu acho que se tivéssemos uma maior proximidade da polícia, isso seria visto como positivo, ou seja, eu acho que hoje as pessoas veem a proximidade da polícia como algo positivo” (E14) ou “um corpo policial mais presente, mais próximo da academia, mais próximo dos estudantes” (E7). Esta afirmação do E7, surge derivado de outra expectativa identificada por 67% dos representantes da comunidade académica, mas por nenhum polícia, nomeadamente a “Melhoria da comunicação da PSP ou dos polícias” (G.1.5.). Neste sentido, apresentamos o exemplo do E9 que refere que “A comunicação é muito importante, se querem alguma coisa das pessoas com que estão a lidar, terão que ter uma comunicação mais eficaz”. Importa ter em consideração que estes 67% da amostra externa corresponde à quase totalidade dos representantes estudantis entrevistados. A “Continuação do garante da segurança na cidade ou o bom desempenho” (G.1.3.) é referida em percentagens muito idênticas pelas duas

amostras, nomeadamente por 50% da amostra interna e 56% da amostra externa. Foi ainda indicado por um entrevistado interno e outro externo a expectativa de “Apoio” (G.1.2.) quando necessário (“Esperam que quando é preciso recorrer à PSP sintam apoio” (E9)), bem como a melhoria das “Condições para a PSP atuar” (G.1.4.) por parte de um representante estudantil.

A questão 2.1. visou perceber a dimensão das cifras negras nesta comunidade (uma vez que não se verifica a existência de inquéritos à vitimização realizados à mesma), por forma a perceber se o objetivo operacional definido na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, relativo à diminuição das cifras negras, está ou não a ser cumprido. Nesse sentido, foi criada *à priori* a categoria “Cifras Negras” (H.), a partir da qual emergiram quatro subcategorias principais, nomeadamente a “Dimensão geral” (H.1.), a “Caracterização das denúncias” (H.2.), os “Motivos que potenciam as cifras negras” (H.3.) e os “Motivos que reduzem as cifras negras” (H.4.). No que concerne à subcategoria H.1., verifica-se que apenas 33% dos entrevistados internos classificam as cifras negras como “Reduzidas” (H.1.1.), sendo que nenhum dos entrevistados externos fez essa menção. O indicador mais expressivo nesta subcategoria é o indicador H.1.3. “Médias, dependendo do tipo de crime”, mencionado por 67% dos polícias e por 56% dos representantes da comunidade académica, conforme refere o E12: “Existem vários crimes no meio estudantil e eu diria que há crimes que não são reportados” ou o E7 “As rixas e as discussões durante a noite nos bares são várias e às vezes excedem um pouco daqueles limites do normal com a apresentação de armas brancas ou algo do género. E lá está, nada disso é reportado, nada disso é... Nada disso chega aos órgãos a que devia chegar. Agora, lá está, outras coisas mais do quotidiano, furtos, roubos, essas coisas acabam por chegar à polícia, mas ainda há várias questões em que a polícia não é chamada e que se calhar deveria ser”. O E12 menciona também que “às vezes este tipo de crimes fica mais nos meandros da academia do que saem da academia para os meios que legalmente faria sentido seguirem, mas que depois não seguem e ficam um bocadinho perdidos na academia” referindo-se a questões de assédio, consumo de estupefacientes e condução em estado de embriaguez. Não obstante o exposto, 22% da amostra externa caracterizam mesmo as cifras negras como “Elevadas” (H.1.2.): “Eu sinceramente acho que num contexto de academia e de ensino superior não há muitas denúncias”. A subcategoria “Caracterização das denúncias” (H.2.) visou permitir uma maior compreensão relativamente às denúncias realizadas, por forma a perceber se estas são feitas pelas vítimas ou por pessoas que tiveram conhecimento da prática de crimes e

decidiram denunciar. Não obstante a pergunta ter sido efetuada da mesma forma para a amostra interna e externa, verificou-se que, com convicção, as respostas só foram dadas pela amostra interna, pelo que não são apresentados os resultados relativos à externa. Neste sentido, todos os polícias entrevistados consideram que um membro da comunidade académica que seja vítima de um crime tenderá a denunciá-lo (H.2.1.), enquanto, nos casos em que existe o conhecimento de um crime, mas não se é vítima do mesmo (H.2.2.), apenas 33% dos entrevistados internos considera que haverá denúncia nestes casos. Relativamente aos “Motivos que potenciam as cifras negras” (H.3.), verificou-se a necessidade de criar 10 indicadores, dada a diversidade de respostas. A resposta mais frequente, insere-se no indicador “Receio de represálias externas” (H.3.1.), indicado por 17% dos polícias e 44% dos representantes da comunidade académica. “Há claramente situações onde, infelizmente, ainda pode haver algum medo de denunciar, com medo de represálias” (E15). “Também há medo das consequências de ser rotulada de vítima, de isto sair fora do controle da própria vítima, então há aqui várias situações que acho que inibem a vítima e outras que inibem as pessoas que passam a ser coniventes com o crime” (E12). Com 17% de menções nos entrevistados internos e 22% nos externos temos o indicador “Características da juventude/falta de iniciativa da população em geral” (H.3.5.). “Eu acho, sinceramente, que num contexto de ensino superior as pessoas levam as coisas muito na descontracção, também nós somos jovens, ainda não sabemos muito bem, às vezes, o poder que certas situações vão ter na nossa vida futura, então, acabamos, às vezes, por nos deixar levar e não denunciar” (E11). Foi ainda indicado por dois (22%) representantes da comunidade académica o indicador “Normalização da convivência com pequenos delitos” (H.3.8.). Além destes indicadores foi mencionado, cada um por um entrevistado, os seguintes indicadores: “Elevada burocracia pós denúncia” (H.3.2.), assim como o “Desconhecimento do processo de denúncia” (H.3.4.), o “Desconhecimento das consequências das denúncias” (H.3.6.), o “Sentimento de não querer meter na vida dos outros” (H.3.7.) - “até com os nossos amigos, quando vemos que eles estão numa situação que não é aceite, às vezes pensamos, olha, se calhar não me vou mesmo meter, porque, pronto, são coisas da vida dela” (E11) -, o “Receio de não serem levadas a sério” (H.3.9.), a “Não perceção do risco inerente” (H.3.10.) relativo ao crime, e a “Ineficácia da justiça” (H.3.3.). No que concerne aos “Motivos que reduzem as cifras negras” (H.4.) o principal indicador mencionado foi a “Confiança na PSP” (H.4.2.), mencionado por 50% dos polícias, mas apenas 11% da comunidade académica. Foram também mencionados por um entrevistado os seguintes indicadores: “Fácil acesso à

informação” (H.4.1.), o “Desejo de justiça” (H.4.3.), a “Maior atenção das pessoas a situações criminais” (H.4.4.), o facto de a AAC auxiliar os estudantes de *Erasmus* que têm dúvidas (H.4.6.) e a “Preocupação da comunidade em proteger a vítima” (H.4.7.) Por último, 3 entrevistados externos (33%) referiram a “Existência de canais de denúncia institucionais” (H.4.5.), cujas denúncias, após a devida análise interna, e em caso de existência de matéria criminal, são encaminhadas para as autoridades competentes - “nós próprios temos canais de denúncia sobre determinado tipo de crime, como por exemplo o assédio, e as queixas são residuais. Nós enfim temos uma ou outra queixa que justificou a denúncia às autoridades, mas a maior parte das coisas não configuram verdadeiramente crime, configuram desconforto, e, portanto, essas situações que são entendidas como menos corretas, como desconforto no fundo, são tratadas internamente pelas instâncias e pelos movimentos próprios da instituição. Aquilo que configura crime, existem algumas situações que estão e são entregues às autoridades, essas naturalmente que seguem as vias normais.” (E14).

A categoria “Sentimento de (In)segurança” (I.) surge diretamente derivada da primeira questão da pergunta 2.2. (“Considera que a comunidade académica se sente segura?”), e relaciona-se com um dos principais objetivos do PP verificado na literatura e na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio: o potenciar do sentimento de segurança (Skogan & Hartnett, 2005) ou a redução dos índices de insegurança subjetiva, conforme mencionado nos objetivos operacionais da diretiva supramencionada. Nesse sentido, foram criadas as subcategorias “Perspetiva geral” (I.1.), “Justificação” (I.2.) e “Consequências do sentimento de insegurança” (I.3.). No que concerne à subcategoria I.1., verifica-se que, numa perspetiva geral, a totalidade dos entrevistados externos considera que a comunidade académica se sente segura (100%) - “Considero que sim, acho que as pessoas que trabalham nas nossas escolas e que estudam nas nossas escolas sentem-se seguras” (E14) - perceção esta partilhada pelos polícias entrevistados. Esta perspetiva é justificada maioritariamente, por ambas as partes, pelo facto de que “Portugal, no geral, e Coimbra são seguros” (I.3.1.), conforme refere, por exemplo, o E1 - “Na cidade de Coimbra existem algumas situações pontuais, mas não é uma cidade com criminalidade violenta e grave em número acentuado e isso permite que a cidade transmita um sentimento de segurança” -, sendo referida por 67% dos entrevistados internos e 44% dos externos. Foi ainda apontada como justificação para o sentimento de segurança generalizado o indicador “Os estudantes sabem onde se dirigir quando há problemas” (I.2.2). Por último, relativamente à subcategoria (I.3.1.), verifica-se que devido ao sentimento de insegurança, explorado na categoria I., 44% dos representantes

da comunidade académica referem que a comunidade académica acaba por “Evitar determinadas rotinas ou locais da cidade” (I.3.1.), conforme refere o E10 “infelizmente, a cidade de Coimbra tem zonas que os estudantes, à partida, sabem que têm mais que evitar”, perspectiva esta que se alinha com a perspectiva de Hope e Sparks (2000) e Skogan (1990).

A Categoria “Fatores que contribuem para o sentimento de insegurança” (J.), surge em virtude da segunda pergunta da pergunta 2.2. (“Quais os fatores e circunstâncias que mais contribuem para a diminuição do sentimento de segurança desta comunidade”). A pergunta 2.2. foi dividida em duas categorias dada a extensão, dinâmica e profundidade de respostas, pelo que considerámos que a não divisão em duas categorias, dificultaria a compreensão do leitor. Nesse sentido, foram criadas as subcategorias “Criminais” (J.1.), “Locais” (J.2.), “Sociais” (J.3.), “Ambientais” (J.4.), “Temporais” (J.5.) e “Outros” (J.6.). No que concerne aos fatores criminais, destaca-se que as “Violações (nas mulheres)” (J.1.3.) é o crime que mais afeta o sentimento de segurança no que concerne à amostra externa, mencionada por 67% destes entrevistados e por 33% dos polícias, conforme refere o E11 “No que toca a raparigas e a mulheres, são sem dúvida as violações que mais afetam esse sentimento de segurança” e o E7 “Claro que aqui também há um ponto muito essencial que ainda não foi falado, que tem a ver com as questões de violação, que possivelmente também podem causar, possivelmente não, sei que também causa alguma consternação às raparigas da nossa comunidade”. Seguem-se as “Ofensas à integridade física” (J.1.5.), mencionadas por 22% dos representantes da comunidade e 67% dos polícias, juntamente com os “Roubos” (J.1.1.), mencionados por 22% da amostra externa e 17% da interna, bem como a “Condução em estado de embriaguez” (J.1.7.), que mantêm o mesmo número de menções que o indicador anterior nas duas amostras. Em percentagens menores na amostra externa segue-se o crime de “Tráfico de estupefacientes” (J.1.2.), mencionado por um representante da comunidade académica e 33% dos polícias, as “Perseguições” (J.1.4.), mencionado pelo E13 e ainda os “Furtos em interior de residência” (J.1.6.), que apenas foi mencionado por um polícia. Relativamente aos locais onde a comunidade académica se sente mais insegura, correspondendo à subcategoria (J.2.), as principais zonas que foram consideradas como mais propícias a este sentimento foram a “Praça da República e zona envolvente” (J.2.1.), mencionada por 83% dos polícias e 56% dos representantes da comunidade académica, com especial enfoque para o Jardim da Sereia, conforme refere o E7 “em termos de locais, número um, o Jardim da Sereia” (E7). A “Baixa e ruas adjacentes” (J.2.3.) foi mencionada por 17% dos polícias e 67% da amostra externa. A “Cruz de Celas e zona envolvente” (J.2.4.)

e a “Beira Rio” (J.2.6.), são ambas mencionadas por 22% dos entrevistados externos, sendo o indicador J.2.6. também mencionado por um polícia. É ainda feita uma menção, por um representante estudantil, à “Alta da Cidade” (J.2.2.), assim como à “Avenida Fernão de Magalhães” (J.2.8.). Não obstante, é importante referir que o sentimento de insegurança associado a estes locais demonstra-se, na esmagadora maioria dos casos, associado ao indicador “Período Noturno” (J.5.1.), uma vez que este sentimento se acentua nestes locais essencialmente durante a noite. Ainda na subcategoria J.2., foi feita a menção a outros dois indicadores, não diretamente associados ao período noturno, nomeadamente os “Hospitais/Unidades de saúde” (J.2.5.) e o “Polo II da UC” (J.2.7.), sendo que a associação deste último local ao sentimento de insegurança deve-se à existência dos designados “picanços”, referidos pelo E8: “os picanços é uma coisa que acontece todas as sextas-feiras no Polo II da Universidade de Coimbra, onde vão imensos carros fazer manobras ... não sei bem explicar o que é aquilo, mas acho que dá para passar um bocadinho a ideia. A própria comunidade quando vai nesses dias não se sente segura. Eu sei que há muitos estudantes que quando vão lá à sexta-feira à noite para ir estudar para o nosso departamento, por acaso o Departamento de Informática é o único que está aberto 24 horas, e muitos tentam entrar assim um bocadinho às escondidas para ver se não entram em contacto com eles. Acho que se calhar é onde, diariamente, eu sinto que há mais insegurança nos meus colegas.”. Em termos de fatores “Sociais” (J.3.) que contribuem para a diminuição do sentimento de segurança o “consumo de estupefacientes/toxicoddependência” (J.3.1.) é o principal problema apontado pelos representantes da comunidade (67%), também reconhecido por 33% dos polícias entrevistados. Segue-se o “Consumo excessivo de álcool” (J.3.2.), mencionado por 83% dos polícias, mas apenas 33% dos entrevistados externos, conforme refere o E9: “Mas eu acho que, relativamente a essa questão do sentimento de insegurança, essencialmente, pessoas sob efeito de álcool que fazem abordagens muito desagradáveis”. Ou seja, nunca se sabe muito bem o que é que se espera de um colega ou de uma pessoa que esteja a passar por nós na rua quando elas se encontram embriagadas.” A “mendicidade” (J.3.3.) é também apontada como um fator redutor do sentimento de segurança, sendo mencionada por 50% dos polícias e 33% dos representantes da comunidade académica. “Os sem-abrigo contribuem também para essa diminuição do sentimento de segurança” (E7). Foram ainda indicados a “Prostituição” (J.3.4.), a existência de “Grupos marginalizados” (J.3.5.) e a “Discriminação” (J.3.6.). Esta subcategoria de respostas é demonstrativa da teoria de Skogan (1990), alinhando-se com a sua perspetiva de que desordem social potencia o sentimento de

insegurança. Relativamente a fatores “Ambientais” (J.4.), as “Ruas ou espaços pouco movimentados” é o fator que mais potencia o sentimento de insegurança, indicada por 33% dos polícias e 44% da amostra externa - “Eu acho que o facto de haver sítios pouco movimentados causa sempre sentimento de insegurança” (E12 - “eu diria que como Coimbra tem zonas muito mais antigas e menos frequentadas, isso pode ser uma causa do sentimento de insegurança em algumas dessas zonas” (E12) - sendo mais uma vez associado ao indicador “Período noturno” (J.5.1.) por parte dos entrevistados. A “Falta de iluminação” (J.4.2.), apesar de apenas referida por um entrevistado da amostra externa, foi indicada por metade dos policiais entrevistados. Estas respostas são mais uma vez demonstrativas da perspetiva de Skogan (1990) e também de Jacobs (1961), nomeadamente, que a desordem física promove o sentimento de insegurança. Relativamente a períodos “Temporais” (J.5.), o principal indicador apontado foi o “Período noturno” (J.5.1.), referido por 50% dos polícias e 78% dos representantes desta comunidade. Este indicador, conforme já mencionado, encontra-se frequentemente associado às restantes subcategorias. A “Época de festas académicas” (1.5.2.), teve uma menção de 50% e 22%, respetivamente, o “período de férias ou fim de semana” (J.5.3.), foi mencionado por um polícia e um representante estudantil, sendo este indicador associado ao menor movimento nestas épocas. Foi ainda referido o “Início de ano letivo” (J.5.4.). No que respeita à subcategoria “Outros” (J.6.), o indicador “Relatos” (J.6.1.), foi mencionado por dois entrevistados (22%): “já houve relatos e lá está, isso acaba por diminuir a confiança, o sentimento de segurança” (E7), “há histórias que se ouvem” (E11). Estas afirmações vão ao encontro da perspetiva de Leitão (2000). Foi ainda mencionada a “Falta de efetivo policial” (J.6.2.).

A pergunta 3.3. visou perceber a perceção dos polícias, que possuem uma visão mais integral do policiamento efetuado, relativamente à adequação do mesmo para garantir o cumprimento dos objetivos do PP, de uma forma genérica. Neste sentido, esta pergunta não visa dar resposta à pergunta de partida, mas sim obter *inputs* que auxiliem a sua resposta, numa ótica de complementaridade a todo o restante trabalho efetuado. Deste modo, criámos a categoria “Adequação do policiamento” (K.) e três subcategorias, com base na pergunta realizada, nomeadamente a subcategoria “Propiciar o sentimento de segurança” (K.1.), “Criar uma relação de proximidade que permita conhecer os problemas desta comunidade” (K.2.) e “Prevenir a criminalidade” (K.3.). *À posteriori* foi ainda criada a subcategoria “Desafios” (K.4.). Verificou-se que a totalidade da amostra considera que o policiamento efetuado é “Adequado” (K.1.1.) a propiciar o sentimento de segurança da comunidade

académica. Não obstante, a resposta foi diferente no que concerne à subcategoria K.2., uma vez que um entrevistado (33%) refere que é “adequado” (K.2.1.) mas 67% dos polícias refere que o policiamento não é adequado (K.2.2.) para conhecer os problemas desta comunidade - “infelizmente, penso que não existe essa relação que falou, que permite conhecer tudo o que se passa na academia.” (E3). Relativamente à prevenção da criminalidade, 67% da amostra referiu que considera o policiamento “adequado” (K.3.1.), enquanto o restante entrevistado referiu que o mesmo não é adequado (K.3.2.), sendo justificada pela “falta de recursos humanos policiais” (K.4.1.): “Não, eu acho que não. Eu acho que tentamos fazer e fazemos o nosso melhor, mas eu acho que não, porque parece-me que Coimbra está a passar, a fase que a maior parte dos comandos estão a passar, que é a falta de efetivo” (E3).

A pergunta 4.1. foi elaborada com o intuito de conhecer as boas práticas de PP que os entrevistados consideram que seriam importantes implementar, por serem uma mais-valia para a segurança desta comunidade, bem como os desafios e oportunidades a explorar para a sua implementação, auxiliando o alcance do OE4, mediante a identificação de propostas de melhoria. Deste modo, foi criada a categoria “Sugestões de proximidade” (L.) e as subcategorias “Medidas” (L.1.), “Desafios” (L.2.), “Oportunidades” (L.3.) e “Observações” (L.4.). Verifica-se assim que as “Ações de demonstração/informação da atividade da polícia” (L.1.1.), “Ações de sensibilização” (L.1.2.) e o “Canal de comunicação mais direto/melhoria da comunicação” (L.1.3.) são as sugestões de proximidade mais sugeridas pelos entrevistados, conforme refere o E13 relativamente ao indicador L.1.3.: “deve haver uma clarificação do âmbito em que a Polícia de Segurança Pública pode atuar”. No que concerne às “Ações de sensibilização”, denota-se a sugestão das mesmas em diversos moldes, nomeadamente a sugestão do E7 - “era a polícia conseguir identificar quais são as áreas de atenção de cada instituição de ensino superior e tentar fazer, não sei se isso será possível ou não, mas tentar adequar um pouco ações de sensibilização, de informação, dependendo das áreas em que estiverem ensinadas. Isto porquê? Porque acho que aquelas ações de sensibilização ou aqueles panfletos todos bonitos que se dá, eu acho que já não resolvem nada. Portanto, quando falo em ações de sensibilização é muito mais nesse sentido do que propriamente naquelas gerais e abstratas”. Neste âmbito, o E2 sugere “ao longo do ano irmos falando sobre determinados temas que têm a ver com segurança, para alertar para os perigos que eles também, alguns, não conhecem, porque vêm para uma cidade nova, e nós alertarmos para essas situações que eles podem encontrar aqui”. A existência de um canal de comunicação mais direto ou a melhoria generalizada da comunicação (L.1.3.) foi a sugestão

mais referida na globalidade e pelos representantes da comunidade académica (67%), sendo exemplos deste indicador a referência do E9 - “não sei até que ponto é que não seria viável fazer uma ponte mais direta entre a PSP e os estudantes mas parece-me que isso seria importante” - e a referência do E8 relativamente à comunicação da PSP - “há muitas linhas e meios de comunicação que podem ser aproveitadas pela polícia, que são relativamente baratas, mesmo dentro dos departamentos há imensas formas de media que são baratas de apoiar e pode ser sempre importante fazer uma questão mais de campanhas”. “Estabelecer protocolos com as instituições de ES e as AE’s” (L.1.4.) foi mencionado por 67% da amostra interna e por um entrevistado externo. “o que valeria a pena seria tentar procurar algum tipo de parceria entre a Universidade, a Associação Académica de Coimbra e a PSP” (E10). A “Maior presença policial junto da comunidade académica” (L.1.8.), conforme refere o E7: “Acho que muitas das vezes, bastava vermos a polícia mais vezes”; e o “Aumento das interações com a comunidade académica” (L.1.11.) - “para proximidade é preciso falar com as pessoas, é preciso estar próximo, de facto. Não é só aparecer em determinadas alturas, é estar próximo um ano inteiro. Deveria aqui haver um contínuo de papéis e não só aparecerem em manifestações ou eventos, mas sim uma interação mais contínua” (E12). Os restantes indicadores, conforme constam na Tabela 12, foram apenas mencionados por um entrevistado, pelo que damos como exemplos os indicadores “Trabalho em parceria com instituições externas” (L.1.14.), conforme mencionado pelo E12: “deveria ser também trabalhado com as várias instituições que existem e não uma coisa da PSP ou uma coisa da polícia que tem que fazer, mas um coletivo de todos trabalharem para essa polícia de proximidade e para essa sociedade mais preventiva e mais segura”; e a “Passagem periódica dentro das instituições de ES” (L.1.15.), conforme referido pelo E14: “se a nossa comunidade soubesse que, periodicamente, sem uma hora propriamente definida, há agentes de autoridade que passam por aqui, e que entram e saem da escola, visitam o espaço, provavelmente isso aumentaria a sensação de proteção das pessoas”.

Relativamente à subcategoria “Desafios” (L.2.), constata-se desde logo que a totalidade dos polícias apontou desafios à implementação de medidas de proximidade, enquanto na comunidade académica, apenas dois entrevistados (22%) mencionaram existir um desafio. Verifica-se assim que os principais desafios apontados pelos polícias para a implementação das medidas propostas de proximidade junto do ES são a “escassez de recursos humanos policiais” (L.2.1.), mencionada pela totalidade (100%) dos polícias que responderam a esta questão (“Realmente a falta de efetivo é uma lacuna muito grande” (E2)),

bem como a “Influência histórica levemente presente” (L.2.3.), mencionada por 67% dos polícias que responderam a esta questão: “devido ao passado histórico de alguma animosidade entre a polícia e os estudantes universitários, ainda existem algumas arestas por limar para que estas medidas sejam implementadas” (E1). No caso da escassez de efetivo policial, apesar de ser uma questão interna à PSP, 22% dos entrevistados reconhecem que poderá ser um desafio à implementação de medidas de proximidade, sendo o único desafio indicado pelos entrevistados externos. “O obstáculo, a existir, estará do lado da polícia, ou seja, a existir terá a ver com a indisponibilidade, com a falta de recursos da polícia para o fazer” (E14). Foi ainda indicada a “não aceitação dos conselhos policiais” (L.2.2.): “O principal desafio é o estudante universitário aceitar e ouvir os conselhos, aceitar os conselhos policiais, isso é o principal desafio” (E1). Em termos de “oportunidades” (L.3.) para implementar as medidas propostas, o indicador mais mencionado é a “abertura e disponibilidade para cooperar da comunidade académica” (L.3.3.), que, apesar de não mencionado por nenhum polícia, é referido por 44% dos representantes da comunidade académica, sendo um exemplo de U.R.’s. a referência do E14: “e portanto, no dia em que a polícia tiver condições para o fazer, e para estar mais próxima de nós, com certeza que nós estaremos absolutamente disponíveis para isso” ou de E9 “os alunos da nossa escola até têm bastante abertura”. O “início de ano letivo” (L.3.2.) é referido por 33% dos polícias e 22% dos representantes desta comunidade. Foi ainda referido por um polícia que uma “Gestão de recursos humanos diferente” (L.3.1.) poderia ser uma oportunidade para alocar mais polícias para o MIPP e assim conseguir implementar as medidas propostas, bem como a “Criação de um projeto inicial após aproximação entre as partes, com posterior avaliação” (L.3.4.), conforme refere E13: “Após uma aproximação entre a Associação Académica de Coimbra, a Universidade de Coimbra e a Polícia de Segurança Pública, perceber como se podem recriar os modelos e a partir daí ir aperfeiçoando como tem acontecido nas relações de entidades. Primeiro tem de haver um projeto inicial e depois tem haver então esse aperfeiçoamento, é essencialmente isso”. Por último, no que respeita à subcategoria “Observações” (L.4.), o mesmo entrevistado refere a “reduzida iniciativa por parte da PSP” (L.4.1.): “Partindo também um bocado por parte da PSP e não ter de ser sempre a comunidade estudantil a ver esta questão de se preocupar com essas questões” (E13).

A categoria “Projeto Universidade Segura” (M.), surge em virtude da primeira pergunta da questão 4.2., “De que forma avalia iniciativas como o projeto Universidade Segura?”, pelo que foram criadas as subcategorias “Conhecimento” (M.1.) e “Avaliação

geral” (M.2.). Verificou-se que nenhum dos entrevistados conhecia o projeto US (L.1.1.), nem qualquer outro policiamento de proximidade junto do ES realizado em Portugal, inclusive os próprios polícias que desempenham funções no MIPP de Coimbra. “Se for ter com qualquer colega aqui de Coimbra e lhe falar neste projeto, se calhar muitos deles ou todos mesmo vão dizer como eu, que desconheciam totalmente” (E3). Não obstante, após a devida apresentação do projeto, de igual forma para todos os entrevistados (conforme Apêndice F) verificou-se que a totalidade dos entrevistados (100%) classificou esta iniciativa como “Positiva ou uma mais-valia para a segurança da comunidade académica” (M.2.1.), conforme refere E8 “Eu acho que é extremamente positivo, é sempre muito bom uma iniciativa como essa”, havendo inclusive um representante estudantil que mencionou que um projeto desta índole deveria ter uma “Implementação a nível nacional” (M.2.2.): “Acho que o aumento da abrangência, a implementação a nível nacional, desse projeto seria, de facto, muito positivo” (E7).

No que concerne à categoria “Ensino superior seguro em Coimbra” (N.), a mesma deriva da segunda pergunta da questão 4.2 - “Considera que um projeto idêntico em Coimbra seria uma mais-valia?” – elaborada para conhecer o grau de abertura da comunidade académica para uma iniciativa deste cariz. Mais uma vez, optámos por criar duas categorias derivadas da mesma pergunta por forma a facilitar a compreensão do leitor, tornando a visualização e compreensão da tabela categorial mais intuitiva. Fruto desta categoria, foram criadas as subcategorias “Implementação” (N.1.), “Desafios” (N.2.), “Oportunidades” (N.3.) e “Observações” (N.4.). Relativamente à subcategoria “Implementação” (N.1.), constatámos que a totalidade (100%) dos entrevistados internos e externos considerou que seria uma valia implementar um projeto desta índole na cidade de Coimbra, conforme refere, por exemplo, o E11 “acho que faz todo o sentido em Coimbra apostarem neste tipo de iniciativas, porque acho que é mesmo muito importante”. Relativamente à subcategoria “Desafios” (N.2.) (à implementação de um PP junto do ES em Coimbra), apenas os polícias referiram desafios, nomeadamente a “Falta de recursos humanos policiais” (N.2.1.) e novamente a “Influência histórica levemente presente” (N.2.2.), referidas por dois polícias. A comunidade académica não encarar bem a presença da PSP no espaço da universidade (N.2.3.) (33%) e a “Falta de vontade de cooperar em iniciativas de proximidade” (N.2.4.) mencionada pelo E3 (33%) são também desafios à implementação deste policiamento, conforme refere o mesmo: “nós também ficámos com a sensação que a Universidade, em Coimbra, principalmente, a vontade de ter algo, nesse sentido, connosco, a vontade também não é assim muita, de modo

que a situação está como está” e que “pelo o que nós vivemos do dia-a-dia e pelo o que nós conhecemos da cidade e da universidade, não há muita abertura deles nesse sentido”. No que respeita às “Oportunidades” (N.3.) que a implementação de um policiamento desta natureza na cidade poderia trazer, a mais referida pela comunidade académica é o “Estreitar da relação entre a comunidade académica e a PSP” (N.3.1.), mencionada por 56% destes entrevistados. A “Desmistificação da imagem reativa da polícia” (N.3.2.) foi mencionada por um polícia e dois representantes estudantis - “a verdade é que só nos lembramos da polícia quando se passou alguma coisa menos positiva na nossa vida. E acho que também é importante fazer-se essa sensibilização às pessoas, e principalmente dentro das comunidades académicas, e dentro das faculdades e das universidades, exatamente para dar a conhecer o trabalho da polícia” (E7); “acho que seria sempre interessante desmistificar um bocado a ideia do polícia” (E12). A “Redução das cifras negras” (N.3.3.) foi também mencionada por dois representantes estudantis - “poderia ajudar a trabalhar melhor os canais de queixas contra outros tipos de crimes que existem nas próprias universidades, mas que às vezes, por vários motivos, não chegam às autoridades” (E12). 67% dos polícias consideraram que a implementação de um PP junto do ES em Coimbra aumentaria o conhecimento dos problemas desta comunidade (N.3.7.), assim como “Facilitar as intervenções policiais” (N.3.4.), conforme refere o E2: “se tivéssemos mais integrados nesse meio, como referiu, claro que facilitaria depois, mesmo em situações ilícitas, de problemas que surgissem, nós já estávamos no meio. Já era mais fácil lidar com essas situações porque já conhecíamos as pessoas também”. O aumento do sentimento de segurança desta comunidade (N.3.5.) foi referido por 22% da amostra externa, sendo um exemplo a menção do E14: “O facto de saberem que no seu espaço há uma maior proteção e um maior contacto com a polícia, provavelmente ajudaria a ter um maior sentimento de segurança, porque dentro das suas escolas sentir-se-iam mais protegidos (...). É evidente que o estudante pode sempre ir a uma esquadra de polícia, mas se soubessem que têm no seu espaço alguém que encaminha os eventuais problemas que lhe aconteçam, era capaz de ser algo que aumentaria o sentimento de segurança” (E14). A “Maior informação para a comunidade académica” (N.3.8.) foi também mencionada por 22% da amostra externa. “acho que seria bom, acho que foi como eu comecei, acho mesmo que os estudantes não têm o devido conhecimento sobre aquilo que é a entidade e o que faz e qual a sua função” (E9). Os indicadores “Aumentar a visibilidade da PSP” (N.3.6.) e “Desmistificar a influência do passado conturbado” (N.3.9.), foram ainda mencionados uma vez: “Eu acho que isso poderia desmistificar esta distância que existe

entre a faculdade de Coimbra, ou as universidades de Coimbra, e a polícia. Porque, pronto, isto já não é de agora, e poderia desmistificar esta situação” (E2), assim como a “Prevenção da criminalidade” (N.3.10.) - “faz também com que as pessoas não tenham a tentação de sair do espaço de segurança, porque também percebem que a deteção do que possam fazer de errado, acontece com maior frequência, acontece com maior certeza” (E14). Na subcategoria “Observações” (N.4.) foram incluídas menções dos entrevistados não enquadráveis nas restantes subcategorias. Nesse sentido, importa mencionar a referência do E12, enquadrada no indicador “Para ser eficaz não pode ser centralizado num Polo universitário” (N.4.1.): “A universidade de Coimbra tem diferentes faculdades e diferentes Polos, e a mim faz sentido que a polícia de proximidade esteja em todas as faculdades e nos diferentes Polos, e não num sítio único definido na universidade de Coimbra” e “caso fiquem “fechados” na universidade de Coimbra, acho que aí o resultado não vai ser interessante porque as pessoas de outras faculdades, muito provavelmente não vão chegar até lá”. O indicador “Em caso de implementação seria necessário avaliação posterior para avaliar e melhorar” (N.4.2.) foi mencionado por um entrevistado interno e outro externo e o indicador “Dimensão da comunidade académica justifica a implementação do projeto” (N.5.3.) foi mencionado por dois entrevistados internos e um externo. “Coimbra, onde cerca de um terço da população é universitária, se calhar justificava ter um serviço desses se tivermos em consideração que todos os dias circulam, no ambiente de Coimbra, cerca de 40 mil estudantes do ensino superior” (E14).

A categoria “Outras reflexões” (O.) surge derivada da questão 4.3, criada para permitir ao entrevistado abordar algum assunto que considerasse importante, mas não tivesse sido abordado no decorrer da entrevista. A “Importância do Policiamento de Proximidade no geral e/ou junto do ensino superior” (O.1.) foi mencionada por 67% polícias e 44% dos representantes da comunidade académica - “Acho que sem dúvida que essa questão da universidade segura, a meu ver, é um ponto sem dúvida que a Universidade de Coimbra devia ponderar bastante” (E10). A “Importância das operações STOP em zonas estratégicas” (O.2.) foi mencionada por um representante estudantil, assim como o “Desconhecimento dos locais das esquadras pelos caloiros” (O.3.). Houve ainda o “Reconhecimento da importância do PES” (N.5.) por 33% dos polícias e 22% dos representantes da comunidade em estudo e a reiteração da “Manifestação da total disponibilidade para colaborar” (O.6.), por 22% dos representantes desta comunidade, coincidindo com os dois representantes institucionais. Foi neste sentido que o E14 referiu que “no que diria respeito à nossa instituição, se essa situação

se colocar, serei o primeiro a abrir as portas nesse sentido” (E14) e o E15 que “a recetividade é total” e que “da nossa parte iríamos colaborar da melhor forma possível”.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DO POLÍCIAMENTO DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR EM COIMBRA

Direcionando a análise para a intervenção realizada pela PSP no âmbito do PP junto do ES em Coimbra, alinhada com o OE2, importa mencionar que, conforme já explanado anteriormente, a pergunta 3.1. e 3.2. foram criadas com o intuito de caracterizar o PP atual e passado, respetivamente, junto do ES realizado na cidade de Coimbra, uma vez que não se verificam ações de proximidade registadas (conforme anexo D).

Nesse sentido, a pergunta 3.1. originou a criação da categoria “Policciamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra atualmente” (P.), dividida em duas subcategorias: “Visibilidade” (P.1.) e “Outras práticas de proximidade” (P.2.). Começando pela subcategoria P.2., verificou-se que as menções relativas ao PP junto do ES acabam por estar muito distantes daquelas descritas ao longo do estado da arte do presente trabalho, desde a inexistência de ações de sensibilização ou demonstração, conforme refere o E2 “Não fazemos aquelas ações formais como no programa escola segura” e o E1 “aquele tipo de ações que se desenvolvem no ensino primário e secundário, não existem nada vocacionado para o ensino universitário” (E1), à praticamente inexistente cooperação em parceria em prol da segurança desta comunidade: “A “parceria” que nós temos com o ensino superior, é quase nula, quase nula mesmo” (E3). Não obstante o exposto, verifica-se o reconhecimento da preocupação, no início do ano letivo, em ter um contacto mais próximo com os estudantes desta comunidade, ainda que informalmente - “No início do ano letivo tentamos abordar mais os estudantes, não numa ótica formal, é mais na ótica de passar, conversar, perceber se está tudo bem” (E2), pelo que, aquando da existência de *flyers*, os mesmos são distribuídos neste âmbito: “de vez em quando, deixar um panfleto, um *flyer*, dentro disso” (E2). É também referido que “Existem alguns contatos com a reitoria, algumas reuniões” (E1), afirmação esta proferida por um oficial da PSP, no entanto, é referido por um polícia da categoria de agente que “os contactos com este meio são mais a nível superior, não existe um canal de comunicação direto entre nós e esta comunidade” (E2). A “Visibilidade” (P.1.) foi também mencionada, pelo que os entrevistados referem a existência de PV junto da zona do Polo I, por coincidir com uma zona turística - “Na universidade de Coimbra, apesar de ser um Polo de ensino, também é uma zona histórica da cidade, por isso é que nós temos

policciamento de visibilidade relacionado a essa área, por aquela parte histórica possuir uma grande afluência de turismo” (E1). É também referida a visibilidade nos restantes Polos, apesar de em menor dimensão - “Nos restantes Polos digamos que existem passagens recorrentes pelos locais” (E1) - e nas zonas de diversão noturna, entre outras, nas quais se incluem os Polos universitários, sendo asseguradas pelos polícias que estão inseridos nos grupos operacionais da 1ª e 2ª esquadra de Coimbra - “São feitos policiamentos de visibilidade junto das zonas de diversão noturna, entre outras zonas, feitos pelas esquadras” (E2). Não obstante, um polícia que integra o MIPP de Coimbra também refere que no MIPP “fazemos visibilidade junto das universidades periodicamente” (E2)

A categoria “Policciamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra no passado” (Q.), derivada da questão 3.2., visou essencialmente conhecer as práticas implementadas no passado que possam ter sido perdidas com o tempo. A “Visibilidade” (Q.1.) foi mencionada pelo E3, que referiu que, para além do PV assegurado pelas esquadras, “pontualmente, nos tempos mais mortos, entre aspas, fazíamos uma visibilidade em uma zona mais central da universidade, onde os estudantes mais passavam” e pelo E1: “esta vertente da visibilidade, assegurada pelas esquadras, já existia”. Foram assim identificadas “Outras práticas de proximidade” (Q.2.), nomeadamente ações de sensibilização a pedido de estudantes - “Cheguei a fazer ações a pedido de um grupo de estudantes, sobre o crime de violação e também sobre a parte da prevenção no geral (...) mais no âmbito das ofensas à integridade física e violações” (E1) - ou por iniciativa da PSP - “Fomos dar uma palestra por causa de uma viagem dos estudantes ao estrangeiro, sobre os problemas que podiam acontecer lá e os cuidados a ter, mas eram iniciativas nossas. Não era a Universidade que nos pedia, ao contrário das escolas básicas e secundárias. A Universidade nunca nos pediu nada, também, nesse sentido” (E3) - ficando evidenciado que, por parte da universidade, não houve qualquer tipo de solicitação. Não obstante, devido à baixa frequência deste tipo de ações, “às vezes, quando havia qualquer tipo de ações ou esclarecimentos na Universidade, acabava sempre por ir um oficial representar a PSP” (E3). Por último é ainda mencionado que as ações realizadas eram apenas de sensibilização, não existindo outro tipo de ações como no PES, conforme refere o E1 “Para além dessas ações de sensibilização, o outro tipo de ações de proximidade que são feitas no ensino básico e secundário, não me recordo de serem feitas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados à fase final desta investigação importa agora, com base nos contributos recolhidos, tecer as devidas considerações finais. Nesse sentido, daremos resposta às diversas perguntas de investigação, em alinhamento com os respetivos objetivos do estudo.

Relativamente ao OE1 “Caracterizar as perceções e expectativas da comunidade académica relativamente à sua segurança e atuação da PSP, em comparação com as perspetivas dos polícias e fazer a respetiva análise à luz dos objetivos do policiamento de proximidade”, alinhado com a PD1, foi, numa primeira instância, parcialmente alcançado mediante a apresentação de resultados, pelo que, por forma a atingir o OE1 na plenitude, passamos a fazer a análise crítica destes resultados à luz dos objetivos do PP.

A primeira conclusão retirada é que apesar da inexistência de um PP dedicado ao ES Conimbricense, parte dos objetivos preconizados por esta filosofia são alcançados junto desta comunidade, mediante o trabalho diário desenvolvido pelo CD Coimbra e pela PSP no geral, sendo evidente a eficácia em aspetos tão fundamentais como o sentimento de segurança e a confiança institucional, que obteve consenso absoluto por parte de todos os entrevistados. Não obstante, também os dados obtidos relativos ao reconhecimento da legitimidade policial e à satisfação com o desempenho da PSP na cidade de Coimbra contribuem para a sustentação da ideia de que, mesmo na ausência de um programa de proximidade específico, tende a verificar-se que os objetivos desta filosofia policial são cumpridos, pelo que, os casos de exceção devem-se essencialmente a fatores externos à própria PSP, como a ideologia das pessoas. No caso da satisfação, um comentário que consideramos pertinente tecer é que o facto da satisfação com o desempenho policial estar maioritariamente associada à inexistência de queixas pode ser reveladora de uma perceção limitada do papel da polícia e da sua amplitude funcional, por parte desta comunidade. A presença policial, apontada frequentemente pela literatura científica como geradora de segurança subjetiva, ainda que considerada como pouco frequente, demonstra efetivamente potenciar o sentimento de segurança nesta comunidade. Ainda assim, é de destacar a existência de receio numa parte considerável dos estudantes aquando desta presença, derivado de uma associação da presença policial à existência de crime a ocorrer, ou seja, a uma atividade reativa, que consideramos que evidencia a necessidade de reposicionar a imagem institucional da PSP neste ambiente académico.

Não obstante o exposto no parágrafo anterior, existem algumas lacunas que devem ser sinalizadas. Apesar de reconhecermos desde logo que o alinhamento total das perspetivas da

comunidade em estudo com a respetiva perceção dos polícias seria uma utopia, bem como o cariz exploratório deste estudo, a análise efetuada revelou dissonâncias significativas que, embora não anulem os vários efeitos positivos do policiamento atual, denunciam a falta de proximidade visada por esta filosofia policial. A relação, apesar de ser considerada positiva pela grande maioria dos entrevistados, é também considerada pela maioria dos representantes desta comunidade como distante ou até mesmo inexistente, o que nos permite afirmar que não é a relação desejada e perspectivada pela filosofia do PP. Um fator de extrema pertinência que consideramos que revela esta falta de proximidade é o facto de apenas os polícias referirem o passado histórico conturbado entre a PSP e os estudantes da cidade como fator condicionante desta relação. Também a elevada frequência da menção deste passado aquando da caracterização da relação, por parte dos polícias, sendo que em momento algum foi confirmada essa memória histórica por parte da comunidade académica, revela esta falta de proximidade. Este desfasamento de perceções aparenta ainda contribuir para impedir o aprofundamento da relação bilateral, uma vez que esta influência histórica percecionada internamente é inclusivamente apontada como um desafio à implementação de um PP junto desta comunidade. A comunicação apresenta-se como uma das principais fragilidades e discrepância de perspetivas verificada na análise de resultados. Se por um lado os polícias fazem uma avaliação positiva da mesma, a comunidade académica tende a considerar esta comunicação muito reduzida ou até mesmo inexistente. Outro reflexo da falta de comunicação e relação que podemos elencar acaba por ser o não reconhecimento, por parte de qualquer representante da comunidade académica, da compreensão e consideração que os polícias têm relativamente à cultura académica da cidade, algo que os polícias têm presente na sua ação diária.

Conforme refere Leitão (2005), segundo a filosofia do PP, a atuação policial deve ser dirigida de acordo com as expectativas da comunidade. Estas expectativas, apesar de incluírem uma perspetiva de continuidade relativamente àquilo que é eficaz na atividade policial, demonstram-se reveladoras de um desejo de evolução, uma vez que coincidem com as fragilidades já sinalizadas, nomeadamente a falta de proximidade e de comunicação, não identificadas pelos polícias. Por último, as cifras negras são outra lacuna identificada ao nível do cumprimento dos objetivos do PP, uma vez que, em momento algum, os representantes da comunidade académica consideraram que as cifras negras são reduzidas, classificando-as como elevadas ou médias, sendo que a denúncia depende essencialmente do tipo de crime sofrido.

No que concerne ao OE2 “Caracterizar o Policiamento de Proximidade realizado junto do Ensino Superior em Coimbra”, alinhado com a PD2, o mesmo foi atingido mediante as respostas dos entrevistados às perguntas 3.1 e 3.2 do guião 1, uma vez que não se encontram registadas ações de proximidade junto do ES no CD Coimbra. Deste modo, concluímos que não existe um PP informal junto do ES em Coimbra, visto que as práticas referidas pelos entrevistados demonstram não se coadunarem com a revisão de literatura relativa ao PP e com as práticas de proximidade junto do ES que foram abordadas. Apesar do PP contemplar uma vertente de visibilidade, aquilo que se verifica é que a visibilidade policial nas zonas envolventes aos EES, bem como àquelas mais frequentadas pelos estudantes, acabam por estar muito relacionadas com a grande afluência de pessoas que existe na zona do Polo I e da Praça da República (associada à diversão noturna) e com o regular patrulhamento e PV implementado pelas esquadras. Por outro lado, mesmo as práticas implementadas que mais se demonstram alinhadas com a filosofia de atuação do PP, como a distribuição de *flyers* informativos ou o estabelecimento de contactos informais no início do ano letivo, não representam uma lógica de continuidade e de sistematização conforme definido pela literatura científica, resultando numa comunicação e numa relação entre a PSP e a comunidade académica distante ou inexistente. A inexistência de um estreito canal de comunicação, de contacto regular, de avaliação das necessidades desta comunidade, do registo de indicadores de atividade, bem como de uma parceria que vise a coprodução da segurança demonstra também um afastamento dos princípios subjacentes ao PP. Não obstante, verifica-se que no passado as práticas adotadas, apesar de não podermos considerar que configurassem um PP junto do ES, eram mais alinhadas numa ótica de proximidade e prevenção criminal, visto que a visibilidade era mantida, mas chegaram a ser realizadas ações de sensibilização solicitadas pelos estudantes, o que demonstra o envolvimento da comunidade na coprodução de segurança. Porém, é também referido que nunca foi solicitado nada por parte da UC, pelo que fica claro que o envolvimento proativo para a coprodução de segurança não envolvia todos os atores sociais, para além destas práticas serem descontínuas e esporádicas, demonstrando um desalinhamento com a filosofia do PP.

Relativamente ao OE3: “Caracterizar os principais modelos de policiamento de proximidade junto do ensino superior implementados em Portugal e no estrangeiro”, alinhado com a PD3, o mesmo foi devidamente alcançado através do recurso à revisão de literatura e à pesquisa documental. No caso do PP junto do ES no estrangeiro, conforme já referido, após uma exaustiva pesquisa, optámos por apresentar a realidade norte-americana,

devido à estruturação e abrangência destes policiamentos. Atendendo a que o alcance desde objetivo e a resposta à respetiva PD resulta da revisão de literatura e da compilação de práticas abordadas no Capítulo II, importa agora tecer uma análise crítica relativamente ao conhecimento adquirido. Começando pela realidade nacional, verificamos que os policiamentos desta índole que existem são regulados pelo comando ou pela divisão onde estão inseridos, uma vez que resultam essencialmente de iniciativas dos comandos de polícia local. Não obstante a inexistência de uma regulamentação nacional, constatamos que as práticas implementadas nas três cidades apresentadas são convergentes com aquela que é a filosofia de atuação do PP, apesar da existência de algumas lacunas nos modelos adotados.

A EISU veio demonstrar o reconhecimento político relativamente à necessidade de reforçar a proximidade junto do ES, mediante a orientação da atuação das FS para a resolução dos problemas de uma comunidade com problemas e especificidades próprias. No entanto, constatamos que apesar do reconhecimento da importância deste tipo de policiamento e da intenção de criar um regulamento para o ESS de âmbito nacional, mediante a articulação com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, esta estratégia não teve uma aplicação prática de relevo volvidos quase dois anos desde a sua aprovação, verificando-se que o referido regulamento ainda não foi criado. Devido à inexistência deste regulamento, a aplicação destes policiamentos continua a ser realizada de acordo com as determinações dos comandos ou divisões, não demonstrando uma uniformização idêntica à do PES. É de destacar, no entanto, que passou a ser possível fazer o registo das ações de proximidade realizadas junto do ES, a nível nacional, na plataforma SIMPEP. Tal facto revela assim um esforço, por parte da PSP, em uniformizar a recolha e análise de indicadores de atividade relativamente à comunidade académica de ES, a nível nacional. Não obstante, nem todos os comandos possuem um policiamento dedicado a esta população-alvo, pelo que apenas alguns efetuam os respetivos registos na plataforma SIMPEP, não sendo estes regulados por regulamento próprio.

Fazendo uma comparação da realidade portuguesa com a norte-americana, constatamos que na América do Norte a presença policial junto do ES já se encontra formalmente mais consolidada, mediante a atuação da *campus police* ou dos *special constable services*, que exercem a sua atividade de forma permanente no espaço universitário. O caso do policiamento no Polo da Asprela é aquele em que se verifica maior continuidade de afetação de uma equipa exclusiva dedicada ao policiamento, estando a mesma afeta há mais de duas décadas. No entanto, importa ter em consideração que este

policiamento inclui também unidades hospitalares, não sendo exclusivo para o ES. No caso do PUS, apesar da afetação inicial de uma equipa exclusiva junto desta comunidade, a mesma acabou por ser desintegrada, passando o PP junto do ES em Lisboa a ser assegurado pelas EPES. Tal facto origina o afastamento deste projeto da essência do PP, uma vez que, conforme referido por Peneda (2005), na filosofia comunitária, cada polícia deverá possuir um posto fixo, por forma a estabelecer um contacto mais próximo com a comunidade visada e conhecer os seus problemas.

Outra consideração que consideramos pertinente mencionar, é que apesar de estes países norte-americanos possuírem um modelo de polícia descentralizado, contrariamente a Portugal, verifica-se que nestes países existe uma grande abrangência destes serviços de polícia pelo país, demonstrando o reconhecimento da importância de promover a segurança e proximidade junto do ES. Também a comunicação institucional com a comunidade académica aparenta ser mais fluída e aberta na realidade norte-americana. Esta afirmação deriva do facto de que toda a informação apresentada relativamente às práticas de proximidade junto do ES canadense encontra-se publicada nos *websites* das respetivas universidades, no separador relativo ao *Special Constable Service*. Em contrapartida, a maioria das práticas de proximidade junto do ES implementadas em Portugal não são públicas, ou amplamente publicitadas, culminando no desconhecimento da totalidade dos entrevistados acerca da existência de iniciativas de PP junto do ES em Portugal, incluindo os próprios polícias com experiência profissional na área do PP.

Importa mencionar uma lacuna que identificámos, nomeadamente, a inexistência de estudos que demonstrem e avaliem o impacto da implementação do PP junto do ES em Portugal, conforme foi feito há cerca de duas décadas com o PIPP, quando este foi alvo de uma avaliação interna e externa após a respetiva implementação. Deste modo, o ciclo de gestão e melhoria contínua perspectivado pelo PUS (assim como, indiretamente, pelos restantes policiamentos abordados) não é concluído, o que impede a avaliação da eficácia e a promoção de uma melhoria contínua ajustada às lacunas que poderiam vir a ser sinalizadas nos estudos avaliativos. Existem, no entanto, alguns indicadores que, no caso do PUS, demonstram a boa aceitação, o reconhecimento do projeto por parte da comunidade académica e a redução da criminalidade registada na área das EUS nos primeiros anos após a implementação do projeto.

Por último, importa mencionar que o alcance deste objetivo é de extrema importância para o futuro do ESS em Portugal, uma vez que permitiu uma compilação das principais

iniciativas desta índole espartilhadas pelo país, o que poderá ser uma mais-valia para criação do regulamento do ESS em Portugal.

Relativamente ao OE4, “Propor medidas específicas, se necessário”, e dando resposta à PD4, consideramos que, face às sinalizações efetuadas, às sugestões elencadas pela comunidade académica e à sua recetividade mediante a apresentação do PUS, temos uma base sólida para considerar a implementação de um modelo de PP junto do ES Conimbricense. Apesar de a EISU, em 2023, ter previsto a aprovação de um regulamento para o ESS, verifica-se que o mesmo ainda não foi criado, pelo que, em alinhamento com a Estratégia 2025-2027 da PSP e a Diretiva Estratégica n.º 10/2006 da PSP, de 15 de maio, urge a necessidade de avançar com uma iniciativa local, com regulamentação própria, que permita colmatar as lacunas sinalizadas. Esta implementação, conforme refere Ramzah (2024), deve ter em conta os objetivos definidos superiormente, pelo que as propostas adiante efetuadas terão em vista o alcance da plenitude dos objetivos do PP definidos na literatura científica e na Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio.

Um dos primeiros pontos a salientar, conforme referido por Poiares (2016), é que historicamente a implementação do PP foi condicionada pelo pouco envolvimento dos cidadãos e das respetivas estruturas representativas. Neste sentido, é necessário olhar para o passado por forma a evitar cometer os mesmos erros no futuro, pelo que se demonstra imperativa a necessidade de promover o envolvimento de todos os atores sociais que possam contribuir para a segurança desta comunidade, por forma a alcançar o sucesso desejado numa iniciativa deste cariz.

A promoção da criação de um grupo de trabalho que envolva a PSP, a UC, a AAC, a autarquia local e instituições de solidariedade social apresenta-se como uma mais-valia para o sucesso deste policiamento, uma vez que o comprometido envolvimento destes atores permitiria dar respostas mais profundas aos problemas sinalizados. A título de exemplo, os fatores sociais e ambientais identificados como propiciadores do sentimento de insegurança desta comunidade, extravasam, em muitos casos, o leque de competências da PSP, pelo que o envolvimento proativo da comunidade académica em fazer a sinalização destes problemas e da autarquia em promover a sua resolução seria uma mais-valia para o alcance de resultados significativos, alinhando-se com a verdadeira essência do PP, a coprodução de segurança.

Não obstante o exposto, o estabelecimento de um protocolo de atuação que envolva o CD Coimbra, a UC e a AAC, é essencial para que exista um efetivo e comprometido

envolvimento de todas as partes. Deste modo, o referido protocolo visaria potenciar o suprimento das lacunas identificadas, mas também operacionalizar junto desta comunidade os princípios orientadores do PP, com a promoção de uma abordagem coproduzida e preventiva. Atendendo à impossibilidade de entrevistar representantes estudantis do IPC, a proposta adiante efetuada é restrita ao universo da UC, pelo que, após a implementação deste policiamento, seria de extrema importância avaliar o seu impacto, por forma a perceber a viabilidade de alargar o âmbito do mesmo para o ES politécnico e ES privado, tornando o ESS de Coimbra abrangente a toda a comunidade académica.

Nesta ótica protocolar, consideramos que seria importante, numa perspetiva geral, manter as boas práticas que já são implementadas no COMETLIS, COMETPOR e CD Beja, porém com alguns enfoques, estreitamente relacionados com as lacunas sinalizadas.

Dada a recetividade da presença policial no seio académico, apesar de não percecionada pelos polícias, consideramos que a aposta nesta vertente seria uma mais-valia, mediante a criação de equipa(s) especializada(s) no PP junto do ES, que permitissem potenciar a interação entre a comunidade e os polícias afetos a este policiamento. Importa, no entanto, ter em conta a perspetiva de Salgado (2016), nomeadamente o facto de que para as interações potenciarem o bom relacionamento é necessário não só o contacto pessoal, mas também uma comunicação ajustada. O voluntariado, conforme refere Maurício (2005), a formação e a proatividade dos polícias afetos a este policiamento, conforme referido por Leitão (2005) apresentam-se como fatores indispensáveis ao sucesso desta medida, bem como para a desconstrução do receio da presença policial, pela sua mera associação a momentos de repressão. Não obstante, não podemos deixar de ter em consideração a falta de efetivo policial, tantas vezes mencionada ao longo das entrevistas pelos polícias, nem o facto de que centralizar este policiamento num único Polo faria com que a proximidade estabelecida visasse apenas uma parte desta comunidade, conforme referido pela comunidade académica. Nesse sentido, atendendo à aparente inviabilidade de atribuir equipas(s) em permanência para todos os Polo da UC, consideramos que a estratégia mais adequada para tornar este policiamento eficaz e ultrapassar o obstáculo que a falta de recursos humanos representa é a rotatividade da(s) mesma(s), num horário fixo semanal, conhecido pela comunidade académica, divulgado quer pelo CD Coimbra, quer pelos NE's, AAC, faculdades e UC. Para que esta proposta esteja em pleno alinhamento com a EISU, importa também não descurar a presença regular junto das residências universitárias e espaços mais frequentados pelos estudantes. Não obstante, consideramos que, só por si, esta

medida pode não ser suficiente para comunicar e proporcionar uma aproximação a uma comunidade tão grande, pelo que é necessário otimizar a comunicação por outros meios. Trazendo uma adaptação das práticas implementadas no Canadá para a realidade portuguesa, consideramos que seria uma mais-valia que a informação pertinente para a segurança desta comunidade, sinalizada pelas equipas afetas ao policiamento e com base na monitorização da criminalidade, fosse divulgada nas redes sociais do CD Coimbra, com posterior republicação por parte dos NE's, AAC, faculdades e UC, nas respetivas páginas, por forma a chegar ao maior número de estudantes possível. Esta informação não deve incluir meramente conselhos de segurança, mas também ferramentas de resposta a incidentes criminais, conforme perspetivado na EISU. O compromisso de republicação desta informação deve constar no protocolo estabelecido, alinhando-se com o conceito de trabalho em parceria visado pela filosofia do PP. Não obstante, a comunicação via digital deve apresentar alguma regularidade e ter objetivos numéricos a cumprir anualmente definidos, pois, conforme referem Skogan e Hartnett (2005) para que a implementação do PP seja bem-sucedida, é imperativa a orientação do mesmo por objetivos. Ainda ao nível da comunicação e promoção de uma relação mais próxima, a criação de canais de comunicação mais diretos com os polícias afetos a este policiamento, assemelham-se como uma mais-valia para melhorar estes aspetos. Nesse sentido, a criação de uma linha telefónica e email dedicados, poderia apresentar-se como uma mais-valia, mediante a sua divulgação pelos NE's, AAC, faculdades e UC. À semelhança do policiamento no Polo da Asprela, seria ainda pertinente a nomeação de um responsável de ligação de cada uma das entidades envolvidas com o(s) polícia(s) designados para este policiamento, devendo constar igualmente no referido protocolo.

No entanto, para um projeto desta índole ter um impacto significativo importa que o mesmo seja conhecido e compreendido pelo seu público-alvo. Nesse sentido e indo ao encontro das oportunidades sinalizadas pela comunidade académica, consideramos que uma forte aposta inicial na divulgação deste projeto é sem dúvida um fator-chave para o seu sucesso. Para além da distribuição dos tradicionais *flyers* e do já referido compromisso de divulgação de todas as partes envolvidas, consideramos que a apresentação do projeto aos estudantes, em auditório, nas semanas de boas-vindas, iria despoletar em muito o conhecimento da implementação deste policiamento. Para tal, seria evidentemente necessária uma cooperação com a UC, por forma a que fosse possível incluir no horário da semana de boas-vindas algumas sessões para os polícias afetos a este policiamento se

apresentarem a si e ao projeto. Desta forma, esta apresentação visaria também que a comunidade percebesse o porquê da presença policial em ambiente universitário e a promoção da coprodução de segurança.

À semelhança do perspectivado aquando da criação do PUS, a avaliação após implementação do policiamento é um fator-chave para verificar se este se encontra a produzir os efeitos desejados. Para tal, atendendo à boa receptividade da ideia de implementar um PP junto do ES Conimbricense, por parte da reitoria da UC, consideramos que seria pertinente que no referido protocolo constasse a assunção do compromisso de avaliar cientificamente o projeto, em cooperação com o CD Coimbra, o que seria de elevado valor para a melhoria contínua do mesmo. Para tal, é de extrema importância o registo diário dos indicadores de atividades na plataforma SIMPEP (ocorrências em estabelecimentos de ensino, ações de prevenção grupais e ações de contactos individuais), demonstrando uma tendência de uniformização a nível nacional, bem como a frequente monitorização dos mesmos, por forma a possibilitar o ajuste e aperfeiçoamento da intervenção em tempo útil. Não obstante o exposto, a presença da PSP nas diversas assembleias-gerais das faculdades e a realização de uma reunião ordinária no início do ano letivo, no fim do primeiro semestre e no fim do segundo seria útil numa ótica de partilha de informação entre as entidades envolvidas.

As ações de sensibilização a realizar, enquanto componente da prevenção criminal e de promoção da cidadania dos jovens, também não devem ser escolhidas aleatoriamente, mas sim com base na monitorização da criminalidade que afeta esta comunidade, bem como nas sugestões da própria. Nesse sentido, seria pertinente que fosse definido, com base na reunião a realizar antes do início do ano letivo, um número de ações de sensibilização razoável para cada faculdade, sendo necessária a assunção do compromisso, no referido protocolo, de cada NE e faculdade fazer uma proposta, ao longo do ano, dos temas que consideram mais relevantes. Atendendo aos resultados do presente estudo, consideramos também relevante que as ações de sensibilização contenham temáticas relacionadas com os crimes que mais provocam sentimento de insegurança. Sem descurar as ações referidas, importa também realizar ações de sensibilização aos novos alunos, bem como nas vésperas das festas académicas, uma vez que são momentos marcados por vulnerabilidades e comportamentos de risco acrescidos.

Atendendo a que a presença policial foi associada ao sentimento de segurança, conforme verificado na literatura, e que foram sinalizados os locais mais propícios ao

sentimento de insegurança é necessário apostar na visibilidade policial nestes locais, com especial enfoque no período noturno. No entanto, o reduzido efetivo sinalizado pelos polícias do MIPP e o seu horário de serviço não permitem que estes polícias realizem esta componente do PP, a visibilidade. Nesse sentido, é de extrema importância que as esquadras territoriais deem continuidade ao PV que têm vindo a desenvolver, de acordo com a NEP AUOOS/DO/01/20, de 20JUL21, tendo em consideração os locais sinalizados no presente estudo, com especial enfoque no período noturno.

Importa também mencionar que uma liderança ativa é fundamental para o sucesso deste projeto, pelo que, sem a mesma, pode-se correr o risco de o projeto cair em ações pontuais ou simbólicas, não permitindo o alcance da profundidade transformadora desejada.

Para terminar, e indo ao encontro da EISU e da filosofia do PP é de extrema importância não descurar o acompanhamento pós-vitimização desta comunidade, bem como a sinalização e acompanhamento dos jovens em risco, à semelhança do PES.

Atingidos os OE's da presente investigação, e conseqüentemente o OG, encontramos em condições de dar resposta à PP. Com base na análise empírica realizada e respetiva conjugação com o referencial teórico, concluímos que o policiamento efetuado não é plenamente adequado para fazer cumprir os objetivos do PP junto da comunidade em estudo, em particular, no que toca à criação de uma relação de proximidade, que permita conhecer a causa dos problemas que afeta o ES Conimbricense, e ao trabalho em cooperação com a comunidade, uma vez que a eficiência do PP mede-se também pela capacidade de arranjar soluções em cooperação com a comunidade. Como consequência do mencionado, bem como da falta de comunicação, não podemos considerar que existam práticas proativas para a deteção da criminalidade não denunciada, o que torna "invisível" uma parte significativa da vitimização, comprometendo a eficácia preventiva da atuação policial no seio desta comunidade e fazendo com que a recolha de informação criminal provenha, maioritariamente, das ocorrências.

Muitos dos objetivos do PP são de facto cumpridos através do trabalho realizado pelas diversas valências do CD Coimbra, demonstrando um alinhamento com aquelas que são as perceções dos habitantes do distrito de Coimbra, no geral. No entanto, os *inputs* obtidos, a literatura abordada e a síntese de práticas de PP junto do ES adotadas em Portugal e no estrangeiro fornecem-nos uma base sólida para considerar que a implementação de um policiamento exclusivamente dedicado ao ES apresenta-se como uma mais-valia para colmatar as lacunas sinalizadas. Neste sentido, um policiamento desta índole, com o

comprometido envolvimento de todas as partes envolvidas, seria vantajoso para alinhar o policiamento realizado com as expectativas desta comunidade e para permitir desconstruir um “pré-conceito” policial de que ainda paira no seio desta academia a influência de um passado histórico conturbado.

LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Após retiradas as devidas conclusões relativamente ao presente estudo, importa mencionar as limitações do mesmo. Primeiramente, destacamos a limitação de páginas disponíveis para a realização da presente dissertação, o que impediu um maior aprofundamento das práticas de PP junto do ES implementadas no estrangeiro e levou à necessidade de optar por explanar apenas uma realidade, a norte-americana.

O facto de estarmos perante um estudo de caso de cariz exploratório fez com que nos deparássemos com uma elevada escassez de estudos científicos relativos a esta temática, principalmente a nível nacional. Mesmo internacionalmente, constatámos que os estudos que existem sobre esta temática não se tendem a relacionar com o estudo da eficácia deste tipo de policiamento.

Aquela que poderia ter sido a principal limitação do estudo, mas que consideramos que foi ultrapassada, foi a dificuldade em obter uma amostra estratificada da comunidade académica. Em termos de critérios geográficos consideramos que a amostra é representativa das várias zonas da cidade, no entanto, acabámos por não conseguir incluir os estudantes do IPC na amostra. Por outro lado, consideramos que a natureza da instituição acaba por não ser um critério relevante para a representatividade da comunidade académica face aos objetivos da investigação. Deste modo, poderíamos ter optado por propor um modelo de PP para todo o ES Conimbricense, mas consideramos mais pertinente propor primeiramente um projeto-piloto junto da UC, durante um ano, por forma a poder fazer uma avaliação antes de o expandir para toda a comunidade académica.

O último obstáculo com que nos deparámos, mas que não foi ultrapassado, foi a impossibilidade de aceder à criminalidade associada a estudantes de ES no SEI, o que nos impediu de fazer uma proposta de ações temáticas com base na criminalidade que mais afeta esta comunidade, bem como a georreferenciação desta criminalidade.

PROPOSTAS DE INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Face ao exposto, a proposta de investigação futura que elencamos é a avaliação após implementação do projeto-piloto sugerido, já mencionada anteriormente, caso o mesmo

venha a ser implementado e, se possível, mediante a colaboração da UC. Apesar da não inclusão dos representantes estudantis do IPC, este estudo permite também deixar ciente a abertura desta instituição para acolher e cooperar numa iniciativa deste cariz, pelo que seria pertinente ouvir estes estudantes num outro estudo, assim como as instituições e estudantes do ES privado.

Para terminar, consideramos que seria uma mais-valia estudar a viabilidade de o SEI passar a permitir fazer a distinção entre a profissão “Estudante” e a profissão “Estudante de Ensino Superior”, uma vez que o ESS português demonstra uma tendência de expansão e a monitorização da criminalidade associada a estes estudantes seria uma mais-valia para a eficácia deste tipo de policiamento.

REFERÊNCIAS

- AAC (Associação Académica de Coimbra). (2025). *Núcleos*.
<https://academica.pt/orgaos/nucleos/>
- Agência Lusa. (2005, Outubro 20). *Academia de Coimbra "pune" reitor ao evocar intervenção policial de há um ano*. RTP Notícias.
https://www.rtp.pt/noticias/pais/academia-de-coimbra-pune-reitor-ao-evocar-intervencao-policial-de-ha-um-ano_n19137
- Allen, A. (2020). Are campus police 'real' police? students' perceptions of campus versus Municipal Police. *The Police Journal: Theory, Practice and Principles*, 94(2), 102–121. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0032258X20906859>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. (1.^a ed.). Edições 70.
https://www.academia.edu/40820250/BARDIN_L_1977_An%C3%A1lise_de_cont_e%C3%BAdo_Lisboa_edi%C3%A7%C3%B5es_70_225
- Bayley, D. (1994). *Police for the Future*. (1.^a ed.). Oxford University Press.
https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=m3U8DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PR11&dq=policia+for+the+future&ots=kGLZqwV_0Z&sig=B7849hvV6KYiBTtYzdCFxQTal0&redir_esc=y#v=onepage&q=policia%20for%20the%20future&f=false
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de investigação*. (5.^a ed.). Gradiva.
- Bento, A. (2015). *Um estudo qualitativo do policiamento escolar português: o Programa Escola Segura* [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa].
Repositório ISCTE-IUL. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/10021/1/master_afonso_castro_bento.pdf

- Bento, A. (2017). O Programa Escola Segura: prevenção, proximidade e comunidade. *Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, 21(2), 319-339. <https://journals.openedition.org/etnografica/4921>
- Biblioteca Pública de Braga. (2022, Março 23). *A Crise Académica de 1962: perspetiva documental*. [Poster em conferência]. Átrio da Biblioteca Pública de Braga, Praça do Município. http://www.bpb.uminho.pt/Docs/bpb_main_carousel/brochura_expo_crise_62.pdf
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em tese*, 2(1), 68-80. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/18027/16976>
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. (1.^a ed.). Climepsi Editores.
- Bryman, A. (2012). *Métodos de Pesquisa Social*. (4.^a ed.). Imprensa da Universidade de Oxford. https://books.google.pt/books?id=vCq5m2hPkOMC&printsec=copyright&hl=pt-PT&source=gbs_pub_info_r#v=onepage&q&f=false
- Campos, C. (2004). Método de análise de conteúdo: Ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), 611-615. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>
- Capaldi, D., Kerr, D., Eddy, J., & Tiberio, S. (2016). Understanding Persistence and Desistance in Crime and Risk Behaviors in Adulthood: Implications for Theory and Prevention. *Prev Sci*, 17(7), 785-793. <https://doi.org/10.1007/s11121-015-0609-0>
- Clemente, P. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública* [Tese de Doutoramento, não publicada]. Instituto Superior de Ciências Políticas e Sociais.

- David, M. (2014). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade: Funcionalidades, Problemas e Potencialidade* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/15383>
- Despacho n.º 8927/2017, de 10 de Outubro da Administração Interna e Educação - Gabinetes da Ministra da Administração Interna e do Ministro da Educação. (2017). Diário da República: II Série, n.º 195/2017 de 2017-10-10. <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/8927-2017-108275627>
- Diretiva Estratégica n.º 10 /2006, de 15 de maio da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. (2006).
- Diretiva Operacional n.º 07/2002 do COMETPOR. (2002).
- Elias, L. (2007). Policiamento de proximidade: Princípios e fundamentos para a implementação de estratégias de prevenção criminal. In G. Silva & M. Valente (Eds.), *Estudos de homenagem ao Juiz Conselheiro António da Costa Neves Ribeiro* (pp. 465-537). Almedina.
- Elias, L. (2022). *Ciências Policiais e Segurança Interna: Desafios e Prospetivas*. (2.ª ed.). ISCPSI/ICPOL. <http://hdl.handle.net/10400.26/51682>
- Engel, R., & Eck, J. (2015). Effectiveness vs. equity in policing: Is a tradeoff inevitable?. *Police Foundation*, 1 (18), 1-9. https://www.researchgate.net/publication/273784156_EFFECTIVENESS_VS_EQUIITY_IN_POLICING_IS_A_TRADEOFF_INEVITABLE
- ESEnFC (Escola Superior de Enfermagem de Coimbra). (2024). *Relatório de Atividades de 2023*. <https://www.esenfc.pt/pt/download/93153/Fr85ubnrNpvjq15bDkyn>
- Estatutos da Associação Académica de Coimbra. (2024). Associação Académica de Coimbra. <https://academica.pt/estatutos/estatutos.pdf>

- Estratégia 2025-2027 da PSP (Polícia de Segurança Pública). Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. (2025). <https://www.psp.pt/Documents/Instrumentos%20de%20Gest%C3%A3o/Documentos%20Estrat%C3%A9gicos/Estrat%C3%A9gia%20da%20PSP%202025-2027.pdf>
- Fernandes, L. (2014). *Intelligence e Segurança Interna*. (1.ª ed.). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Ferreira, F. (2014). *O Policiamento de Proximidade: O caso especial do programa “Comércio Seguro” da baixa da Cidade do Porto* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de direito da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://search.proquest.com/openview/2dbec41140ebf76387bc77932afd1300/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>
- Ferreira, J. (2012). O movimento estudantil como motor da democratização da Universidade e da liberdade em Portugal. *Ler História*, (62), 173-178. <https://doi.org/10.4000/lerhistoria.617>
- Ferreira, P. (1997). Delinquência Juvenil, família e escola. *Análise Social*, 60(25), 913-924. <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial>
- Ferreira, S. (2010). *Sentimento de Insegurança. Contributos para a Construção de Indicadores de Medida* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna]. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/32192>
- Freitas, G. (2019). *O Processo: Os documentos da Crise Académica Coimbra 1969*. (1.ª ed.). Edições Afrontamento. <https://static.fnac-static.com/multimedia/PT/pdf/9789723617450.pdf>
- Galvão, M., Pluye, P., & Ricarte, I. (2018). Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. *Revista de ciência da*

informação e documentação, 8(2), 1-24. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v8i2p4-24>

Garofalo, J. (1981). The fear of crime: Causes and consequences. *The Journal of Criminal Law & Criminology*, 72(2), 839-857. <https://scholarlycommons.law.northwestern.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=6243&context=jclc>

Ghiglione, R., & Matalon, B. (2001). *O Inquérito: Teoria e Prática*. (4.^a ed.). Celta Editora.

Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. (6.^a ed.). Edições Atlas.

Gonçalves, G. (2011). *Modernização policial: As múltiplas dimensões de um objecto historiográfico* (Working Paper n.º 116/2011). Instituto Universitário de Lisboa. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3236>

Gottfredson, D., Gerstenblith, S., Soulé, D., Womer, S., & Lu, S. (2004). Do After School Programs Reduce Delinquency? *Prevention Science*, 5(4), 253-66. <https://ccjs.umd.edu/sites/ccjs.umd.edu/files/pubs/2COMPLIANT%20-%20Do%20after%20school%20programs%20reduce%20delinquency.pdf>

Governo de Portugal. (1987). *Programa do XI Governo Constitucional*.

Governo de Portugal. (1985). *Programa do X Governo Constitucional*.

Governo de Portugal. (1991). *Programa do XII Governo Constitucional*.

Guinote, H. (2013). Evolução dos modelos de policiamento: da Roma Clássica até à atualidade. In Paulo Pereira de Almeida (Ed.), *Como tornar Portugal um País seguro? Segurança Nacional e Prevenção da Criminalidade* (pp. 113-138). Editora bnomics.

Hancock, K. (2015). Community policing within campus law enforcement agencies. *Police Practice and Research*, 17(5), 463-476. <https://doi.org/10.1080/15614263.2015.1108194>

- Hope, T., & Sparks, R. (2000). *Crime, risk and insecurity: Law and order in everyday life and political discourse*. (1.^a ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203389492>
- ICPOL (Centro de Investigação do ISCPsi) & Spirituc – Investigação Aplicada. (2021). *Inquérito aos Cidadãos na área da Polícia de Segurança Pública*.
- Igreja, D. (2022). *O projeto Universidade Segura: Perspetivas securitárias* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Iles, G., & Basham, S. (2023). The Influence of Police Encounters on Perceptions of Campus Law Enforcement. *College of Safety & Emergency Services Academic Journal*. <https://csesjournal.columbiasouthern.edu/the-influence-of-police-encounters-on-perceptions-of-campus-law-enforcement/>
- Inácio, C. (2010). *Políticas públicas de segurança: novo paradigma* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/425/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=In%C3%A1cio%2C+Carina+Isabel+Canhoto>
- IPC (Instituto Politécnico de Coimbra). (2024). *Relatório de Gestão e Contas Consolidadas 2023*. https://www.ipc.pt/wp-content/uploads/2024/06/2Relatorio_Gestao_Contas_Consolidadas_IPC_2023.pdf
- IPC (Instituto Politécnico de Coimbra). (2025). *Organograma do Politécnico de Coimbra*. <https://www.ipc.pt/sobre/apresentac%C3%A7%C3%A3o/organograma/>
- Jacobs, J. (1961). *The death and life of great American cities*. (1.^a ed.). Vintage Books. https://www.petkovstudio.com/bg/wp-content/uploads/2017/03/The-Death-and-Life-of-Great-American-Cities_Jane-Jacobs-Complete-book.pdf

- Kelling, G. (1988). Police and communities: The quiet revolution. *US Department of Justice/ National Institute of Justice*, (1), 2-7. <https://www.ojp.gov/pdffiles1/nij/109955.pdf>
- Lakatos, E., & Marconi, M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5.^a ed.). Atlas.
- Leal, T. (2011). *O contributo das incivildades para o sentimento de insegurança: O fenómeno da toxicodependência* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior De Ciências Policiais e Segurança Interna]. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/24703>
- Leitão, C. (2012). A entrevista como instrumento de pesquisa científica: planejamento, execução e análise. In M. Pimentel & E. Santos (Ed.), *Metodologia de pesquisa científica em informática na Educação: abordagem qualitativa de pesquisa* (pp. 2-28). https://ceie.sbc.org.br/metodologia/wp-content/uploads/2024/05/livro3_cap4_Entrevista.pdf
- Leitão, J. (1999a). Causas da Proximidade Policial - I. *Revista Polícia Portuguesa*, 119, 9-13.
- Leitão, J. (1999b). Causas da Proximidade Policial - II. *Revista Polícia Portuguesa*, 120, 3-6.
- Leitão, J. (2000). Sentimento(s) de Insegurança. *Revista da Polícia Portuguesa*, 12(2), 2-13.
- Leitão, J. (2005). Linhas de Desenvolvimento do Modelo de Policiamento da PSP. In M. Pereira & J. Neves (Eds.), *Estratégia e Gestão Policial em Portugal* (pp. 103-141). Instituto Nacional de Administração.
- Lisboa, M., & Teixeira, A. (2008, June 25 – June 28). *Organizações e Meio Envolverte: o caso do 'Policciamento de Proximidade* [Poster em conferência]. VI Congresso Português de Sociologia, Universidade Nova de Lisboa. <https://research.unl.pt/ws/files/11233388/659.pdf>

- Lisboa, M., & Teixeira, A. (2015). *Policciamento de Proximidade: Representações e práticas da população e inovação organizacional na polícia*. (1.^a ed.). Edição Húmus. <https://hdl.handle.net/1822/75088>
- Lucas, J. (2021). *Contributo para o policiamento de proximidade em zonas urbanas sensíveis: A aplicação do modelo integrado de policiamento de proximidade na divisão policial de Loures* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior De Ciências Policiais E Segurança Interna]. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/37054>
- Lüdke, M., & André, M. (1986). *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas*. E.P.U. https://hugoribeiro.com.br/area-restrita/Ludke_Andre-Pesquisa_Educaca_abordagens_qualitativas.pdf
- Manzini, E. (2003). Considerações sobre a elaboração de roteiro para a entrevista semi-estruturada. In M. Marquezine, M. Almeida & S. Omote (Eds.), *Colóquios sobre a pesquisa em educação especial* (pp. 11-25). Londrina. https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Consideracoes_sobre_a_elaboracao_do_roteiro.pdf
- Maurício, J. (2005). Ensino Superior: que Modelo Estratégico para a Segurança deste Universo Escolar. In M. Pereira & J. Neves (Eds.), *Estratégia e Gestão Policial em Portugal* (pp. 51-102). Instituto Nacional de Administração.
- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *Revista de Educação*, 2(2), 49-65. <https://doi.org/10.34620/eduser.v2i2.24>
- Ministère de la Sécurité Publique du Québec. (2000). *Vers une police plus communautaire: Politique ministérielle*. https://cdn-contenu.quebec.ca/cdn-contenu/adm/min/securite-publique/publications-adm/publications-secteurs/police/approches-pratiques/POL_police_communautaire.pdf

- Moreira, A., Sá, P., & Costa, A. (2021). *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: métodos* (1.ª ed.). UA Editora. <https://ria.ua.pt/handle/10773/30770>
- NEP (Norma de Execução Permanente) n.º AOOOS/DO/01/20, de 20JUL21 da Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública. (2021).
- Normandeau, A., & Leighton, B. (1992). La police communautaire en Amérique. *Revue International de Criminologie et de Police Technique*, 45(1), 51-61. https://aiclf.net/access-ricpts.php?file=https://www.aiclf.net/wp-content/uploads/ricpts/1990-1999/RICPTS_1992-01-05.pdf
- Nunes, L., & Sani, A. (2016). *Diagnóstico Local de Segurança: Estudo exploratório – Polo Universitário de Asprela*. Universidade Fernando Pessoa: Observatório Permanente Violência e Crime. <https://core.ac.uk/download/pdf/61020048.pdf>
- Oliveira, J. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de Policiamento: A Emergência do Policiamento de Proximidade*. (1.ª ed.). Edições Almedina.
- Pais, L. (2004). *Uma história das ligações entre a psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório do Instituto Superior de Psicologia Aplicada. <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1666>
- Palma, H. (2017). *Por uma nova Proximidade. Polícia, Comunicação e Redes Sociais*. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/35135>
- Patten, R., Alward, L., Thomas, M., & Wada, J. (2016). The continued marginalization of campus police" *Policing: An International Journal*, 39(3), 566-583. <https://doi.org/10.1108/PIJPSM-04-2016-0055>
- Peluso, P. (2014). City and insecurity feeling creation. *Journal of Law and Criminal Justice*, 2(2), 67-79. <http://dx.doi.org/10.15640/jlcj.v2n2a5>

- Peneda, P. (2005). A Análise Estratégica da PSP. In M. Pereira & J. Neves (Eds.), *Estratégia e Gestão Policial em Portugal* (pp. 329-372). Instituto Nacional de Administração.
- Pereira, A. (2020). *Do modelo de policiamento tradicional ao modelo intelligence-led policing: estudo comparativo* [Dissertação de Mestrado, Academia Militar]. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/34624>
- Pinheiro, M. (2012). Lembrando o Movimento Estudantil de 1962: Três testemunhos. *Ler História*, (62), 171-172. <https://journals.openedition.org/lerhistoria/615>
- Poiares, N. (2013). *Mudar a polícia ou mudar os polícias? O papel da PSP na sociedade portuguesa*. (1.^a ed.). Bnomics.
- Poiares, N. (2014). *Políticas de segurança e as dimensões simbólicas da lei: o caso da violência doméstica em Portugal* [Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE-IUL]. Repositório ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/10004>
- Poiares, N. (2016). *A letra e os espíritos da lei: A violência doméstica em Portugal*. (1.^a ed.). Chiado Editora.
- Pordata. (2023). *População residente por sexo e grupo etário*. <https://www.pordata.pt/pt/estatisticas/populacao/populacao-residente/populacao-residente-por-sexo-e-grupo-etario>
- Prodanov, C., & Freitas, E. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2.^a ed.). Feevale. [https://books.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=\).+Metodologia+do+trabalho+cient%3%ADfco:+M%3%A9todos+e+t%3%A9cnicas+da+pesquisa+e+d+o+trabalho+acad%3%AAmico+%C2%B4&ots=dd-4dctcGO&sig=GcL_S21RdxPR7cNzYytK4-1Utby](https://books.google.com/books?hl=pt-PT&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=).+Metodologia+do+trabalho+cient%3%ADfco:+M%3%A9todos+e+t%3%A9cnicas+da+pesquisa+e+d+o+trabalho+acad%3%AAmico+%C2%B4&ots=dd-4dctcGO&sig=GcL_S21RdxPR7cNzYytK4-1Utby)

- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2013). *Protocolo de Parceria entre a Polícia de Segurança Pública e a Federação Académica do Porto*.
- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2017). *Resumo do Projeto*.
- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2023a). *Relatório do Programa Escola Segura – Ano Letivo 2022/2023*.
<https://www.psp.pt/PublishingImages/RELATORIO%20PES%20da%20PSP%20-%20Ano%20Letivo%202022-2023.pdf?lang=pt>
- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2023b). *Memorando: Policiamento dedicado ao “Polo Universitário da Asprela”*.
- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2023c). *Programa Escola Segura e Universidade Segura, Relatório do Ano Lectivo 2022-2023*.
- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2024a). *Relatório do Ano Letivo 2023-2024*.
<https://www.psp.pt/PublishingImages/Lists/EscolaSegura/AllItems/RELATORIO%20PES%20-%20Ano%20Letivo%202023-2024.pdf?lang=pt>
- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2024b). *Programa Escola Segura e Universidade Segura, Relatório do Ano Lectivo 2023-2024*.
- PSP (Polícia de Segurança Pública). (2024c). *Relatório de atividades – EUS*.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (4.^a ed.). Gradiva.
- Ramzah, H. (2024). *A Collaborative Campus Community Policing Model: A Case Study in Fostering Collective Efficacy Among Students, Faculty and Staff* [Tese de Doutoramento, The University of Nebraska-Lincoln].
<https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1100&context=dissunl>
- Reiss, A. (1992). Police organization in the twentieth century. *Crime and Justice*, 15, 51-97.
<https://www.jstor.org/stable/1147617>

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2023, de 9 de agosto da Presidência do Conselho de Ministros. (2023). Diário da República: I Série, n.º 154/2023 de 2023-08-09. <https://diariodarepublica.pt/dr/analise-juridica/resolucao-conselho-ministros/91-2023-216846232>
- Richardson, R., Wanderley, J., Correia, L., & Peres, M. (1999). *Pesquisa Social: Métodos e Técnicas*. (3.ª ed.) Edições Atlas.
- Salgado, V. (2016). *Programa Escola Segura: Da notoriedade e do impacto das atividades preventivas nos jovens* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior De Ciências Policiais E Segurança Interna]. RCAAP. <https://core.ac.uk/download/pdf/75983569.pdf>
- SASIPC (Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico de Coimbra). (2024). *Relatório de Atividades 2023*. <https://www.ipc.pt/wp-content/uploads/2024/06/Relatorio-de-Atividades-IPC-2023.pdf>
- Sebastião, J., Campos, J., Alves, M., & Amaral, P. (2004). *Escola e Violência, Conceitos, Políticas, Quotidianos*. Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. <https://educar.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/06/violjsebastiao.pdf>
- Silva, M. (2008). *Programa Escola Segura: Desafios e Oportunidades para a Melhoria do Relacionamento Polícia-Comunidade Escolar* [Dissertação de Mestrado não publicada]. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Skogan, W. (1990). *Disorder and decline: crime and the spiral of decay in American neighborhoods*. (1.ª ed.). Berkeley & Los Angeles: Univ. California Press.
- Skogan, W., & Hartnett, S. (2005). Community policing in Chicago. In T. Newburn (Ed.), *Policing: Key Readings* (pp. 428-441). Willan Publishing.

- Skogan, W., & Maxfield, M. (1981). Coping with Crime — Individual and Neighborhood Reactions. *Sage Journals*, 15(3), 183-272.
<https://doi.org/10.1177/000486588201500307>
- Trojanowicz, R., Kappeler, V., Gaines, L., & Bucqueroux, B. (1998). *Community Policing: A Contemporary Perspective*. (2.^a ed.). Anderson Publishing.
- UC (Universidade de Coimbra). (2025a). *Pessoas*. <https://www.uc.pt/dados/pessoas/>
- UC (Universidade de Coimbra). (2025b). *Unidades Orgânicas*.
<https://www.uc.pt/regulamentos/unidades-organicas/>
- UC (Universidade de Coimbra). (2025c). *Descrição da Universidade de Coimbra*.
https://www.uc.pt/ects/info_inst/univ_coimbra
- University of Toronto. (2023). *Special Constable UAB Annual Report*.
https://www.campusafety.utoronto.ca/_files/ugd/5fe76f_a8f73bac180f48f49bf1ea39607a3776.pdf
- University of Toronto. (2025). *St. George Campus Safety Special Constable Service*.
<https://www.campusafety.utoronto.ca/recruitment->
- University of Toronto Students' Union. (2021). *UTSU report on campus police*.
<https://www.utsu.ca/wp-content/uploads/2021/04/UTSU-Report-on-Campus-Police.pdf>
- University of Waterloo. (2025). *Special Constable Service*. <https://uwaterloo.ca/special-constable-service/>
- University of Windsor. (2025). *Special Constable Service*. <https://www.uwindsor.ca/special-constable-service/333/crime-statistics>
- Ventura, M. (2007). O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ*, 20(5), 383-386.
http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf

Western University. (2024). *Campus Safety & Emergency Services Annual Report*.

<https://uwo.ca/campussafety/pdf/2024%20Campus%20Safety%20and%20Emergency%20Services%20Annual%20Report.pdf>

Western University. (2025). *Campus Safety and Emergency Services: Western Special Constable Service*. <https://uwo.ca/campussafety/>

Wilfrid Laurier University. (2025). *Prevention Programs*. <https://students.wlu.ca/wellness-and-recreation/safety/special-constable-service/programs.html>

Wilson, J., & Kelling, G. (1982). Broken Windows: The police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, 29-37.

APÊNDICE A – GUIÕES DAS ENTREVISTAS

FIGURA 1:

Guião 1

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica intitulada de "**Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Com a presente entrevista pretendemos conhecer de que forma é operacionalizado o policiamento de proximidade junto do ensino superior Conimbricense, bem como conhecer as perceções dos entrevistados relativamente ao processo interativo com esta comunidade e relativamente à segurança desta comunidade. Além do exposto, a presente entrevista visa ainda perceber as perceções dos entrevistados relativamente à eficácia do policiamento efetuado, bem como sugestões de melhoria, caso se venham a revelar necessárias.

Desta forma, a entrevista é composta por 4 categorias de questões:

1. Perceções e expectativas relativas à interação da PSP com a comunidade académica.
2. Perceções relativas à segurança da comunidade académica.
3. Caracterização do policiamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra e sua eficácia.
4. Sugestões de melhoria.

Com as respostas dos entrevistados a estas quatro categorias de questões, pretendemos assim perceber se a atuação da PSP junto do Ensino Superior de Coimbra demonstra-se adequada para atingir os objetivos do Policiamento de Proximidade.

Entrevista nº _____

Data ___/___/___ Hora de início: ___:___ Hora de fim: ___:___

Local: _____

Nome: _____

Idade: ___ Género: _____ Habilitações Literárias: _____

Categoria Profissional: _____

Função que desempenha: _____

Tempo de experiência na função que desempenha: _____

Tempo de serviço na PSP: _____

Guião 1

Categoria de questões 1 – Perceções relativas à interação da PSP com a comunidade académica.

1. De que forma caracteriza a relação da PSP com a comunidade académica de ensino superior de Coimbra? Explícite a sua resposta.
2. Qual a sua perceção relativamente ao grau de satisfação desta comunidade com o desempenho policial? Explícite a sua resposta.
3. Como considera que esta comunidade encara a presença policial? Justifique.
4. Com base na sua experiência, quais considera serem as expectativas da comunidade académica relativamente à atuação da PSP dirigida si?

Categoria de questões 2 - Perceções relativas à segurança da comunidade académica

1. Com base na sua experiência e perspetiva, considera que a comunidade académica denuncia a criminalidade que tem conhecimento ou de que é vítima? Quais os fatores que contribuem para esse grau de denúncia?

2. Considera que esta comunidade se sente segura? Quais os fatores e circunstâncias que mais podem contribuir para a diminuição do sentimento de segurança desta comunidade?

Categoria de questões 3 – Caracterização do policiamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra e sua eficácia.

1. Como é feito o Policiamento de Proximidade junto do ensino superior em Coimbra? Explique a sua resposta.
2. Tem conhecimento de ações de proximidade implementadas no passado junto desta comunidade? Explique a sua resposta.
3. Considera que o policiamento efetuado é adequado a potenciar a prevenção criminal, o sentimento de segurança e uma relação de proximidade entre ambas as partes, que permita conhecer os problemas securitários? Justifique.

Categoria de questões 4 – Sugestões de melhoria

1. Como descreveria um policiamento de proximidade ideal junto do ensino superior em Coimbra? Quais os principais desafios e oportunidades que identifica relativamente à sua implementação?
2. De que forma avalia iniciativas como o projeto Universidade Segura? Considera que um projeto idêntico em Coimbra seria uma mais-valia?
3. Gostaria de partilhar alguma reflexão não abordada no decorrer da entrevista relativa a esta temática?

FIGURA 2:

Guião 2

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



**Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da
Cidade de Coimbra.**

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica intitulada de "**Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Com a presente entrevista pretendemos conhecer as perceções dos entrevistados relativamente ao processo interativo com esta comunidade e relativamente à segurança desta comunidade, bem como relativamente à eficácia do policiamento efetuado.

Desta forma, a entrevista é composta por 2 categorias de questões:

1. Perceções e expectativas relativas à interação da PSP com a comunidade académica.
2. Perceções relativas à segurança da comunidade académica.

Com as respostas dos entrevistados a estas duas categorias de questões, pretendemos assim perceber se a atuação da PSP junto do Ensino Superior de Coimbra demonstra-se adequada para atingir os objetivos do Policiamento de Proximidade.

Entrevista n° _____

Data ___/___/___ Hora de início: ___:___ Hora de fim: ___:___

Local: _____

Nome: _____

Idade: ___ Género: _____ Habilitações Literárias: _____

Categoria Profissional: _____

Função que desempenha: _____

Tempo de experiência na função que desempenha: _____

Tempo de serviço na PSP: _____

Guião 2

Categoria de questões 1 – Perceções relativas à interação da PSP com a comunidade académica.

1. De que forma caracteriza a relação da PSP com a comunidade académica de ensino superior de Coimbra? Explícite a sua resposta.
2. Qual a sua perceção relativamente ao grau de satisfação desta comunidade com o desempenho policial? Explícite a sua resposta.
3. Como considera que esta comunidade encaram a presença policial? Justifique.
4. Com base na sua experiência, quais considera serem as expectativas da comunidade académica relativamente à atuação da PSP dirigida si?

Categoria de questões 2 - Perceções relativas à segurança da comunidade académica

1. Com base na sua experiência e perspetiva, considera que a comunidade académica denuncia a criminalidade que tem conhecimento ou de que é vítima? Quais os fatores que contribuem para esse grau de denúncia?
2. Considera que esta comunidade se sente segura? Quais os fatores e circunstâncias que mais podem contribuir para a diminuição do sentimento de segurança desta comunidade?

FIGURA 3:

Guião 3

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



**Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da
Cidade de Coimbra.**

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica intitulada de "**Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Com a presente entrevista pretendemos conhecer as perceções dos entrevistados relativamente ao processo interativo com a PSP, bem como à sua segurança. Além do exposto, a presente entrevista visa ainda obter sugestões de melhoria, caso se venham a revelar necessárias.

Desta forma, a entrevista é composta por 3 categorias de questões:

1. Perceções e expectativas relativas à interação da comunidade académica com a PSP
2. Perceções relativas à segurança da comunidade académica.
4. Sugestões de melhoria.

Com as respostas dos entrevistados a estas três categorias de questões, pretendemos assim perceber se a atuação da PSP junto do Ensino Superior de Coimbra demonstra-se adequada para atingir os objetivos do Policiamento de Proximidade.

Entrevista n° _____

Data ___/___/___ Hora de início: ___:___ Hora de fim: ___:___

Local: _____

Nome: _____

Idade: ___ Género: _____ Habilitações Literárias: _____

Categoria Profissional: _____

Função que desempenha: _____

Tempo de experiência na função que desempenha: _____

Tempo de serviço na PSP: _____

Guião 3

Categoria de questões 1 – Perceções e expectativas relativas à interação da comunidade académica com a PSP

1. De que forma caracteriza a relação da comunidade académica de ensino superior de Coimbra com a PSP? Explícite a sua resposta.
2. De que forma descreve o grau de satisfação da comunidade académica relativamente ao desempenho da PSP? Explícite a sua resposta.
3. De que forma a comunidade académica encara a presença policial? Justifique.
4. Quais as expectativas da comunidade académica relativamente à atuação da PSP dirigida si?

Categoria de questões 2 - Perceções relativas à segurança da comunidade académica.

1. A comunidade académica denuncia a criminalidade que tem conhecimento ou de que é vítima? A que fatores considera que se deve esse grau de denúncia?
2. A comunidade académica sente-se segura? Quais os fatores e circunstâncias que considera que mais podem contribuir para a diminuição do sentimento de segurança?

Categoria de questões 4 – Sugestões de melhoria

1. Como descreveria um policiamento de proximidade ideal junto do ensino superior em Coimbra? Quais os principais desafios e oportunidades que identifica relativamente à sua implementação?
2. De que forma avalia iniciativas como o projeto Universidade Segura? Considera que um projeto idêntico em Coimbra seria uma mais-valia?
3. Gostaria de partilhar alguma reflexão não abordada no decorrer da entrevista relativa a esta temática?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

FIGURA 4:

Termo de Consentimento Informado




MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

Termo de Consentimento Informado

Tomei conhecimento que o Aspirante a Oficial de Polícia e finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), Rafael Nogueira Pereira, está a desenvolver um estudo intitulado **“Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da cidade de Coimbra”**, sob orientação científica do Exmo. Sr. Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares e coorientação do Exmo. Sr. Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote. Neste âmbito foram-me explicados os objetivos da presente investigação e foi-me solicitada a minha colaboração para uma entrevista.

Fui informado(a) de que as respostas serão gravadas para facilitar a sua transcrição e análise, sendo os registos destruídos após a respetiva transcrição. A minha colaboração tem caráter voluntário, podendo desistir a qualquer momento do trabalho.

Compreendo que não irá existir qualquer tipo de remuneração ou custos pela minha participação neste estudo. É-me garantido que sempre que necessitar de algum esclarecimento o mesmo ser-me-á facultado.

Fui esclarecido(a) sobre todos os aspetos que considero importantes e as perguntas que coloquei foram respondidas. Fui informado(a) que tenho direito a recusar participar e que a minha recusa não terá consequências para mim.

Foi-me dada a possibilidade de escolher entre participar de forma anónima ou identificada e foi-me garantido que a minha decisão será integralmente respeitada. Nesse sentido, optei pela seguinte opção:

- Pretendo que a minha participação seja anónima
- Aceito que a minha identificação seja associada às minhas respostas

Aceito colaborar neste estudo e assino este documento onde indicado.

O investigador

O(a) entrevistado(a)

Aspirante a Oficial de Polícia

M/158357

Coimbra, ___ de _____ de 2025

APÊNDICE C – CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

FIGURA 5:

Caracterização dos polícias entrevistados

Código da Entrevista	Idade	Função	Tempo de experiência na função (anos)	Tempo de experiência na PSP (anos)
E1	44	Comandante de esquadra em Coimbra	6	20
E2	56	Integra o MIPP de Coimbra	6	34
E3	53	Integra o MIPP de Coimbra	10	30
E4	49	Funções de carro-patrolha na 1ª esquadra de Coimbra	6	28
E5	56	Funções de carro-patrolha na 2ª esquadra de Coimbra	26	35
E6	51	Funções de carro-patrolha na 2ª esquadra de Coimbra	5	28
Média	51,5	-	9,8	29,2

FIGURA 6:

Caracterização dos entrevistados externos

Código da Entrevista	Idade	Tempo de desempenho da função (anos)	Cargo	Tempo de estudo na cidade (anos)
E7	23	1	Presidente de um núcleo de estudantes da zona 2	5
E8	22	1	Presidente do núcleo de estudantes de informática	5
E9	21	1	Presidente de uma associação de estudantes da zona 4	4
E10	26	1	Presidente do núcleo de estudantes da Faculdade de Línguas	7
E11	22	1	Presidente de um núcleo de estudantes da zona 1	5
E12	27	1	Tesoureiro(a) de um núcleo de estudantes da zona 1	3
E13	24	1	Presidente da AAC	6
E14	62	8	Presidente do IPC	-
E15	66	6	Reitor da UC	-
Média	32,6	2,3	-	5

APÊNDICE D – QUADROS CATEGORIAIS RELATIVOS À ANÁLISE DE CONTEÚDO

TABELA 1:

Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (1/4)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos										U.R.	%
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15			
Relação (perspetiva geral) (A.)	Classificação (A.1.)	Positiva (A.1.1.)	X	X		X	X	X	5	83%		X		X	X	X	X	X	X	7	78%	
		Fechada ou distante (A.1.2.)		X	X				2	33%	X				X	X	X	X		5	56%	
		Inexistente (A.1.3.)							0	0%			X							1	11%	
		Muito positiva com a organização da Queima das Fitas e Festas das Latas (A.1.4.)							0	0%							X			1	11%	
		Historicamente conturbada (A.1.5.)	X	X	X	X	X		5	83%											0	0%
	Fatores facilitadores (A.2.)	Proveniência das cidades (A.2.1.)		X	X	X			3	50%										0	0%	
		Compreensão por parte dos polícias relativa à cultura académica (A.2.2)	X				X		2	33%										0	0%	
		Cooperação em festas académicas (A.2.3.)	X						1	17%			X				X			2	22%	
		Contacto prévio com o PES (A.2.4.)		X					1	17%										0	0%	
		Passado conturbado entre PSP e estudantes (A.3.1.)		X	X				2	33%										0	0%	

Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: O estudo de caso da cidade de Coimbra

Fatores condicionantes (A.3.)	Limitação de recursos humanos policiais (A.3.2.)			X						1	17%									0	0%	
	Falta de tentativa de contacto bilateralmente (A.3.3.)									0	0%	X									1	11%
	Atuação policial por vezes abusiva ou desagradável (A.3.4)									0	0%			X							1	11%
	Fatores externos à PSP (A.3.5.)				X	X	X				3	50%				X			X			2

TABELA 2:

Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (2/4)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos										U.R.	%		
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15					
Confiança (B.)	Classificação geral (B.1.)	Positiva (B.1.1.)	X	X	X	X	X	X	6	100%	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			9	100%
	Fatores condicionantes (B.2.)	Questões ideológicas de alguns estudantes (B.2.1.)						X	1	17%					X		X						2	22%

TABELA 3:

Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (3/4)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos										U.R.	%
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15			
Reconhecimento de Legitimidade (C.)	Classificação geral (C.1.)	Positiva (C.1.1.)	X	X		X	X	X	5	83%	X	X		X		X	X	X	X	7	78%	
		Depende caso a caso (C.1.2.)			X				1	17%			X		X	X				3	33%	
	Fatores Condicionantes (C.2.)	Ideologia da pessoa (C.2.1.)			X			X	2	33%				X		X				2	22%	
		Contexto de consumo de álcool ou excessos (C.2.2.)		X			X		2	33%			X		X	X	X			4	44%	
		Adoção de uma postura negativa por parte do polícia (C.2.3.)							0	0%			X							1	11%	
		Pertença a uma república de estudantes (C.2.4.)				X	X	X	3	50%										0	0%	

TABELA 4:

Análise de conteúdo da pergunta 1.1. (4/4)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
Comunicação (D.)	Classificação (D.1.)	Positiva (D.1.1.)	X	X		X	X	X	5	83%		X		X			X		X	4	44%
		Dependente do contexto (D.1.2.)			X				1	17%	X				X					2	22%
		Muito reduzida ou inexistente (D.1.3.)							0	0%	X	X	X			X		X		5	56%
		Institucional ou formal (D.1.4.)	X	X					2	33%								X	X	2	22%
	Fatores condicionantes (D.2.)	Ambiente de diversão noturna e de consumo de álcool (D.2.1.)			X			X	2	33%			X		X					2	22%
		Adoção de uma postura negativa por parte do polícia (D.2.2.)							0	0%	X		X		X					3	33%
		Postura negativa do estudante (D.2.3.)							0	0%					X					1	11%
		Inexistência de canais específicos (D.2.4.)							0	0%		X								1	11%
		Não promoção ativa da comunicação com os estudantes pela PSP (D.2.5.)							0	0%		X				X				2	22%
		Falta de proximidade (D.2.6.)							0	0%								X		1	11%
	Observações (D.3.)	Os polícias esforçam-se para explicar as decisões que tomam e para esclarecer os estudantes (D.3.1.)						X	1	17%							X			1	11%
		Comunicação existe mais na época de festejos académicos (D.3.2.)							0	0%			X				X			2	22%
		Estudantes desconhecem muitas das funções da polícia (D.3.3.)							0	0%			X							1	11%
		Pouca comunicação deve-se à inexistência de necessidade (D.3.4.)							0	0%								X		1	11%

TABELA 5:

Análise de conteúdo da pergunta 1.2.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
Satisfação perante o Desempenho policial (E.)	Grau de satisfação (E.1.)	Positiva (E.1.1.)		X	X	X	X		4	67%		X		X	X	X	X	X	X	7	78%
		Satisfatório (E.1.2.)	X						1	17%	X		X							2	22%
		Não consegue precisar (E.1.3.)						X	1	17%										0	0%
	Fatores de insatisfação (E.2.)	Não resolução de alguns problemas (E.2.1.)							0	0%			X							1	11%
		Outras questões relacionadas com a falta de proximidade (E.2.2.)							0	0%	X									1	11%
	Fatores de satisfação (E.3.)	Compreensão por parte da polícia relativa à cultura académica (E.3.1.)	X	X			X		3	50%										0	0%
		Capacidade de resolução de problemas (E.3.2.)					X		1	17%		X							X	2	22%
		Polícia não é meramente associada à repressão (E.3.3.)							0	0%				X			X	X	3	33%	
		Inexistência de queixas (E.3.4.)							0	0%			X	X	X	X		X	X	6	67%
		Segurança da cidade (E.3.5.)							0	0%							X			1	11%

TABELA 6:

Análise de conteúdo da pergunta 1.3.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
Presença policial (F.)	Sentimento provocado na comunidade académica (F.1.)	Sentimento de segurança/reforço da segurança (F.1.1.)	X	X	X	X	X	X	6	100%		X	X	X	X	X	X	X	X	8	89%
		Afronta (F.1.2.)							0	0%					X					1	11%
		Receio (F.1.3.)							0	0%	X	X		X		X				4	44%
		Normalidade (F.1.4.)	X			X			2	33%	X			X					X	3	33%
		Estranhar da presença (F.1.5.)	X						1	17%								X		1	11%
	Frequência (F.2.)	Assídua (F.2.1.)							0	0%				X						1	11%
		Escassa ou reduzida (F.2.2.)							0	0%	X	X	X		X				X	5	56%
		Adequada (F.2.3.)							0	0%									X	X	2
	Associação (F.3.)	Momentos de intervenção policial reativa ou punição (F.3.1.)						X	1	17%	X	X		X	X	X				5	56%
	Observações (F.4.)	Quantidade deve ser equilibrada (F.4.1.)							0	0%				X						1	11%

TABELA 7:

Análise de conteúdo da pergunta 1.4.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%	
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15			
Expectativas da comunidade académica (G.)	Perspetiva genérica (G.1.)	Proximidade (G.1.1.)		X					1	17%	X			X	X	X		X		5	56%	
		Apoio (G.1.2.)			X				1	17%			X							1	11%	
		Continuação do garante da segurança na cidade ou o bom desempenho (G.1.3.)	X			X	X		3	50%			X	X	X		X		X		5	56%
		Condições para a PSP atuar (G.1.4.)							0	0%	X									1	11%	
		Melhoria da comunicação da PSP ou dos polícias (G.1.5.)							0	0%	X	X	X		X	X	X			6	67%	
		Não consegue precisar (G.1.6.)						X	1	17%										0	0%	

TABELA 8:

Análise de conteúdo da pergunta 2.1.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos								U.R.	%	
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14			E15
Cifras Negras (H.)	Dimensão geral (H.1.)	Reduzidas (H.1.1.)	X		X				2	33%									0	0%	
		Elevadas (H.1.2.)							0	0%			X		X				2	22%	
		Médias, dependendo do tipo de crime (H.1.3.)		X		X	X	X	4	67%	X					X	X	X	X	5	56%
		Não consegue precisar/sem conhecimento de casos (H.1.4.)							0	0%		X		X						2	22%
	Caracterização das denúncias (H.2.)	Vítimas (H.2.1.)	X	X	X	X	X	X	6	100%									0	0%	
		Que tiveram conhecimento (H.2.2.)	X		X				2	33%									0	0%	
	Motivos que potenciam as cifras negras (H.3.)	Receio de represálias externas (H.3.1.)				X			1	17%			X			X		X	X	4	44%
		Elevada burocracia pós denúncia (H.3.2.)							0	0%	X									1	11%
		Ineficácia da justiça (H.3.3.)		X					1	17%										0	0%
		Desconhecimento do processo de denúncia (H.3.4.)							0	0%	X									1	11%
		Características da juventude/falta de iniciativa da população em geral (H.3.5.)						X		1	17%			X		X				2	22%
		Desconhecimento das consequências das denúncias (H.3.6.)								0	0%					X				1	11%

Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: O estudo de caso da cidade de Coimbra

	Sentimento de não querer meter na vida dos outros (H.3.7.)							0	0%					X					1	11%		
	Normalização da convivência com pequenos delitos (H.3.8.)							0	0%						X	X				2	22%	
	Receio de não serem levadas a sério (H.3.9.)							0	0%						X					1	11%	
	Não perceção do risco inerente (H.3.10.)							0	0%								X			1	11%	
Motivos que reduzem cifras negras (H.4.)	Fácil acesso a informação (H4.1.)					X		1	17%											0	0%	
	Confiança na PSP (H.4.2.)	X		X		X		3	50%				X							1	11%	
	Desejo de justiça (H.4.3.)							0	0%		X									1	11%	
	Maior atenção das pessoas a situações criminais (H.4.4.)							0	0%									X		1	11%	
	Existência de canais de denuncia institucionais (H.4.5.)							0	0%								X	X	X	3	33%	
	AAC auxilia os estudantes de Erasmus que têm dúvidas (H.4.6.)								0	0%								X			1	11%
	Preocupação da comunidade em proteger a vítima (H.4.7.)								0	0%								X			1	11%

TABELA 9:

Análise de conteúdo da pergunta 2.2. (1ª pergunta)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%	
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15			
Sentimento de (In)segurança (I.)	Perspetiva geral (I.1.)	Sentimento de Segurança (I.1.1.)	X	X	X	X	X	X	6	100%	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9	100%
	Justificação (I.2.)	Portugal, no geral, e Coimbra são seguros (I.2.1.)	X		X		X	X	4	67%	X			X	X				X		4	44%
		Os estudantes sabem onde se dirigir quando há problemas (I.2.2.)							0	0%							X				1	11%
	Consequências do sentimento de insegurança (I.3.)	Evitar determinadas rotinas ou locais da cidade (I.3.1.)			X				1	17%	X		X	X	X						4	44%

TABELA 10:

Análise de conteúdo da pergunta 2.2. (2ª pergunta)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos						U.R.	%	Entrevistados Externos							U.R.	%		
			E1	E2	E3	E4	E5	E6			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13			E14	E15
Fatores que contribuem para o sentimento de insegurança (J.)	Criminais (J.1.)	Roubos (J.1.1.)	X						1	17%				X			X			2	22%
		Tráfico de estupefacientes (J.1.2.)				X		X	2	33%			X							1	11%
		Violações (nas mulheres) (J.1.3.)	X					X	2	33%	X	X		X	X	X	X			6	67%
		Perseguições (J.1.4.)							0	0%						X				1	11%
		Ofensas à integridade física (J.1.5.)		X	X	X	X		4	67%	X						X			2	22%
		Furto em interior de residência (J.1.6.)						X	1	17%										0	0%
		Condução em estado de embriaguez (J.1.7.)					X		1	17%		X			X					2	22%
	Locais (J.2.)	Praça da República e zona envolvente (J.2.1.)		X	X	X	X	X	5	83%	X	X			X	X	X			5	56%
		Alta da cidade (J.2.2.)							0	0%					X					1	11%
		Baixa e ruas adjacentes (J.2.3.)					X		1	17%	X	X	X	X	X		X			6	67%
		Cruz de celas e zona envolvente (J.2.4.)							0	0%	X	X								2	22%
		Hospitais/Unidade de saúde (J.2.5.)							0	0%			X							1	11%
		Beira rio (J.2.6.)	X						1	17%	X				X					2	22%
		Polo II da UC (J.2.7.)							0	0%		X								1	11%
		Avenida Fernão de Magalhães (J.2.8.)							0	0%			X							1	11%

Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: O estudo de caso da cidade de Coimbra

Sociais (J.3.)	Consumo de estupefacientes/toxicodependência (J.3.1.)					X	X	2	33%	X		X		X	X	X		X	6	67%
	Consumo excessivo de álcool (J.3.2.)		X	X	X	X	X	5	83%		X	X						X	3	33%
	Mendicidade (J.3.3.)		X			X	X	3	50%	X				X		X			3	33%
	Prostituição (J.3.4.)							0	0%			X							1	11%
	Grupos marginalizados (J.3.5.)							0	0%						X				1	11%
	Discriminação (J.3.6.)							0	0%							X			1	11%
Ambientais (J.4.)	Ruas ou espaços pouco movimentados (J.4.1.)				X	X		2	33%	X	X			X	X		X		5	56%
	Falta de iluminação (J.4.2.)	X			X	X		3	50%								X		1	11%
Temporais (J.5.)	Período Noturno (J.5.1.)				X	X	X	3	50%	X		X	X	X	X	X	X		7	78%
	Época de festas académicas (J.5.2.)		X	X		X		3	50%					X	X				2	22%
	Férias/fins de semana (J.5.3.)					X		1	17%	X									1	11%
	Início de ano letivo (J.5.4.)							0	0%								X		1	11%
Outros (J.6.)	Relatos (J.6.1.)							0	0%	X				X					2	22%
	Falta de efetivo policial (J.6.2.)		X					0	11%										0	0%

TABELA 11:

Análise de conteúdo da pergunta 3.3.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos			U.R.	%
			E1	E2	E3		
Adequação do Policiamento (K.)	Propiciar o sentimento de segurança (K.1.)	Adequado (K.1.1.)	X	X	X	3	100%
	Criar uma relação de proximidade que permita conhecer os problemas desta comunidade (K.2.)	Adequado (K.2.1.)	X			1	33%
		Não adequado (K.2.2.)		X	X	2	67%
	Prevenir a criminalidade (K.3.)	Adequado (K.3.1.)	X	X		2	67%
		Não adequado (K.3.2.)			X	1	33%
	Desafios (K.4.)	Falta recursos humanos policiais (K.4.1.)			X	1	33%

TABELA 12:

Análise de conteúdo da pergunta 4.1.

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos			U.R.	%	Entrevistados Externos								U.R.	%		
			E1	E2	E3			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14			E15	
Sugestões de proximidade (L.)	Medidas (L.1.)	Ações de demonstração/informação da atividade da polícia (L.1.1.)		X		1	33%			X				X		X	3	33%	
		Ações de sensibilização (L.1.2.)		X		1	33%	X		X	X					X	4	44%	
		Canal comunicação mais direto/melhoria da comunicação (L.1.3.)		X	X	2	67%	X	X	X		X	X	X				6	67%
		Estabelecer protocolo com as instituições de ES e AE's (L.1.4.)		X	X	2	67%				X							1	11%
		Reuniões dos membros das EPES com os representantes da comunidade (L.1.5.)		X		1	33%											0	0%
		Programação anual de ações de sensibilização a efetuar (L.1.6.)		X		1	33%											0	0%
		Implementação de um policiamento de proximidade específico (L.1.7.)		X		1	33%											0	0%
		Maior presença policial junto da comunidade académica (L.1.8.)					0	0%	X					X				2	22%
		Afetação exclusiva de uma equipa para o ensino superior (L.1.9.)			X		1	33%										0	0%
		Formação dos polícias (L.1.10.)	X				1	33%										0	0%

Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: O estudo de caso da cidade de Coimbra

	Aumento das interações com a comunidade académica (L.1.11.)				0	0%	X					X				2	22%
	Distribuição de <i>flyers</i> (L.1.12.)				0	0%			X							1	11%
	Maior interação com outras profissões para detetar determinados crimes (L.1.13.)				0	0%					X					1	11%
	Trabalho em parceria com instituições externas (L.1.14.)				0	0%						X				1	11%
	Passagem periódica dentro das instituições de ES (L.1.15.)				0	0%							X			1	11%
	Interação idêntica à do PES (L.1.16.)				0	0%		X								1	11%
Desafios (L.2.)	Escassez de recursos humanos policiais (L.2.1.)	X	X	X	3	100%	X							X		2	22%
	Não aceitação dos conselhos policiais (L.2.2.)	X			1	33%										0	0%
	Influência histórica levemente presente (L.2.3.)	X		X	2	67%										0	0%
Oportunidades (L.3.)	Gestão de recursos humanos diferente (L.3.1.)			X	1	33%										0	0%
	Início de ano letivo (L.3.2.)		X		1	33%	X							X		2	22%
	Abertura e disponibilidade para cooperar da comunidade académica (L.3.3.)				0	0%			X	X				X	X	4	44%
	Criação de projeto inicial após aproximação entre as partes envolvidas, com posterior avaliação (L.3.4.)				0	0%								X		1	11%
Observações (L.4.)	Reduzida iniciativa por parte da PSP (L.4.1.)				0	0%							X		1	11%	

TABELA 13:

Análise de conteúdo da pergunta 4.2. (1ª pergunta)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos			U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%
			E1	E2	E3			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
Projeto "Universidade Segura" (M.)	Conhecimento (M.1.)	Não conhece (M.1.1.)	X	X	X	3	100%	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9	100%
	Avaliação geral (M.2.)	Positiva ou uma mais-valia para a segurança da comunidade académica (M.2.1.)	X	X	X	3	100%	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9	100%
		Implementação a nível nacional (M.2.2.)				0	0%	X									1	11%

TABELA 14:

Análise de conteúdo da pergunta 4.2. (2ª pergunta)

Categoria	Subcategoria	Indicadores	Entrevistados Internos			U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%	
			E1	E2	E3			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15			
Ensino superior seguro em Coimbra (N.)	Implementação (N.1.)	Mais-valia (N.1.1.)	X	X	X	3	100%	X	X	X	X	X	X	X	X	X	9	100%	
	Desafios (N.2.)	Falta de recursos Humanos Policiais (N.2.1.)		X	X	2	67%											0	0%
		Influência histórica levemente presente (N.2.2.)	X		X	2	67%											0	0%
		Comunidade académica não encara bem a PSP no espaço da universidade (N.2.3.)			X	1	33%											0	0%
		Falta de vontade de cooperar em iniciativas de proximidade (N.2.4.)			X	1	33%											0	0%
	Oportunidades (N.3.)	Estreitar da relação entre a comunidade académica e a PSP (N.3.1.)				0	0%	X		X	X		X			X	5	56%	
		Desmitificação da imagem reativa da polícia (N.3.2.)			X	1	33%	X					X				2	22%	
		Redução cifras negras (N.3.3.)				0	0%					X	X				2	22%	

Policciamento de Proximidade e Ensino Superior: O estudo de caso da cidade de Coimbra

	Facilitar as intervenções policiais (N.3.4.)	X	X	2	67%									0	0%
	Aumentar ainda mais o sentimento de segurança da comunidade académica (N.3.5.)			0	0%		X				X			2	22%
	Aumentar a visibilidade da PSP (N.3.6.)			0	0%							X		1	11%
	Maior conhecimento dos problemas desta comunidade (N.3.7.)	X	X	2	67%									0	0%
	Maior informação para a comunidade académica (N.3.8.)			0	0%		X	X						2	22%
	Desmistificar a influência do passado conturbado (N.3.9.)	X		1	33%									0	0%
	Prevenção da criminalidade (N.3.10.)			0	0%						X			1	11%
Observações (N.4.)	Para ser eficaz não pode ser centralizado num Polo universitário (N.4.1.)			0	0%					X				1	11%
	Em caso de implementação seria necessária avaliação posterior para avaliar e melhorar (N.4.2.)	X		1	33%						X			1	11%
	Dimensão da comunidade justifica a implementação do projeto (N.4.3.)	X	X	2	67%							X		1	11%

TABELA 15:

Análise de conteúdo da pergunta 4.3.

Categoria	Subcategoria	Entrevistados Internos			U.R.	%	Entrevistados Externos									U.R.	%
		E1	E2	E3			E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15		
Outras reflexões (O.)	Importância do Policiamento de Proximidade no geral e/ou junto do ensino superior (O.1.)		X	X	2	67%	X			X				X	X	4	44%
	Importância das operações STOP em zonas estratégicas (O.2.)				0	0%		X								1	11%
	Desconhecimento dos locais das esquadras pelos caloiros (O.3.)				0	0%				X						1	11%
	Reconhecimento da importância do PES (O.4.)		X		1	33%	X	X								2	22%
	Manifestação da total disponibilidade em colaborar (O.5.)				0	0%								X	X	2	22%

TABELA 16:

Análise de conteúdo da pergunta 3.1.

Tema principal: Policiamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra atualmente (P.).	
Visibilidade (P.1.)	<p>“Na universidade de Coimbra, apesar de ser um polo de ensino, também é uma zona histórica da cidade, por isso é que nós temos policiamento de visibilidade relacionado a essa área (...) por aquela parte histórica possuir uma grande afluência de turismo” (E1)</p> <p>“Nos restantes polos digamos que existem passagens recorrentes pelos locais” (E1)</p> <p>“São feitos policiamentos de visibilidade junto das zonas de diversão noturna, entre outras zonas, feitos pelas esquadras” (E2)</p> <p>“fazemos visibilidade junto das universidades periodicamente” (E2)</p>
Outras práticas de proximidade (P.2.)	<p>“De vez em quando, deixar um panfleto, um <i>flyer</i>, dentro disso” (E2)</p> <p>“Existem alguns contatos com a reitoria, algumas reuniões” (E1)</p> <p>“aquele tipo de ações que se desenvolvem no ensino primário e secundário, não existem nada vocacionado para o ensino universitário” (E1)</p>

	<p>“A “parceria” que nós temos com o ensino superior, é quase nula, quase nula” (E3)</p> <p>“No início do ano letivo tentamos abordar mais os estudantes. Não fazemos palestras formais, é mais na ótica de passar, conversar” (E2)</p> <p>“Não fazemos aquelas ações formais como no programa escola segura” (E2)</p> <p>“Os contactos com este meio são mais a nível superior, não existe um canal de comunicação direto entre nós e esta comunidade” (E2)</p>
--	--

TABELA 17:

Análise de conteúdo da pergunta 3.2.

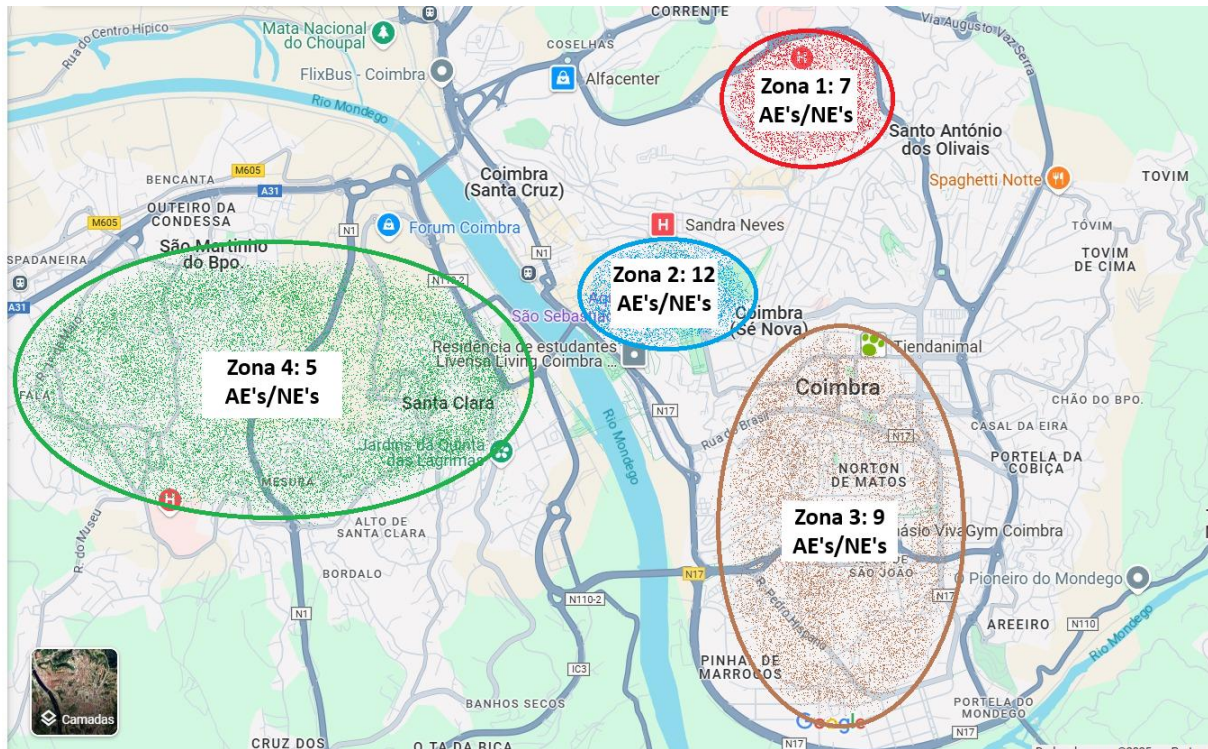
<p>Tema principal: Policiamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra no passado (Q.)</p>	
<p>Visibilidade (Q.1.)</p>	<p>“pontualmente, nos tempos mais mortos, entre aspas, fazíamos uma visibilidade em uma zona mais central da universidade, onde os estudantes mais passavam” (E3)</p> <p>“esta vertente da visibilidade, assegurada pelas esquadras, já existia” (E1)</p>
<p>Outras práticas de proximidade (Q.2.)</p>	<p>“Cheguei a fazer ações a pedido de um grupo de estudantes, sobre o crime de violação e também sobre a parte da</p>

	<p>prevenção no geral (...) mais no âmbito das ofensas à integridade física e violações” (E1)</p> <p>“Para além dessas ações de sensibilização, o outro tipo de ações de proximidade que são feitas no ensino básico e secundário, não me recordo de serem feitas” (E1)</p> <p>“às vezes, quando havia qualquer tipo de ações ou esclarecimentos na Universidade, acabava sempre por ir um oficial representar a PSP” (E3)</p> <p>“Fomos dar uma palestra por causa de uma viagem dos estudantes ao estrangeiro, sobre os problemas que podiam acontecer lá e os cuidados a ter, mas eram iniciativas nossas. Não era a Universidade que nos pedia, ao contrário das escolas básicas e secundárias. A Universidade nunca nos pediu nada, também, nesse sentido” (E3)</p>
--	--

APÊNDICE E – MAPA DA CIDADE DE COIMBRA

FIGURA 7:

Focos de concentração da comunidade académica por zona



APÊNDICE F – TEXTO DESCRITIVO DO PROJETO “UNIVERSIDADE SEGURA”

FIGURA 8:

Descrição do PUS apresentada no decurso das entrevistas

O projeto “Universidade Segura” trata-se de uma iniciativa criada em 2017 no comando metropolitano de Lisboa da Polícia de Segurança Pública e visa fazer um policiamento de proximidade específico junto do ensino superior. À semelhança de todo o policiamento de proximidade, a filosofia de atuação neste projeto é estar próximo da comunidade, académica neste caso, por forma a conhecer os seus problemas e poder atuar sobre as causas dos mesmos.

Até há pouco tempo existiam inclusive equipas afetas, de forma exclusiva, a este policiamento de proximidade, apesar de atualmente este ser assegurado por polícias da escola segura. Estes polícias, que se encontram próximos fisicamente da comunidade académica, realizam ações de sensibilização temáticas, ações de demonstração, ações de boas vindas aos novos estudantes e estudantes de Erasmus, policiamentos em festas universitárias, entre outras ações. São também estabelecidas parcerias entre a PSP e as associações de estudantes e os próprios estabelecimentos de ensino e existe um canal estreito de comunicação entres estas entidades, pelo que, quando a comunidade académica identifica problemas, faz a comunicação a estes polícias que promovem a sua resolução.

ANEXO A – AUTORIZAÇÕES CEDIDAS PELA DIREÇÃO NACIONAL DA PSP

FIGURA 9:

Digitalização da autorização para realização de entrevistas



Exmo. Sr. Superintendente Ismael Pereira Gaspar Jorge,
MI Diretor Nacional Adjunto, para a UORH.

Assunto: Solicitação de autorização para realização de entrevistas no âmbito do Mestrado em Segurança Pública.

Eu, Rafael Nogueira Pereira, Aspirante a Oficial de Polícia finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública, no âmbito da realização da dissertação de mestrado intitulada "**Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", sob orientação do Exmo. Sr. Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiães e coorientação do Exmo. Sr. Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote, venho mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevistas à seguinte individualidade da estrutura orgânica da PSP e polícias do seguinte serviço:

1. Exmo. Sr. [REDACTED]
2. Polícias que integrem o MIPP de Coimbra.

Além das individualidades da estrutura orgânica da PSP supramencionadas, venho ainda mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª autorização para a realização de entrevistas a polícias que desempenhem funções de carro patrulha nas seguintes subunidades da PSP:

3. 1ª esquadra de Coimbra
4. 2ª esquadra de Coimbra

A realização das entrevistas aos polícias mencionados nos pontos 1 e 2 (a aplicar o Guião 1), de forma genérica, têm como intuito conhecer as práticas adotadas no âmbito do policiamento de proximidade junto do ensino superior de Coimbra, perceber de que forma os polícias percecionam as interações e expectativas desta comunidade académica com a PSP, conhecer as perspetivas dos

polícias relativamente à segurança desta comunidade e perceber as perspetivas dos mesmos relativamente à eficácia deste policiamento, bem como sugestões de melhoria, caso se revele necessário.

Relativamente às entrevistas a realizar aos polícias mencionados nos pontos 3 e 4 (a aplicar o Guião 2), as mesmas visam perceber de que forma os polícias percecionam as interações e expectativas desta comunidade académica com a PSP e conhecer as perspetivas dos polícias relativamente à segurança da mesma.

A realização das entrevistas supramencionadas tem assim como intuito a recolha de dados relativos à temática em estudo e a prossecução dos objetivos do estudo.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento.

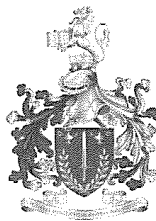
Lisboa, 04 de Fevereiro de 2025

Rafael Pereira
Aspirante a Oficial de Polícia
M/158357



Assinado por Rafael Nogueira
Pereira
Identificação: B130683158
Data: 2025-02-04 às 20:58:34

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica intitulada de "**Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Com a presente entrevista pretendemos conhecer de que forma é operacionalizado o policiamento de proximidade junto do ensino superior Conimbricense, bem como conhecer as perceções dos entrevistados relativamente ao processo interativo com esta comunidade e relativamente à segurança desta comunidade. Além do exposto, a presente entrevista visa ainda perceber as perceções dos entrevistados relativamente à eficácia do policiamento efetuado, bem como sugestões de melhoria, caso se venham a revelar necessárias.

Desta forma, a entrevista é composta por 4 categorias de questões:

1. Perceções e expectativas relativas à interação da PSP com a comunidade académica.
2. Perceções relativas à segurança da comunidade académica.
3. Caracterização do policiamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra e sua eficácia.
4. Sugestões de melhoria.

Com as respostas dos entrevistados a estas quatro categorias de questões, pretendemos assim perceber se a atuação da PSP junto do Ensino Superior de Coimbra demonstra-se adequada para atingir os objetivos do Policiamento de Proximidade.

Entrevista nº _____

Data ___/___/___ Hora de início: ___:___ Hora de fim: ___:___

Local: _____

Nome: _____

Idade: ___ Género: _____ Habilitações Literárias: _____

Categoria Profissional: _____

Função que desempenha: _____

Tempo de experiência na função que desempenha: _____

Tempo de serviço na PSP: _____

Guião 1

Categoria de questões 1 – Perceções relativas à interação da PSP com a comunidade académica.

1. De que forma caracteriza a relação da PSP com a comunidade académica de ensino superior de Coimbra? Explícite a sua resposta.
2. Qual a sua perceção relativamente ao grau de satisfação desta comunidade com o desempenho policial? Explícite a sua resposta.
3. Como considera que esta comunidade encara a presença policial? Justifique.
4. Com base na sua experiência, quais considera serem as expectativas da comunidade académica relativamente à atuação da PSP dirigida si?

Categoria de questões 2 - Perceções relativas à segurança da comunidade académica

1. Com base na sua experiência e perspectiva, considera que a comunidade académica denuncia a criminalidade que tem conhecimento ou de que é vítima? Quais os fatores que contribuem para esse grau de denúncia?
2. Considera que esta comunidade se sente segura? Quais os fatores e circunstâncias que mais podem contribuir para a diminuição do sentimento de segurança desta comunidade?

Categoria de questões 3 – Caracterização do policiamento de proximidade junto do ensino superior em Coimbra e sua eficácia.

1. Como é feito o Policiamento de Proximidade junto do ensino superior em Coimbra? Explícite a sua resposta.
2. Tem conhecimento de ações de proximidade implementadas no passado junto desta comunidade? Explícite a sua resposta.
3. Considera que o policiamento efetuado é adequado a potenciar a prevenção criminal, o sentimento de segurança e uma relação de proximidade entre ambas as partes, que permita conhecer os problemas securitários? Justifique.

Categoria de questões 4 – Sugestões de melhoria

1. Como descreveria um policiamento de proximidade ideal junto do ensino superior em Coimbra? Quais os principais desafios e oportunidades que identifica relativamente à sua implementação?
2. De que forma avalia iniciativas como o projeto Universidade Segura? Considera que um projeto idêntico em Coimbra seria uma mais valia?
3. Gostaria de partilhar alguma reflexão não abordada no decorrer da entrevista relativa a esta temática?

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.

Esta entrevista enquadra-se na investigação científica intitulada de "**Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", com vista à obtenção do grau de Mestre em Segurança Pública.

Com a presente entrevista pretendemos as perceções dos entrevistados relativamente ao processo interativo com esta comunidade e relativamente à segurança desta comunidade, bem como relativamente à eficácia do policiamento efetuado.

Desta forma, a entrevista é composta por 2 categorias de questões:

1. Perceções e expectativas relativas à interação da PSP com a comunidade académica.
2. Perceções relativas à segurança da comunidade académica.

Com as respostas dos entrevistados a estas quatro categorias de questões, pretendemos assim perceber se a atuação da PSP junto do Ensino Superior de Coimbra demonstra-se adequada para atingir os objetivos do Policiamento de Proximidade.

Entrevista nº _____

Data ___/___/___ Hora de início: ___:___ Hora de fim: ___:___

Local: _____

Nome: _____

Idade: ___ Género: _____ Habilitações Literárias: _____

Categoria Profissional: _____

Função que desempenha: _____

Tempo de experiência na função que desempenha: _____

Tempo de serviço na PSP: _____

Guião 2

Categoria de questões 1 – Perceções relativas à interação da PSP com a comunidade académica.

1. De que forma caracteriza a relação da PSP com a comunidade académica de ensino superior de Coimbra? Explícite a sua resposta.
2. Qual a sua perceção relativamente ao grau de satisfação desta comunidade com o desempenho policial? Explícite a sua resposta.
3. Como considera que esta comunidade encaram a presença policial? Justifique.
4. Com base na sua experiência, quais considera serem as expectativas da comunidade académica relativamente à atuação da PSP dirigida si?

Categoria de questões 2 - Perceções relativas à segurança da comunidade académica

1. Com base na sua experiência e perspetiva, considera que a comunidade académica denuncia a criminalidade que tem conhecimento ou de que é vítima? Quais os fatores que contribuem para esse grau de denúncia?
2. Considera que esta comunidade se sente segura? Quais os fatores e circunstâncias e fatores que mais podem contribuir para a diminuição do sentimento de segurança desta comunidade?

FIGURA 10:

Digitalização da autorização de acesso a dados do SEI



Exmo. Sr. Superintendente Ismael Pereira Gaspar Jorge,
MI Diretor Nacional Adjunto, para a UORH.

Assunto: Solicitação de recolha de dados estatísticos para elaboração de dissertação de mestrado.

Eu, Rafael Nogueira Pereira, Aspirante a Oficial de Polícia finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública, no âmbito da realização da dissertação de mestrado intitulada "**Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", sob orientação do Exmo. Sr. Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiars e coorientação do Exmo. Sr. Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote, venho mui respeitosamente solicitar a V.^a Ex.^a autorização para a recolha dos seguintes dados relativos ao período de 01MAR2023 a 01MAR2025:

- 1 - Número de autos de notícia, autos de notícia por detenção, autos de denúncia e participações em que o lesado/ofendido, vítima ou suspeito são estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e o local da ocorrência situe-se na área da PSP em Coimbra;
- 2 - Número de autos de notícia, autos de notícia por detenção, autos de denúncia e participações em que o lesado/ofendido, vítima ou suspeito são estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e o local da ocorrência situe-se na área da PSP em Coimbra, por tipificação;
- 3 - Data e hora da ocorrência relativas aos autos de notícia, autos de notícia por detenção, autos de denúncia e participações em que o lesado/ofendido, vítima ou suspeito são estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e o local da ocorrência situe-se na área da PSP em Coimbra;
- 4 - Data e hora da ocorrência relativas aos autos de notícia, autos de notícia por detenção, autos de denúncia e participações em que o lesado/ofendido, vítima ou suspeito são estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e o local da ocorrência situe-se na área da PSP em Coimbra, por tipificação;
- 5 - Local das ocorrências relativas aos autos de notícia, autos de notícia por detenção, autos de denúncia e participações em que o lesado/ofendido, vítima ou suspeito são estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e o local da ocorrência situe-se na área da PSP em Coimbra;

6 - Local das ocorrências relativas aos autos de notícia, autos de notícia por detenção, autos de denúncia e participações em que o lesado/ofendido, vítima ou suspeito são estudantes com idades compreendidas entre os 18 e os 25 anos e o local da ocorrência situa-se na área da PSP em Coimbra, por tipificação.

A recolha destes dados tem como intuito a recolha de informações relativas à temática em estudo e a prossecução dos objetivos do estudo.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento.

Lisboa, 04 de Fevereiro de 2025

Rafael Pereira
Aspirante a Oficial de Polícia
M/158357



Assinado por: Rafael Nogueira
Pereira
Identificação: 8130683156
Data: 2025-02-04 às 20:44:45

FIGURA 11:

Digitalização da autorização de acesso a documentação interna



MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS
E SEGURANÇA INTERNA

1.0 FEV 2025
Diretor Nacional Adjunto
Recursos Humanos

Ismael Pereira Gaspar Jorge
Superintendente

Exmo. Sr. Superintendente Ismael Pereira Gaspar Jorge,
MI Diretor Nacional Adjunto, para a UORH.

Assunto: Solicitação de acesso a documentação interna.

Eu, Rafael Nogueira Pereira, Aspirante a Oficial de Polícia finalista do Curso de Mestrado em Segurança Pública, no âmbito da realização da dissertação de mestrado intitulada "**Policiamento de Proximidade e Ensino Superior: o estudo de caso da Cidade de Coimbra.**", sob orientação do Exmo. Sr. Superintendente Nuno Caetano Lopes de Barros Poiares e coorientação do Exmo. Sr. Intendente Hugo Duarte de Sousa Batista e Guinote, venho mui respeitosamente solicitar a V.ª Ex.ª autorização para obtenção da seguinte documentação:

- MEMORANDO: POLICIAMENTO DEDICADO AO "PÓLO UNIVERSITÁRIO DA ASPRELA" PORTO;
- Protocolo de Parceria entre a Polícia de Segurança Pública e a Federação Académica do Porto;
- Comunicação sobre Policiamento específico ao Pólo da Asprela (s/n) da 1ª Divisão (5 de março de 2002), do Comando Metropolitano do Porto da Polícia de Segurança Pública.
- Diretiva Operacional do COMETPOR nº 04/2002;
- Relatórios anuais de atividade relativos ao "Projeto Universidade Segura", desde a sua criação;
- Regulamentação relativa ao "Projeto Universidade Segura";
- Protocolos de Parcerias relativos ao "Projeto Universidade Segura", caso existam;
- Documentos relativos à génese do "Projeto Universidade Segura";
- Ações desenvolvidas na cidade de Coimbra no âmbito do Policiamento de Proximidade junto do ensino superior, desde 2010;
- Ordem de Operações nº 4822 de 12 de Julho da DNPS.
- Diretiva estratégica da DN/PSP nº 10/2006 de 15 de Maio

A recolha desta documentação tem como intuito a recolha de informações relativas à temática em estudo e a prossecução dos objetivos do estudo.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados recolhidos, fora do âmbito da elaboração e discussão da dissertação, bem como a cumprir as demais regras éticas relativas à realização de investigação científica.

Pede deferimento.

Lisboa, 04 de Fevereiro de 2025

Rafael Pereira
Aspirante a Oficial de Polícia
M/158357

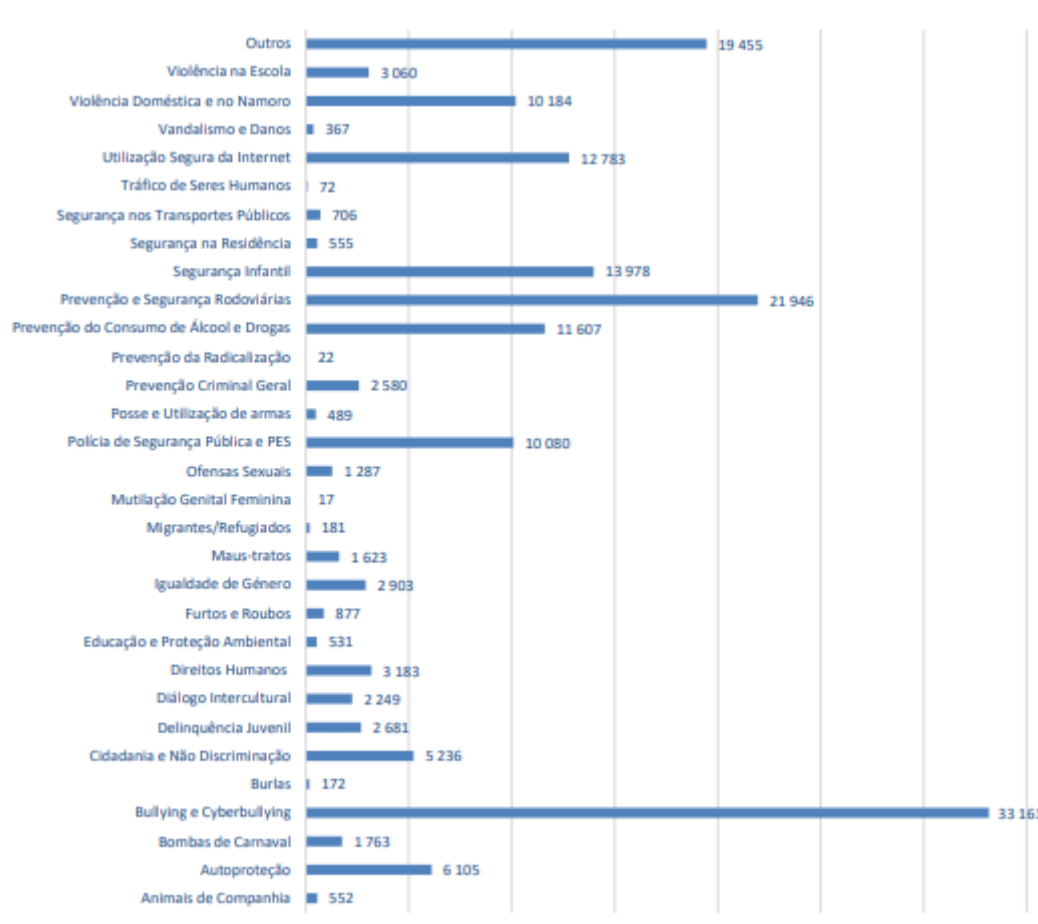


Assinado por: Rafael Nogueira
Pereira
Identificação: B130683158
Data: 2025-02-04 às 20:50:43

ANEXO B – AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO EFETUADAS NO ÂMBITO DO PES

FIGURA 12:

Ações de sensibilização efetuadas pelas EPES entre 2013 e 2023



Nota. Reproduzido de Relatório do Programa Escola Segura – Ano Letivo 2022/2023, por Polícia de Segurança Pública (PSP) (2023a, p. 21). Copyright 2023 PSP.

ANEXO C – PLATAFORMA SIMPEP

FIGURA 13:

Printscreen de ações passíveis de registo na plataforma SIMPEP



Nota: Reproduzido de Plataforma SIMPEP, por Polícia de Segurança Pública (PSP) (2025).
Copyright 2025 PSP.

ANEXO D – SOLICITAÇÃO DE ACESSO A AÇÕES DE PROXIMIDADE JUNTO DO ENSINO SUPERIOR AO CD COIMBRA

FIGURA 14:

Printscreen da resposta do NO do CD Coimbra face à solicitação de acesso a ações de proximidade

